

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS**

**Julianderson Mellos Machado Assis**

**Responsabilidade Social Corporativa e Concessão de Crédito Rural no  
BANRISUL, para a produção de alimentos, energias e itens sustentáveis**

**Porto Alegre  
2017**

**Julianderson Mellos Machado Assis**

**Responsabilidade Social Corporativa e Concessão de Crédito Rural no  
BANRISUL, para a produção de alimentos, energias e itens sustentáveis**

Trabalho de conclusão de curso de graduação  
apresentado ao Departamento de Ciências  
Administrativas da Universidade Federal do Rio  
Grande do Sul, como requisito parcial para a  
obtenção do grau de Bacharel em  
Administração.

**Orientadora:** Prof. Dra. Tania Nunes da Silva

**Porto Alegre  
2017**

**Julianderson Mellos Machado Assis**

**Responsabilidade Social Corporativa e Concessão de Crédito Rural no  
BANRISUL, para a produção de alimentos, energias e itens sustentáveis**

Trabalho de conclusão de curso de graduação  
apresentado ao Departamento de Ciências  
Administrativas da Universidade Federal do Rio  
Grande do Sul, como requisito parcial para a  
obtenção do grau de Bacharel em  
Administração.

**Orientadora:** Prof. Dra. Tania Nunes da Silva

**Conceito Final:** \_\_\_\_\_

**Aprovado em:** \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

**BANCA EXAMINADORA:**

**Prof. Dr. Eugênio Ávila Pedrozo:** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus e a Nossa Senhora Aparecida por me darem a força e apoio nos momentos difíceis; ao meu pai José Horácio Braz Assis e minha mãe Ereneida Mellos Machado Assis por sempre me incentivarem e me orientarem com sabedoria; a minha vó Izaura por estar me incentivando em todos os momentos; aos meus irmãos pela presteza e colaboração sempre quando necessário; aos amigos e colegas pelas risadas e pelo incentivo para os estudos; a minha namorada Valéria Sartori, pelo incentivo e compreensão pelas noites e finais de semana de estudo; ao BANRISUL e aos colegas da Unidade de Negócios Rurais pela informações e disponibilidade sempre que solicitados; agradeço também a professora e orientadora Tania Nunes da Silva por ter dispensado seu tempo e colaborado de forma significativa com o resultado fruto deste trabalho; por fim agradeço a Universidade Federal do Rio Grande do Sul e seus professores, sem ela nada disso seria possível.

Muito obrigado a todos!

## RESUMO

As empresas estão sendo pressionadas por seus *stakeholders* para que adotem práticas de respeito ao meio ambiente, e para que invistam em atividades que tragam benefícios para a sociedade. Existem diversos compromissos, documentos e protocolos que dizem respeito a sustentabilidade, e a sociedade está cada vez mais vigilante quanto ao cumprimento dos itens constantes nestes documentos. As instituições financeiras tem um papel muito importante, colaboram de maneira fundamental para a preservação do meio ambiente, isso ocorre pois as instituições financeiras são importantes indutores da economia, fomentam o desenvolvimento, e adotando critérios rigorosos antes da liberação de financiamentos, acabam limitando o poder destrutivo de projetos danosos ao meio ambiente. Será demonstrado neste trabalho os tipos de crédito que o BANRISUL disponibiliza e que tenham como foco a questão da Sustentabilidade. Com o objeto de pesquisa definido, o trabalho buscou descrever os tipos de crédito rural com foco na Sustentabilidade e que são disponibilizados atualmente pelo BANRISUL. Serão abordados itens da Sustentabilidade, dentre eles a Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, o Protocolo Verde, o Pacto Global e a Resolução Nº 4.327, de 25 de abril de 2014, publicada pelo BACEN. A pesquisa descritiva foi o método de pesquisa utilizado neste trabalho, tendo em vista o objetivo ser descrever os tipos de crédito, e a análise de dados se deu através de uma análise secundária de dados, com dados de sites oficiais e pesquisas em documentos, e o tipo de análise utilizado foi a análise qualitativa de dados, pois utilizou-se além da pesquisa bibliográfica, um questionário que embasou a realização de uma entrevista. O trabalho não descreveu apenas os tipos de crédito, mostrou números do crédito rural e dos créditos sustentáveis específicos com foco na Sustentabilidade, além de fazer uma comparação entre os empréstimos realizados junto às instituições financeiras públicas e privadas, sendo que ainda analisou-se a questão da divulgação das linhas de crédito com o foco na Sustentabilidade. Então, foi possível verificar as opções de crédito sustentáveis que estão disponíveis no BANRISUL e a importância das instituições financeiras públicas quanto ao volume de crédito emprestado nas linhas de crédito voltadas para a sustentabilidade. Toda a dinâmica de como é realizada a concessão dos créditos sustentáveis também serão explicitadas. Ao final será possível verificar que é possível avançar bastante com esse tipo de crédito em

todo o Brasil, mas para isso será necessário que ocorram algumas imposições por parte do órgão regulador.

Palavras-chave: instituições financeiras; meio ambiente; responsabilidade social corporativa; *stakeholder*; sustentabilidade.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
1.1	OBJETIVOS .....	16
1.1.1	<i>Objetivo Geral.....</i>	<i>16</i>
1.1.2	<i>Objetivo específico .....</i>	<i>16</i>
1.2	JUSTIFICATIVA.....	17
<b>2</b>	<b>REVISÃO TEÓRICA.....</b>	<b>18</b>
2.1	SUSTENTABILIDADE .....	18
2.1.1	<i>Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento .....</i>	<i>21</i>
2.1.2	<i>Protocolo Verde.....</i>	<i>22</i>
2.1.3	<i>Pacto Global.....</i>	<i>23</i>
2.1.4	<i>Resolução Nº 4.327, de 25 de abril de 2014 .....</i>	<i>27</i>
2.2	RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA (RSC) .....	29
2.3	SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL .....	34
2.4	FECHAMENTO .....	38
<b>3</b>	<b>METODOLOGIA .....</b>	<b>40</b>
<b>4</b>	<b>ANÁLISE .....</b>	<b>43</b>
4.1	BANRISUL.....	43
4.2	POLÍTICA DE RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL (PRSA) DO BANRISUL.....	44
4.3	CRÉDITO RURAL .....	45
4.3.1	<i>Programa Sementes BANRISUL.....</i>	<i>47</i>
4.3.2	<i>PRONAF.....</i>	<i>48</i>
4.3.3	<i>PLEAPO .....</i>	<i>49</i>
4.3.4	<i>Crédito Rural no BANRISUL.....</i>	<i>51</i>
4.4	FINANCIAMENTOS BANRISUL – SUSTENTABILIDADE .....	56
4.4.1	<i>Programa ABC .....</i>	<i>56</i>
4.4.2	<i>PRONAF AgroEcologia .....</i>	<i>58</i>
4.4.3	<i>PRONAF Eco .....</i>	<i>60</i>
4.4.4	<i>CDC Sustentabilidade – Pessoa Física e Pessoa Jurídica .....</i>	<i>62</i>
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>64</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>70</b>

<b>ANEXOS .....</b>	<b>77</b>
ANEXO A – PRINCÍPIOS DA DECLARAÇÃO DO RIO SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO .....	77
ANEXO B - LISTA DE SIGNATÁRIOS DO PACTO GLOBAL NO BRASIL * .....	82
ANEXO C - ORGANOGRAMA BANRISUL .....	105
<b>APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO .....</b>	<b>106</b>



## 1 INTRODUÇÃO

Pode-se dizer nos dias de hoje que a Sustentabilidade é uma obrigação das grandes corporações nacionais e internacionais instaladas no Brasil. Isso porque há pressão e cobrança por parte dos *stakeholders*, como por exemplo, a sociedade e o mercado. Podemos entender Sustentabilidade como sendo aquelas ações que trazem benefícios à sociedade e às próprias organizações que as implementam, essas passam a serem vistas como mais éticas e responsáveis. A Sustentabilidade surge da necessidade das organizações em darem uma resposta à intensa exploração dos recursos naturais utilizados na elaboração de bens e serviços, ou ainda, propor e praticar ações que neutralizem as externalidades negativas geradas pela atividade desenvolvida por elas.

Com o intuito de incentivar o cuidado com o meio ambiente foram criados programas, ações e princípios norteadores de políticas de proteção a serem adotados pelas instituições financeiras. Podemos citar o Pacto Global, os Princípios do Equador e o Protocolo Verde. O que foi possível perceber é que cedo ou tarde as organizações acabam aderindo aos programas, muito provavelmente isso ocorra porque o mercado e a sociedade exigem, e cobram uma postura mais responsável por parte das mesmas.

De maneira geral, a preocupação, em âmbito mundial, com os riscos ambientais ganha forma nos anos 1980, inclusive por parte das instituições financeiras. Nessa época, no Brasil, o crédito rural se resumia a financiar basicamente o custeio, a comercialização ou ainda o investimento. Mas, foi apenas em 1992, quando as Nações Unidas promoveu a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), que foi proposta e aprovada a Declaração do Rio sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, cujo objetivo era a promoção de um desenvolvimento sustentável, com ações focadas no Meio Ambiente e que buscam a participação e a responsabilização das instituições financeiras. Em meados dos anos 1990 é que começaram a ser criadas novas linhas de crédito ligadas ao crédito rural, um exemplo disso foi o surgimento do PRONAF (Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar) no ano de 1995, e desde então, de tempos em tempos foi surgindo uma nova linha de crédito vinculada ao PRONAF, ou com foco no pequeno, médio e grande produtor, etc.

O programa seguinte desenvolvido em caráter global foi o Pacto Global, uma iniciativa do ex-secretário-geral da ONU, Kofi Annan, anunciado em 31 de janeiro de 1999, e lançado oficialmente apenas em 26 de julho de 2000. O objetivo deste pacto era a mobilização da comunidade empresarial internacional para que adotassem práticas de negócios que respeitassem os direitos humanos, as relações de trabalho, o meio ambiente e o combate à corrupção, tudo isso proposto por 10 princípios, sendo 3 princípios específicos para o meio ambiente.

Em 1995, nasceu no Brasil o Protocolo de Intenções pela Responsabilidade Socioambiental, mais conhecido como Protocolo Verde, no início apenas os bancos oficiais aderiram a esse protocolo, apenas em 2009 ocorreu a adesão das instituições privadas instaladas no Brasil. O Protocolo Verde é um conjunto de indicadores criados pela FEBRABAN (Federação Brasileira de Bancos), em parceria com o Ministério do Meio Ambiente, esses indicadores passaram a ser a referência adotada pelo sistema financeiro nacional para a análise dos impactos para grandes investimentos. Não há dúvidas com relação à importância da análise criteriosa do crédito antes da liberação dos valores, isso porque os bancos são os indutores do desenvolvimento econômico, mas esse desenvolvimento não pode ocorrer causando prejuízos ao meio ambiente.

Mas, foi apenas no ano de 2003 que os principais bancos brasileiros começaram a adotar uma avaliação de impactos sociais e ambientais em grandes projetos de investimentos, para isso adotaram os Princípios do Equador, princípios estes utilizados internacionalmente para a análise de impactos para grandes investimentos, são critérios tidos como mínimos para a concessão de crédito, a exigência desses princípios assegura que os projetos a serem financiados são socialmente responsáveis, e respeitam o meio ambiente em todas as etapas de execução.

Os Princípios do Equador foram importantes norteadores na política de concessão de crédito dos grandes bancos de investimentos existentes no mundo. Tudo começou em outubro de 2002 com um encontro, em Londres, promovido pelo International Finance Corporation (IFC), braço financeiro do Banco Mundial, e pelo banco holandês ABN Amro. Mas, foi em 2003 que os 10 maiores bancos de investimento do mundo, responsáveis por aproximadamente 30% do total de investimentos de todo o mundo, lançaram as regras dos Princípios do Equador nas

suas políticas de concessão de crédito. Esses princípios seriam os critérios mínimos exigidos para a concessão de crédito, garantindo assim que os projetos fossem desenvolvidos de forma socialmente e ambientalmente responsáveis.

As instituições financeiras, então, têm um papel importante neste processo de preservação do meio ambiente, isso porque elas são promotoras do desenvolvimento econômico, e não pode ser admitido que a preocupação com o meio ambiente seja negligenciada. Outro aspecto que reforça a importância da preocupação com o meio ambiente antes da liberação de crédito ocorre, pois um projeto que cause danos ao meio ambiente poderá acarretar prejuízos para a imagem do financiador, que indiretamente acabou colaborando para os danos causados pelo projeto que financiou. A imagem e a reputação das instituições financeiras devem ser cuidadosamente preservadas sob pena de acarretarem enormes prejuízos, com consequente prejuízo financeiro ocasionado pela desvalorização das ações na bolsa de valores, tudo isso derivado de um financiamento liberado após uma análise de crédito pouco criteriosa.

Sabendo da importância de uma boa imagem e reputação das instituições financeiras perante o mercado financeiro, seus clientes, fornecedores, público interno e externo, existe um compromisso que quando lhe é dado a devida importância tende a contribuir de maneira significativa para a obtenção de uma boa imagem e reputação junto a seus *Stakeholders*.

Toda essa preocupação com a imagem das organizações perante seus *Stakeholders*, àquela ideia de contribuir, seja com recursos financeiros, materiais, ou ainda recursos humanos para o desenvolvimento das comunidades onde a organização está inserida, o cuidado e a preocupação com o meio ambiente, esses são apenas algumas características do que se chama de Responsabilidade Social Corporativa. E atribuiu a Howard Bowen uma das primeiras definições para o termo Responsabilidade Social Corporativa, no ano de 1953 (apud ASHLEY, 2002, p.6). Segundo esta autora Responsabilidade Social Corporativa significava “a obrigação social do homem de negócios de adotar orientações, tomar decisões e seguir linhas de ação que sejam compatíveis com os fins e valores da sociedade”. Para ele existiam cinco públicos que poderiam se beneficiar de alguma forma com a ação de responsabilidade social, seriam os funcionários, os clientes, os fornecedores, os competidores e quem tivesse algum vínculo com a empresa. Essa definição é

bastante válida para a atualidade, onde ainda podemos observar atividades sendo desenvolvidas no sentido do socialmente responsável, vemos o engajamento de muitas empresas, mas também podemos observar que ainda existe um espaço gigantesco para o engajamento de novas empresas em áreas que beneficiem não somente seus funcionários, mas também a comunidade onde estão instaladas. Prêmios de responsabilidade social, selos e certificações específicas foram criados para identificar as empresas engajadas no tema, essas são apenas algumas iniciativas que buscam incentivar a adesão de empresas à prática de responsabilidade social corporativa.

A Sustentabilidade e a Responsabilidade Social Corporativa são temas que ganham importância a cada dia. O setor financeiro, no Brasil, é um setor de extrema importância, pois é ele o financiador de grande parte da produção de manufaturados, de alimentos e de energia produzidos no país. Dada a sua importância no desenvolvimento da economia, nada mais importante do que adotar uma política de responsabilidade socioambiental, ou seja, financiar cada vez mais a produção que afete minimamente o meio ambiente. São ações como essa que visam mitigar os prejuízos causados pela ação de empresas ou produtores que ávidos pelo lucro desenfreado acabam esquecendo que a preservação do meio ambiente é fundamental não só para a natureza e o ser humano, mas também para a produção futura, seja ela de alimentos, produtos manufaturados ou energia.

Não só quem produz sem a mínima preocupação com os danos que sua produção pode causar para a natureza e para a sociedade, mas também quem financia essa produção é diretamente e indiretamente responsável pelos danos causados. Hoje em dia, ter sua imagem atrelada a uma falta de preocupação com a Sustentabilidade é tudo o que mais as empresas não desejam, uma imagem arranhada perante a opinião pública pode causar prejuízos milionários ao seu negócio.

O foco deste estudo, então, serão as instituições financeiras, portanto, nada melhor do que analisar um dos principais produtos oferecidos pelos bancos, o crédito. Fazendo uma análise de como ocorre a liberação do crédito rural percebemos que essa preocupação com o que está sendo financiado é bastante válida. A normativa 4.327 do BACEN, de 25 de abril de 2014, foi extremamente importante para o setor financeiro brasileiro adotar uma política de financiamento

mais rigorosa, algumas instituições já possuíam uma política socioambiental que restringia a liberação de crédito, onde apenas era liberado o crédito mediante atendimento de alguns requisitos, tais como os propostos pelos Princípios do Equador, podemos citar a gestão do risco ambiental, a proteção à saúde ocupacional, a avaliação dos impactos socioeconômicos, a eficiência na produção e o uso de energias renováveis, além do respeito aos direitos humanos e a não utilização de mão de obra infantil. Mas, foi a partir da Resolução 4.327 que todas as instituições financeiras autorizadas pelo BACEN a funcionar no país passaram a ter que adotar critérios mais rigorosos para a concessão de financiamento, dentre eles estão a obrigatoriedade por parte das instituições financeiras de promover uma avaliação e um gerenciamento dos riscos socioambientais na concessão de crédito, para isso deverão ser analisados documentos, além de uma avaliação prévia dos impactos sociais e ambientais dos projetos financiados.

A instituição que será analisada, o BANRISUL (Banco do Estado do Rio Grande do Sul), é uma instituição financeira gaúcha, criada em 12 de setembro de 1928, com 200 postos de atendimento, 534 agências espalhadas pela Bahia, Ceará, Distrito Federal, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, além de duas agências no exterior, Miami e Grand Canyon (EUA). O banco estadual está presente em 86,52% dos municípios gaúchos, abrangendo 98,57% da população gaúcha. A instituição financeira gaúcha é a 6ª maior do país em número de agências e a 7ª maior em número de depósitos totais. Esses números dão uma dimensão exata da grandeza e importância do BANRISUL para a economia do Estado do Rio Grande do Sul.

No ano de 2016, o Balanço Patrimonial do BANRISUL indicou que foram emprestados pouco mais de R\$ 30,5 bilhões, sendo desse total, algo em torno de R\$ 2,5 bilhões eram referentes ao crédito rural, representando cerca de 8,4% do total de empréstimos efetuados. Naquele ano pela instituição financeira gaúcha. Apenas a título de comparação, o BACEN mostra que o volume de crédito rural movimentado em todo o Brasil, no ano de 2016, foi de aproximadamente R\$ 156 bilhões, com pouco mais de 2,2 milhões de contratos assinados.

Em 2011, foi criado o Grupo Estratégico de Gestão Socioambiental do BANRISUL (GEGSA) e o Comitê de Gestão Socioambiental, segundo o BANRISUL (2017, E), o GEGSA “[...] tem a responsabilidade de integrar o conceito de

sustentabilidade à missão e à estratégia da organização” e o Comitê de Gestão Socioambiental tem o “[...] objetivo de alinhar as ações de sustentabilidade à estratégia do banco”. O objetivo de ambos é o de que seja criada a cultura socioambiental no BANRISUL, isso ocorrerá através da adoção de práticas, implementação de projetos que promovam a sustentabilidade, dentre outras atividades que são desenvolvidas pelo GEGSA e pelo Comitê de Gestão Socioambiental. Basicamente o Comitê analisa e propõe práticas diversas voltadas para a Sustentabilidade e o GEGSA assume o compromisso de implementar tais práticas propostas.

Já no ano de 2012, o BANRISUL divulgou a sua primeira política de Sustentabilidade, cujo objetivo era o de orientar a instituição quanto à promoção do desenvolvimento sustentável, buscando o equilíbrio das oportunidades de negócio com responsabilidade social, econômica e ambiental. Foi a partir dessa primeira política de Sustentabilidade que o BANRISUL criou a PRSA (Política de Responsabilidade Socioambiental BANRISUL), visando atender a Resolução nº 4.327, do Conselho Monetário Nacional.

No dia 03 de março de 2016, o estado do Rio Grande do Sul lançou o PLEAPO (Plano Estadual de Agroecologia e de Produção Orgânica), o foco desse plano é a agroecologia e a produção orgânica. Fazem parte dessa iniciativa cerca de 40 instituições, entre secretarias de Estado, Governo Federal, Universidades e organizações não governamentais (ONGs). Dentre as instituições que fazem parte deste plano estadual podemos citar o BANRISUL, FEPAM, FEPAGRO, UNIPAMPA, UERGS, UFPeI, UFRGS, IFRS, CEASA/RS, IRGA, INCRA, EMBRAPA, MAPA, Ministério do Desenvolvimento Agrário, além de algumas secretarias estaduais tais como as Secretarias do Planejamento, Mobilidade Urbana e Desenvolvimento Regional, da Educação, do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, da Agricultura, Pecuária e Irrigação, e ainda a Secretaria do Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo, atuando por meio de sua conveniada ASCAR-EMATER/RS. Segundo informações publicadas no site da SDR (Secretaria do Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo), o Diretor do Departamento de Agricultura Familiar da SDR, Dionatan Tavares, informa que atualmente o Rio Grande do Sul produz 10 mil hectares de orgânicos, sendo toda essa produção cultivada por aproximadamente 1,2 mil famílias.

De uma maneira geral o trabalho buscou mostrar a existência de linhas de crédito que sejam ofertadas pelo BANRISUL e que tenham o foco na Sustentabilidade. Além disso, será observado se há ou não divulgação das referidas linhas de crédito, fazendo com que possamos embasar as sugestões de melhorias, ou não, da divulgação dos produtos que carecem de divulgação e conhecimento, tanto para o público interno quanto para o público externo da instituição.

## **1.1 OBJETIVOS**

### **1.1.1 Objetivo Geral**

Descrever o crédito rural oferecido pelo BANRISUL para os pequenos, médios e grandes produtores, relacionado à Sustentabilidade.

### **1.1.2 Objetivo específico**

- 1) Verificar os produtos disponíveis, mais especificamente aqueles ligados ao crédito rural ligado à Sustentabilidade;
- 2) Identificar as exigências para a concessão de cada tipo de crédito rural;
- 3) Verificar os critérios da concessão de créditos destinados a financiamento da Sustentabilidade;
- 4) Verificar como ocorre o atendimento dos critérios exigidos para liberação do crédito;
- 5) Verificar como ocorrem as fiscalizações das exigências para a liberação dos valores;
- 6) Verificar como a instituição divulga esse tipo de crédito e seus resultados.



## 1.2 JUSTIFICATIVA

Trabalhando em uma instituição financeira podemos identificar inúmeros produtos e serviços que são disponibilizados aos clientes. Tentando identificar a preocupação com a Sustentabilidade na instituição financeira, primeiramente lembramos da economia de papel, energia, reciclagem, dentre outros, mas sendo uma instituição financeira, seu produto fim é o crédito, e este deve estar relacionado à Sustentabilidade.

É interessante verificar que, internamente, o BANRISUL já possui uma cultura de racionalização na utilização de insumos, reciclagem, dentre outras, mas é mais interessante ainda saber que a instituição tem uma política para a concessão de crédito, política adotada desde antes da exigência da Resolução 4.327 do BACEN, de 2014.

A Sustentabilidade é cada vez mais exigida pela sociedade, que está cada vez mais preocupada com pequenos detalhes que farão a diferença no futuro. Para a sociedade em geral essa preocupação mais latente e visível é a preocupação com a separação do lixo seco e orgânico, reciclagem das garrafas PET, das latinhas de bebidas, etc. Mas, e para as empresas em geral? O BANRISUL tem uma política de Sustentabilidade interna, compromisso com o desenvolvimento sustentável, mas nosso foco é com relação a um dos produtos oferecidos pelo banco, o crédito rural voltado para uma produção sustentável, isso porque não basta ser sustentável internamente e financiar uma produção que traga prejuízos ao meio ambiente e a sociedade. Isso nos faz perceber a importância da preocupação com a Sustentabilidade não se resumir apenas ao interior da empresa, mas sim seus produtos também devem atender os critérios da Sustentabilidade.

É possível perceber que o BANRISUL não deseja ter seu nome e sua imagem atrelados a danos ao meio ambiente ou a fatos que tragam prejuízos para a sociedade. O banco parece saber o quão prejudicial seria para si ter financiado uma produção danosa e destruidora do meio ambiente. Não só a sociedade cobra cada vez mais uma postura ética, mas o próprio mercado exige e cobra isso das empresas. Escolhas mal feitas, análises mal elaboradas, isso tudo poderá trazer prejuízos não apenas para o meio ambiente, mas também pode trazer prejuízos milionários para as instituições envolvidas.

## **2 REVISÃO TEÓRICA**

Neste capítulo serão abordados os conceitos fundamentais para o desenvolvimento fundamentado do estudo. Como o tema do estudo trata da Sustentabilidade, no capítulo em questão será abordado o conceito de Sustentabilidade, incluindo alguns itens mais específicos que possuem relação com as instituições financeiras, tais como o Protocolo Verde, o Pacto Global e a Resolução Nº 4.327 do BACEN. Não poderia ficar de fora a Responsabilidade Social Corporativa, item diretamente ligado a Sustentabilidade e que está cada vez ganhando mais espaço e importância, não só dentro das instituições financeiras, como também dentro das grandes organizações e do sistema financeiro como um todo.

### **2.1 Sustentabilidade**

A Sustentabilidade inicialmente era uma preocupação apenas ambiental, mas em pouco tempo ganhou a dimensão econômica e social, sendo que a partir dos anos 1990 o conceito passou a incluir a responsabilidade social empresarial/corporativa. Nesta perspectiva, temos que “Empresa sustentável é a que procura incorporar os conceitos e objetivos relacionados com o desenvolvimento sustentável em suas políticas e práticas de modo consistente” (BARBIERI; CAJAZEIRAS, 2009, p.70). O desenvolvimento sustentável é um dos componentes da responsabilidade social corporativa, se resume basicamente a um modelo de desenvolvimento que busca compatibilizar a exploração racional dos recursos naturais e sua regeneração, o objetivo é satisfazer as necessidades da geração atual, assim como satisfazer as necessidades das gerações futuras.

Em junho de 1992, na cidade do Rio de Janeiro, ocorreu a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), ela ficou conhecida posteriormente por três nomes, Eco-92, Rio-92 ou ainda Cúpula da Terra. Desta reunião surgiu a Agenda 21, que foi um plano de ação que estabelecia que cada país cooperasse de alguma forma no estudo de alternativas para os problemas socioambientais do planeta, onde o desenvolvimento de cada um dos países deveria conciliar proteção do meio ambiente, eficiência econômica e justiça social. É na Agenda 21 que surge pela primeira vez o que passou a ser chamado de “Política

dos 3 R”, ou seja, a proposta dessa política é a Redução, Reutilização e por fim a Reciclagem de materiais.

A expansão da consciência coletiva com relação ao meio ambiente e a complexidade das atuais demandas ambientais que a sociedade repassa às organizações induzem a um novo posicionamento por parte dos empresários e das organizações face a tais questões (TACHIZAWA, 2011). A sociedade passou a exigir muito mais do que apenas produtos e serviços de qualidade, a sociedade exige empresas comprometidas com o bem-estar público, preocupadas desde ações simples como a filantropia, até empresas engajadas no desenvolvimento e implementação de programas de proteção do meio ambiente e da biodiversidade.

Hoje em dia, as empresas sabem que ser uma empresa sustentável trará inúmeros benefícios não só para a imagem da organização junto a sociedade, mas também trará investimentos econômicos. Sustentabilidade é um conceito bastante amplo e abrangente, onde as empresas começam a perceber que tratasse de um negócio que pode trazer ganhos financeiros no médio e longo prazo.

[...] vertentes da literatura demonstram como as firmas podem ganhar vantagem competitiva por meio de estratégias de sustentabilidade. Os resultados surgem devido ao aumento dos ganhos com eficiência, redução nos custos, aquisição de recursos estratégicos e capacidades, desenvolvimento da aprendizagem e das capacidades dinâmicas. (DIAS; BARROS; Apud Ricart, Rodrigues e Sánchez, 2005, p.24).

A Bolsa de Valores de São Paulo, em uma iniciativa pioneira na América Latina, criou no mês de novembro de 2005, o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE). Ano após ano esse índice se consolida como um fator indutor das empresas que buscam um modelo de negócios voltados para o desenvolvimento sustentável. É uma ferramenta para análise da performance comparativa das empresas listadas na BM&FBOVESPA, mais especificamente sob o aspecto da Sustentabilidade Corporativa. Ele surgiu a partir da identificação da necessidade de criação de um *benchmark*, algo que pudesse servir de parâmetro para aqueles investidores com preocupações éticas e ambientais, servindo assim para diferenciar as organizações comprometidas com a Sustentabilidade e as sem esse comprometimento. Em nível mundial, temos outro índice bastante semelhante e que surgiu em 1999, é o *Dow Jones Sustainability Index World*, que é tido como o primeiro indicador de desempenho voltado para empresas focadas em Sustentabilidade, em nível global.

Como é possível perceber, a questão da Sustentabilidade ganha importância ano após ano, e não é um fenômeno local, tratasse de uma preocupação mundial.

O índice de sustentabilidade da BM&FBOVESPA tem em sua composição informações a respeito da eficiência econômica, equilíbrio ambiental, justiça social e governança corporativa. De certa maneira esse índice mostra as empresas e os grupos comprometidos com a Sustentabilidade, diferenciando-os em termos de qualidade, nível de compromisso com o desenvolvimento sustentável, equidade, transparência e prestação de contas, natureza do produto, além do desempenho empresarial nas dimensões econômico-financeira, social, ambiental e de mudanças climáticas.

Savitz (2007, p.2) nos dá uma visão capitalista sobre o tema, mencionando que “empresa sustentável é aquela que gera lucro para os acionistas, ao mesmo tempo em que protege o meio ambiente e melhora a vida das pessoas com quem mantém interações”. Além da questão econômica, outra questão que incentiva as empresas a adotarem práticas sustentáveis está ligada à imagem que a empresa irá transmitir ao seu público. Não é por acaso que as instituições financeiras têm cada vez mais controle dos riscos sociais, ambientais e de reputação a que estão expostas.

Passador, Canopf, Passador (2005, p.1), aponta que:

Está recaindo sobre as empresas uma grande pressão da sociedade por melhorias nas condições de vida de seus cidadãos, como consequência da impossibilidade do Estado mínimo neoliberal atender as demandas geradas pelo processo de globalização.

É possível verificar tal fenômeno nos dias atuais. As empresas acabam se responsabilizando por atividades antes exclusivas do poder público, um exemplo disso é a adoção de parques e praças, mas existem outras atividades onde as organizações acabam atendendo a demanda da sociedade. Cabem às organizações aproveitar tais atividades para gerar benefícios aos *stakeholders*, e com isso ter sua imagem atrelada a boas ações de responsabilidade social, agregando valor a sua imagem e consequentemente ganhos financeiros com isso.

Mas, não podemos esquecer que em se tratando de instituições financeiras o lucro é uma obrigação.

[...] A atual preocupação do meio empresarial com os problemas ambientais não é fruto de uma repentina consciência ambiental, que, de repente,

acometeu os homens de negócio. Não, os objetivos das empresas continuam e continuarão sendo os mesmos de sempre: resultados, lucros, liderança, sobrevivência a longo prazo, ampliação de mercado, dentre outros (SOUZA, 2000, p.423).

Como podemos depreender da citação anterior, os objetivos não mudaram com a questão da Sustentabilidade, as empresas perceberam que a responsabilidade social poderia trazer lucratividade para a organização e os investidores também perceberam que investir neste tipo de empresa também pode lhe trazer ganhos maiores do que investir em empresas comuns e sem o apelo da sustentabilidade. Isso acontece principalmente porque este tipo de ação tem um volume financeiro negociado na bolsa de valores cada vez maior, e consequentemente o preço dessas ações tende a se valorizar mais e oscilar menos. A divulgação das práticas sustentáveis trará um retorno incalculável para a reputação da empresa socialmente responsável, e isso terá como consequência um aumento no lucro da organização. A Sustentabilidade é muito importante, mas os resultados por ela trazidos são mais importantes ainda.

Analisando as informações relacionadas à Sustentabilidade no setor financeiro brasileiro é possível verificar uma evolução sobre o tema, e a seguir tem-se cada uma das iniciativas criadas visando a criação e implantação de práticas sustentáveis na atividade financeira.

### **2.1.1 Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento**

Na conferência organizada pela ONU (Organização das Nações Unidas) que ocorreu no Rio de Janeiro, entre 03 e 14 de junho de 1992, o foco principal foi sobre o tema do Meio Ambiente e o Desenvolvimento, buscando assim uma parceria em âmbito mundial com organizações dos mais variados segmentos. Nesta declaração, também conhecida como Rio 1992, o objetivo era o estabelecimento de novas parcerias globais e a criação de níveis de cooperação entre os Estados, visando a conclusão de acordos internacionais que respeitassem os interesses de todos. A Declaração do Rio sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, publicada pela ONU e disponibilizada em seu site oficial, em 2012, possui 27 princípios (ANEXO A), deve-se reconhecer a capacidade de articulação e de mobilização da Organização das Nações Unidas, sendo o documento base de muitos compromissos e protocolos assumidos posteriormente. A adesão e o cumprimento desses princípios, que

atingem os mais variados setores da economia mundial, são de extrema importância. Estes princípios buscam de certa forma a assunção de compromissos e a responsabilização dos causadores de danos ambientais.

Vimos que apesar de ser um documento de 1992, já existia a ideia de responsabilização dos causadores de danos ambientais, mas na época a cobrança e exigência de adoção de uma maior responsabilidade ambiental na concessão de crédito, fazia com que esses princípios fossem adotados por poucas instituições e organizações.

### **2.1.2 Protocolo Verde**

O Protocolo Verde surgiu com o intuito de balizar a ação por parte das instituições financeiras, foi criado no ano de 1995 quando os bancos federais (Banco da Amazônia, Banco do Brasil S.A., Banco do Nordeste do Brasil S.A., Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e a Caixa Econômica Federal) assumiram o compromisso de empreender práticas políticas e práticas bancárias que estejam em harmonia com um desenvolvimento sustentável, que não comprometa as necessidades de gerações futuras, como segue:

- 1 - A proteção ambiental é um dever de todos que desejam melhorar a qualidade de vida no planeta e extrapola qualquer tentativa de enquadramento espaço-temporal;
- 2 - Um setor financeiro dinâmico e versátil é fundamental para o desenvolvimento sustentável;
- 3 - O setor bancário deve privilegiar de forma crescente o financiamento de projetos que não sejam agressivos ao meio ambiente ou que apresentem características de Sustentabilidade;
- 4 - Os riscos ambientais devem ser considerados nas análises e nas condições de financiamento;
- 5 - A gestão ambiental requer a adoção de práticas que antecipem e previnam degradações do meio ambiente;
- 6 - A participação dos clientes é imprescindível na condução da política ambiental dos bancos;
- 7 - As leis e regulamentações ambientais devem ser aplicadas e exigidas, cabendo aos bancos participar da sua divulgação;
- 8 - A execução da política ambiental nos bancos requer a criação e treinamento de equipes específicas dentro dos seus quadros;
- 9 - A eliminação de desperdícios, a eficiência energética e o uso de materiais reciclados são práticas que devem ser estimuladas em todos os níveis operacionais;
- 10 - Os princípios aqui assumidos devem constituir compromisso de todas as instituições financeiras (Portal do Meio Ambiente, 1995).

Em 2008, ocorreu a primeira atualização do Protocolo Verde, ainda mais abrangente que a versão de 1995, mas essa nova versão acabou deixando os

bancos públicos, únicos signatários do Protocolo Verde, em desvantagem perante aos bancos privados. A vantagem dos bancos privados era que eles não eram obrigados a seguir os princípios do Protocolo Verde, tendo assim mais vantagem competitiva na hora da concessão de crédito, pois não faziam tantas exigências para a concessão como os bancos públicos signatários do protocolo.

Em 2009, a FEBRABAN aderiu oficialmente ao Protocolo Verde, como ela representava 16 instituições privadas, ao aderir a esse protocolo, todas as instituições representadas pela FEBRABAN também passaram a seguir os princípios do Protocolo Verde, que com isso passou por nova atualização. A desvantagem competitiva dos bancos públicos perante os bancos privados deixou de existir.

Foi no ano de 2009 que o BANRISUL aderiu ao Protocolo Verde, tornando-se assim um de seus signatários, sendo seguidor de seus princípios norteadores, como segue:

- Financiamento por meio de linhas de crédito e programas que atendam a qualidade de vida da população;
- Uso sustentável dos recursos naturais, bem como dos materiais deles derivados (visando à racionalização de processos internos);
- Sensibilização e engajamento das partes interessadas (público interno e externo).

(BANRISUL, 2016, d, p.94).

Essa adesão serviu para mostrar a preocupação e o compromisso do BANRISUL com o meio ambiente e com desenvolvimento sustentável.

### **2.1.3 Pacto Global**

O Pacto Global foi uma iniciativa de Kofi Annan, ex-secretário-geral da ONU (Organização das Nações Unidas), foi anunciado no Fórum Econômico Mundial em 31 de janeiro de 1999, mas apenas em 26 de julho de 2000 é que teve seu lançamento oficial.

[...] objetivo de mobilizar a comunidade empresarial internacional para a adoção, em suas práticas de negócios, de valores fundamentais e internacionalmente aceitos nas áreas de direitos humanos, relações de trabalho, meio ambiente e combate à corrupção refletidos em 10 princípios. (PACTO GLOBAL, 2013, a, p.1).

Esse Pacto Global é seguido, atualmente, por mais de 9 mil empresas e 4 mil não empresas de todo o planeta, leia-se não empresas o setor público, cidades, associações, etc. No Brasil, existem pouco mais de 700 signatários (ANEXO B), dos mais variados setores. É possível perceber a importância desse Pacto Global, pois

mesmo após 17 anos de seu lançamento ele ainda é referência na área de responsabilidade socioambiental para todo o mundo.

No Brasil, o Pacto Global teve início ainda no primeiro semestre do ano de 2000, conduzido pelo Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, com a missão de sensibilizar e mobilizar as empresas a se engajarem neste projeto da ONU.

O BANRISUL aderiu voluntariamente ao Pacto Global apenas no ano de 2013 e desde então, para continuar participando do Pacto Global deve apresentar uma Comunicação de Progresso (COP), conforme o site oficial do Pacto Global, essa comunicação deverá atender a três requisitos, o primeiro é a declaração do presidente da instituição participante do Pacto Global manifestando o interesse em renovar o compromisso assumido; A instituição participante deve então descrever as ações desenvolvidas no período anterior ao COP e por fim a instituição participante deverá mensurar os resultados alcançados. Os 10 princípios que constam no Pacto Global estão relacionados com os Direitos Humanos, Direitos do Trabalho, Proteção do Meio Ambiente e o Combate à Corrupção em todas as suas formas. A seguir tem-se os 10 princípios publicados no site oficial do Pacto Global, separados por categoria:

#### **Princípios de Direitos Humanos**

- **Princípio 1:** As empresas devem apoiar e respeitar a proteção de direitos humanos reconhecidos internacionalmente;
- **Princípio 2:** Assegurar-se de sua não participação em violações destes direitos.

#### **Princípios do Trabalho**

- **Princípio 3:** As empresas devem apoiar a liberdade de associação e o reconhecimento efetivo do direito à negociação coletiva;
- **Princípio 4:** A eliminação de todas as formas de trabalho forçado e compulsório;
- **Princípio 5:** A abolição efetiva do trabalho infantil;
- **Princípio 6:** Eliminar a discriminação no emprego.

A seguir são apresentados os três princípios ambientais, para esse estudo estes são os principais princípios dentre todos contidos no Pacto Global.



### **Princípios Ambientais**

- **Princípio 7:** As empresas devem apoiar uma abordagem preventiva aos desafios ambientais;
- **Princípio 8:** Desenvolver iniciativas para promover maior responsabilidade ambiental;
- **Princípio 9:** Incentivar o desenvolvimento e a difusão de tecnologias que não agredam o meio ambiente.

### **Princípio Contra a Corrupção**

- **Princípio 10:** As empresas devem trabalhar contra a corrupção em todas as suas formas, incluindo extorsão e suborno.

Vale ressaltar que existe a obrigatoriedade de envio anual das informações para a ONU, uma espécie de prestação de contas e transparência com relação ao que a instituição participante fez no ano. A data limite para envio da Comunicação de Progresso, no ano de 2016, foi dia 22 de dezembro de 2016. O BANRISUL fez o envio desta comunicação de progresso (COP) ao secretário-geral da ONU, António Guterres, apenas no dia 20 de abril de 2017. Em correspondência enviada à ONU e assinada pelo Presidente do BANRISUL, Luiz Gonzaga Veras Mota, a instituição justificou o atraso como não tendo sido possível a finalização de todas as etapas de aprovação do relatório, mas reforça sua intenção de apoiar e difundir os princípios do Pacto Global, se comprometendo inclusive no envio anual de novas comunicações de progresso (COP).

Neste comunicado consta a descrição dos esforços despendidos pelo banco para o cumprimento dos 10 princípios estabelecidos no Pacto Global. Além do banco apresentar o que já cumpriu e o andamento dos compromissos assumidos, também consta que o banco assume o compromisso de enviar anualmente relatórios de prestação de contas e transparência nas informações. A seguir tem-se o posicionamento do BANRISUL ao Secretário-geral da Onu, António Guterres, no que diz respeito aos princípios ambientais, citados anteriormente. Primeiramente segue a descrição da relevância da proteção ambiental para o BANRISUL:

O BANRISUL divulgou sua primeira política de Sustentabilidade no ano de 2012, com o objetivo de orientar a empresa e suas coligadas quanto à promoção do desenvolvimento sustentável, buscando o equilíbrio das oportunidades de negócio com responsabilidade social, econômica e ambiental.

O Banco Central do Brasil publicou a resolução nº 4.327, de 25.04.2014, que dispõe sobre as diretrizes que devem ser observadas no estabelecimento e na implementação da Política de Responsabilidade Socioambiental pelas instituições financeiras.

A Política de Responsabilidade Socioambiental do BANRISUL, denominada PRSA, foi criada a partir da revisão da Política de Sustentabilidade de 2012, e tem como finalidade estabelecer diretrizes que norteiem as ações de responsabilidade socioambiental do banco e de todas as empresas controladas do Grupo BANRISUL, de forma compatível com a natureza das atividades de cada empresa e a complexidade dos seus produtos e serviços, respeitando-se os princípios da relevância, da proporcionalidade e da eficiência. A PRSA BANRISUL busca a promoção da Sustentabilidade, equilibrando oportunidades de negócio com responsabilidade social, econômico, ambiental e cultural, contribuindo para o desenvolvimento sustentável nas regiões onde o BANRISUL atua. Abrange, ainda, a Política Institucional de Gestão de Risco Socioambiental (BANRISUL, 2017, c, p.6).

A seguir, tem-se a descrição das ações concretas do BANRISUL para a implementação de políticas ambientais, redução de riscos ambientais e resposta a incidentes ambientais:

- a) Promover a gestão adequada dos resíduos gerados, adotando sempre que possível o processo de reciclagem e reaproveitamento de materiais e buscando minimizar os potenciais impactos ambientais negativos;
- b) Atender à legislação e adotar normas internas que assegurem o cuidado com o meio ambiente e a qualidade de vida;
- c) Incorporar e aperfeiçoar mecanismos para gestão dos impactos indiretos das operações financeiras, de acordo com a Política de Gerenciamento de Risco Socioambiental;
- d) Racionalizar procedimentos operacionais, visando promover a melhoria da eficiência no consumo energético, dos recursos naturais e dos materiais deles derivados;
- e) Considerar a redução das emissões de gases de efeito estufa no aprimoramento de processos internos, promovendo a redução do uso de recursos naturais, materiais e financeiros (BANRISUL, 2017, c, p.7).

O banco monitora e avalia o desempenho ambiental como segue:

O BANRISUL possui sistema de controle de impressões e uso racional de papel. Também monitora o consumo de energia e água. O Banco aprovou ação relacionada à implementação de sua Política de Responsabilidade Socioambiental para elaboração de plano de gestão de seus resíduos. O BANRISUL, por meio do Programa Reciclar BANRISUL, promove a conscientização dos empregados quanto à separação de resíduos, além de realizar o descarte correto dos resíduos do Banco. Por meio da Política de Gerenciamento de Risco Socioambiental são identificados riscos socioambientais (BANRISUL, 2017, c, p.7).

O BANRISUL não apenas assumiu o compromisso, mas também avalia e monitora constantemente as ações implementadas. Isso demonstra a real intenção da instituição, mostra que as diretrizes definidas no Pacto Global estão sendo seguidas e seu cumprimento é monitorado pelo banco. A seguir os programas implementados pelo banco e que demonstram que a instituição está empenhada em

cumprir o que determina do Pacto Global. O banco criou o Programa Reciclar, o Programa de Eficiência Energética, o Programa Sementes e o Banribike.

O programa Reciclar promove a reciclagem dos resíduos gerados nas agências e no prédio administrativo do BANRISUL, além do apelo ecológico essa ação também tem um apelo social, tendo em vista esse material recolhido ser doado para cooperativas de reciclagem. O outro programa desenvolvido pela instituição é o Programa Energético BANRISUL, um programa em parceria com a CEEE (Companhia Estadual de Energia Elétrica do Estado do Rio Grande do Sul) que busca a redução no consumo de energia elétrica nas agências e no prédio administrativo o banco, essa redução ocorre através substituição de equipamentos antigos, tais como impressoras e computadores, por novos equipamentos, mais eficientes e econômicos, substituição das luminárias, construção de novas agências com uma arquitetura que promova a redução no consumo de energia e a substituição gradual dos equipamentos de ar condicionado por equipamentos mais modernos e econômicos. Outra ação do BANRISUL na questão de economia de energia diz respeito as novas agências, o projeto arquitetônico das novas agências tem como foco a Sustentabilidade, os projetos das novas agências procuram privilegiar a luz solar para economizar energia. Já o programa Sementes tem como objetivo fornecer sementes crioulas agroecológicas de diferentes espécies para os agricultores familiares, isso gera renda e desenvolvimento sustentável da região. Por fim tem o Banribike, este programa visa incentivar os funcionários a utilizar meios de transporte alternativos para o deslocamento de ida e volta ao trabalho, no prédio administrativo do banco este programa foi implementado, no local é disponibilizado um vestiário com chuveiros e armários, também é disponibilizado um estacionamento fechado e seguro para as bicicletas, além do acompanhamento por parte de profissionais do SESMT (Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho).

#### **2.1.4 Resolução Nº 4.327, de 25 de abril de 2014**

Essa Resolução publicada pelo BACEN tem como objetivo o desenvolvimento e a implementação de uma Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA) por parte das instituições financeiras instaladas no Brasil. Em seu artigo 1º a resolução define:

[...] as diretrizes que, considerados os princípios de relevância e proporcionalidade, devem ser observadas no estabelecimento e na implementação da política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN, 2014, f, p.1).

Consta ainda nesta resolução, em seu artigo 2º (p.1) que a Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA) “[...] deve estabelecer diretrizes sobre as ações estratégicas relacionadas à sua governança, inclusive para fins do gerenciamento do risco socioambiental”. Além disso, fica estabelecido em seu artigo 3º (p.2) que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil deverão “[...] manter estrutura de governança compatível com o seu porte, a natureza do seu negócio, a complexidade de serviços e produtos oferecidos [...]”, tudo isso para assegurar que as diretrizes e os objetivos da Política de Responsabilidade Socioambiental sejam cumpridas.

Cada instituição, de acordo com seu porte e a natureza de seu negócio deverá ter uma área de gerenciamento do risco socioambiental, sendo este definido como a probabilidade de perdas por parte das instituições financeiras decorrentes de danos socioambientais.

O gerenciamento dos riscos socioambientais foi definido no artigo 6º, conforme segue:

- I - sistemas, rotinas e procedimentos que possibilitem identificar, classificar, avaliar, monitorar, mitigar e controlar o risco socioambiental presente nas atividades e nas operações da instituição;
- II - registro de dados referentes às perdas efetivas em função de danos socioambientais, pelo período mínimo de cinco anos, incluindo valores, tipo, localização e setor econômico objeto da operação;
- III - avaliação prévia dos potenciais impactos socioambientais negativos de novas modalidades de produtos e serviços, inclusive em relação ao risco de reputação; e
- IV - procedimentos para adequação do gerenciamento do risco socioambiental às mudanças legais, regulamentares e de mercado. (BACEN, 2014).

A resolução, também, define que a área responsável pelo gerenciamento de riscos socioambientais deverá estar subordinada a unidade de gerenciamento de riscos das instituições financeiras. Em seu artigo 8º (p.3) ficou definido que as instituições financeiras autorizadas a funcionar no país pelo BACEN deverão “[...] estabelecer critérios e mecanismos específicos de avaliação de risco quando da realização de operações relacionadas a atividades econômicas com maior potencial de causar danos socioambientais”.

Todas essas normas e critérios têm como objetivo não só preservar o meio ambiente e propiciar um desenvolvimento sustentável sem prejudicar gerações futuras, mas também tem o objetivo de preservar a imagem das instituições, diminuindo os riscos a que elas estarão expostas ao seguir a Política de Responsabilidade Socioambiental determinada pelo BACEN.

## **2.2 Responsabilidade Social Corporativa (RSC)**

É inegável que nos dias de hoje a Responsabilidade Social Corporativa ganhou uma importância muito grande para o desenvolvimento das atividades empresariais e para o estabelecimento de relações socialmente positivas juntos aos *stakeholders* envolvidos direta ou indiretamente na atividade da empresa. As empresas que são socialmente responsáveis acreditam que o seu sucesso tem relação com o sucesso de seus *stakeholders*, assim como com o desenvolvimento sustentável da sociedade e do meio ambiente. Para o empresário e ex-presidente do Instituto Ethos, Ricardo Young Silva (YOUNG, 2016), a Responsabilidade Social Corporativa se tornou uma importante ferramenta de Sustentabilidade nas organizações. Hoje em dia, uma relação ética e transparente com todos os públicos que se relacionam com a empresa para o desenvolvimento de seu negócio e da sociedade, preservando assim os recursos ambientais e humanos para as gerações futuras, esses são conceitos que norteiam uma gestão socialmente responsável, trazendo vários benefícios para as organizações. Dentre as definições utilizadas para Responsabilidade Social Corporativa, a definição abaixo é bem clara com relação à dimensão da mesma:

[...] responsabilidade social incorpora a noção de que a atividade empresarial envolve uma dimensão de responsabilidade para com toda a cadeia produtiva da empresa - clientes, funcionários, fornecedores -, além da comunidade, ambiente e sociedade como um todo, o que se relaciona diretamente com a definição de estratégias baseada na teoria dos *stakeholders* (SCHOMMER; ROCHA; FISCHER, 1999, p.4).

Dentre a gama de atividades que podem ser enquadradas como sendo de Responsabilidade Social Corporativa, as ações sociais, a preocupação com a preservação do meio ambiente, além da adoção de um comportamento ético são aspectos que tem sido muito valorizado pelos consumidores, proporcionam um maior valor agregado à imagem da empresa, a sua marca, aos seus produtos e

serviços. Comportamentos e atitudes responsáveis são diferenciais importantes no mercado competitivo que as empresas vivem.

Conforme o Instituto Ethos,

[...] responsabilidade social empresarial alude justamente à tomada de decisões empresariais ligadas a valores éticos, de acordo com exigências legais, respeito às pessoas, comunidade e meio ambiente. Tudo isso passa pelas políticas de relacionamento da empresa com os seus *stakeholders*, incluindo consumidores, funcionários, comunidades, acionistas, governo, fornecedores e até concorrentes (Instituto Ethos, 2001, p.18-19).

Isso significa que ao serem empresas socialmente responsáveis elas estarão gerando inúmeros benefícios não só para a sociedade em geral, como também para si mesmas. As empresas são fundamentais para o desenvolvimento econômico e social do país, e a preocupação em ser socialmente responsável se deve ao fato de que os problemas sociais e ambientais, direta ou indiretamente irão afetar as empresas, por este motivo atitudes, ações e comportamentos responsáveis socialmente irão gerar os benefícios para as empresas, pois um ambiente “falido” socialmente, economicamente e ambientalmente, com certeza trará o risco de grandes prejuízos e até falência da empresa ali inserida.

Teodósio (2001) relaciona o desenvolvimento de atividades ligadas à responsabilidade social com o aumento da produtividade e da competitividade, além disso ser socialmente responsável melhora a imagem da instituição junto à comunidade, reduzindo assim ameaças externas.

Para o conceito de Responsabilidade Social Corporativa, segundo AECA (2004, p.9-10, apud Kraemer, 2005), apresenta vários termos relacionados a ele, dentre os quais se destacam:

- 1) **Ação social:** ajuda voluntária, expressada em recursos econômicos ou de outro tipo, outorgada pelas empresas a projetos externos de caráter filantrópico e desenvolvimento socioeconômico (assistência social, saúde, educação, etc). A ação social é um dos diversos comportamentos socialmente responsáveis que a empresa pode praticar;
- 2) **Auditoria social:** avaliação sistemática do impacto social de uma empresa em relação a certas normas e expectativas;
- 3) **Capital relacional (capital social):** expressão do grau de responsabilidade e integração social das organizações, medido em termos de

capacidade relacional com os distintos grupos de interesses. Alguns autores consideram o capital relacional como um dos componentes do capital intelectual;

4) **Código de conduta:** expressão formal de valores e boas práticas da organização, enunciado com caráter orientador e normativo e com categoria de preceito a cumprir por todos os integrantes da corporação. Às vezes também se aplica aos fornecedores e a outros prestadores de serviços;

5) **Código de bom governo:** pronunciamento formal de valores e boas práticas dos órgãos de gestão e administração da organização, enunciado com dignidade de preceito a cumprir por todas as pessoas que compõem ditos órgãos, de maneira muito especial o Conselho de Administração;

6) **Desenvolvimento sustentável:** modelo de desenvolvimento que busca compartilhar a exploração racional de recursos naturais e sua regeneração, eliminando o impacto nocivo da ação do ser humano, em geral, e dos processos produtivos, em particular, para satisfazer as necessidades das gerações presentes sem pôr em perigo a satisfação daquelas que possam ser apresentadas pelas gerações futuras;

7) **Empresa cidadã:** concepção de empresa como membro integrante da sociedade, com o dever de promover seu desenvolvimento e a preservação do entorno vital onde realiza sua atividade. O cumprimento de suas obrigações como cidadão corporativo é uma forma de alcançar a legitimidade na sociedade da qual faz parte;

8) **Ética empresarial:** é o estudo e a aplicação da moral ao mundo da empresa. Compreende o conjunto de valores, normas e providências que as organizações vinculam a seus membros em forma de ideais compartilhados e obrigações, em torno do que é bem e mal, do que é correto e incorreto;

9) **Filantropia estratégica:** ação social da empresa, formulada e implantada sobre a base de um planejamento estratégico de negócio, associando a ação filantrópica a alguns benefícios determinados em termos econômicos e de vantagem competitiva;

10) **Gestão ambiental:** gestão orientada à prevenção, redução, minimização e eliminação do impacto ambiental negativo que ocasiona ou pode ocasionar a atividade da empresa;

11) **Marketing com causa social:** campanha com apoio da comercialização de produtos e serviços oferecidos por países com vistas ao desenvolvimento e organizações não governamentais que canalizam ajuda a ditos países;

12) **Reputação corporativa:** reconhecimento público alcançado, expressão, em certa medida, de legitimidade social;

13) **Sustentabilidade:** expressão do impacto de atividade de empresa na tríplice dimensão: econômica, social e ambiental. Compromisso com o modelo de desenvolvimento sustentável que se pode alcançar por meio da Responsabilidade Social Corporativa. Capacidade ou qualidade para alcançar o desenvolvimento sustentável;

14) **Tríplice conta de resultados (*triple bottom line*):** é aquela que representa, em termos quantitativos, o valor econômico, o valor para o desenvolvimento social ou para o meio ambiente que as empresas criam ou destroem. Este conceito reflete a importância de considerar as consequências econômicas e também ambientais e sociais das decisões que tomam as organizações.

Pode-se verificar após a apresentação dos conceitos mencionados, todos relacionados a Responsabilidade Social Corporativa, que a abrangência do conceito é bastante ampla. Engana-se, portanto, quem acha que Responsabilidade Social Corporativa se resume a filantropia, trabalho voluntário, doações de bens diversos, etc. Martinelli (1997) diz que as práticas de Responsabilidade Social proporcionam ganhos substanciais para as empresas promotoras dessas práticas, dentre as quais ele cita o valor agregado à imagem da empresa e a consciência coletiva interna de estar participando no encaminhamento de causas sociais. Os ganhos advindos da Responsabilidade Social Corporativa vão muito além dos limites físicos das empresas, e não trazem benefícios apenas para as empresas adeptas dessas práticas, os *stakeholders* acabam se beneficiando de alguma forma desse tipo de prática.

Uma definição que mostra o grau de integração entre os conceitos de Responsabilidade Social Empresarial e desenvolvimento sustentável foi dado pelo Banco Mundial, no ano de 2002:



Responsabilidade Social Empresarial é o compromisso empresarial de contribuir para o desenvolvimento econômico sustentável, trabalhando em conjunto com os empregados, suas famílias, a comunidade local e a sociedade em geral para melhorar sua Qualidade de Vida, de maneira que sejam boas tanto para as empresas como para o desenvolvimento. (Banco Mundial, 2002, p.3; apud Kreitlon, 2004).

Kraemer (2005, p.1) menciona que o termo “[...] responsabilidade social corporativa está associado à noção de Sustentabilidade...”, isso porque ainda segundo a mesma autora, tem o objetivo de “[...] conciliar as esferas econômicas, ambiental e social...”, ou seja, a responsabilidade social corporativa está atrelada a um desenvolvimento preocupado não apenas com a parte econômica, mas também preocupado com a questão social e com o meio ambiente, proporcionando assim um crescimento sólido e duradouro.

Para Sachs (1994), o desenvolvimento sustentável deveria considerar três dimensões, a social, a ambiental e a econômica; isso tudo em busca do crescimento econômico, geração de renda, melhoria na qualidade de vida, preservação dos recursos naturais, ou seja, um modelo de desenvolvimento não predatório.

Para Borger (2013), o conceito de desenvolvimento sustentável hoje em dia está totalmente integrado ao conceito de Responsabilidade Social, isso se deve ao fato de que não haverá crescimento econômico no longo prazo sem progresso social e também sem cuidado ambiental. Todos os aspectos estão diretamente relacionados, não teremos crescimento econômico sustentado se não existir uma política social e ambiental integradas ao desenvolvimento de longo prazo. Ainda segundo Borger (2013), o “[...] desenvolvimento sustentável está hoje totalmente integrado ao conceito de responsabilidade social”, e “[...] não haverá crescimento econômico em longo prazo sem progresso social e também sem cuidado ambiental”.

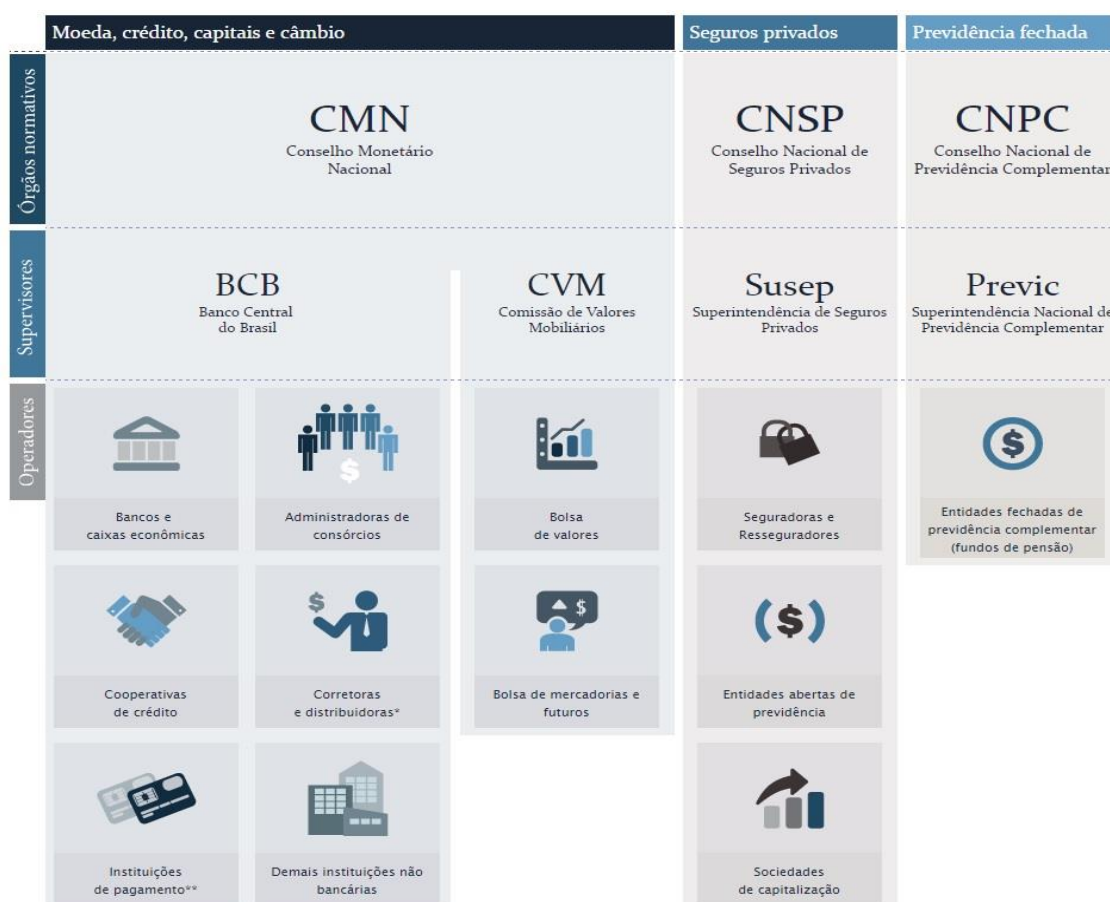
Mas, muitas vezes a Responsabilidade Social Corporativa acaba sendo confundida com filantropia, mas há uma grande diferença, pois:

Tudo se originou nas práticas de ações filantrópicas. Empresários bem sucedidos em seus negócios, decidiram retribuir à sociedade parte dos ganhos que obtiveram em suas empresas, resultando uma vocação para a benevolência, um ato de caridade para com o próximo. Consequentemente, despontaram as entidades filantrópicas em busca de recursos não só públicos, como também dos recursos dos empresários filantropos. A filantropia desenvolve-se através das atitudes e ações individuais desses empresários, é, portanto, diferente da responsabilidade social, que tem a ver com a consciência social e o dever cívico, não é uma ação individualizada (CAMPANHOL; BREDA, 2005, p.5).

Percebe-se que ser socialmente responsável engloba diferentes ações, tais como ser ético, ambientalmente preocupado, executar ações sociais junto a comunidade onde está inserido, ou seja, ter uma preocupação não apenas com os negócios financeiros, mas também se preocupar com o social. No Sistema Financeiro Nacional já existem normativas específicas relacionadas a preocupação com o meio ambiente, direitos humanos, corrupção e trabalho, ao segui-los as instituições já estão atuando com responsabilidade, sendo socialmente responsáveis e podendo ter uma imagem positiva junto aos seus *stakeholders*.

## 2.3 Sistema Financeiro Nacional

Segundo o BACEN, o Sistema Financeiro Nacional tem em sua composição os órgãos normativos e dois subsistemas, um deles é o de operação e o outro é de supervisão. Na figura 2 tem-se um organograma do Sistema Financeiro Nacional: Figura 2 – Composição e Segmentos do SFN



Fonte: BACEN (2017, b)

Analisando especificamente as instituições financeiras, elas são subdivididas em instituições financeiras bancárias e instituições financeiras não bancárias, vamos nomear e definir a composição de cada uma delas a seguir:

### **1) Instituições Financeiras Bancárias**

- Caixas Econômicas;
- Bancos Comerciais/Bancos Comerciais Cooperativos;
- Cooperativas de Crédito;
- Bancos Múltiplos (com carteira comercial).

### **2) Instituições Financeiras não Bancárias**

- Bancos de Investimento;
- Bancos de Desenvolvimento;
- Sociedades de Arrendamento Mercantil (*Leasing*);
- Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento (Financeiras);
- Companhias Hipotecárias;
- Agências de Fomento ou de Desenvolvimento;
- Sociedades de Crédito ao Microempreendedor;
- Bancos Múltiplos (sem carteira comercial ou de crédito imobiliário).

Como é possível observar, o Sistema Financeiro Nacional é composto de diversos órgãos, conselhos e instituições, mas os responsáveis pela intermediação financeira e repasse de valores aos clientes demandantes são os bancos públicos federais e estaduais, os bancos privados com carteira de crédito, os bancos de desenvolvimento e agências de fomento, e ainda as cooperativas de crédito. São essas instituições que fazem a intermediação e o repasse, por exemplo, dos recursos do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), sendo que algumas possuem linhas próprias e específicas de crédito voltados para a Sustentabilidade.

O BANRISUL é um banco público gaúcho, uma sociedade de economia mista onde o estado do Rio Grande do Sul detém a maior parte do capital. Segundo dados do site de relações com os investidores do BANRISUL, uma posição do dia 16 de maio de 2017 informa que o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, acionista majoritário da instituição, é detentor de 56,97% das ações. As sociedades de economia mista são pessoas jurídicas de direito privado conforme determinação da Constituição Federal de 1988, que determina inclusive que sejam constituídas sob a

forma de sociedades anônimas. Outra característica das sociedades de economia mista é que a maioria das ações deve estar sob o controle do poder público, o que é o caso do BANRISUL.

Segundo Costa Neto (2004, p.7), os bancos públicos, no Brasil, tiveram um papel importantíssimo “[...] no financiamento dos projetos e programas implementados pelos diversos planos de desenvolvimento econômico e na indução do crescimento econômico acelerado das décadas de 1950, 1960, 1970 e até o início da década de 1980”. Ainda segundo Costa Neto (2004, p.147), a essência funcional dos bancos públicos continua sendo “[...]o financiamento agrícola e a mobilização supletiva de poupança interna de longo prazo e respectiva correção quanto a sua alocação”. Os bancos públicos brasileiros são utilizados historicamente para fomentar a atividade econômica, induzir o desenvolvimento, principalmente em momentos de crise e retração da economia, sendo grande financiador da agricultura, indústria, habitação, dentre outras áreas economicamente importantes.

Para Araújo e Cintra (2011, p.7), uma das funções dos bancos públicos seria o fomento ao desenvolvimento, atuando “[...] no provimento de financiamento de longo prazo, modalidade em que o setor bancário privado brasileiro pouco atua”. Outra função definida por esses autores é que essas instituições “[...] desempenham papel crucial no desenvolvimento regional, constituindo canais de direcionamento do crédito para fomentar o desenvolvimento econômico e a infraestrutura das respectivas regiões” (p.8). Também, segundo Araújo e Cintra (2011, p.8), a outra função importante dos bancos públicos é a “[...] a atuação anticíclica da oferta de crédito”, ou seja, enquanto os bancos privados diminuem a concessão de crédito nos momentos de crise econômica, os bancos públicos atuaram no sentido de contra-atacar essa retração do crédito na tentativa de diminuir os efeitos da crise econômica, ou inclusive de uma recessão.

Os bancos públicos federais e estaduais tiveram sua presença bastante reduzida em todo o território nacional. Segundo Gama Neto (2011, p.133), “O sistema financeiro público estadual era composto por 24 bancos múltiplos, 2 bancos comerciais e 1 caixa econômica.”, grande parte deles foram privatizados no final dos anos 1990. Segundo a FEBRABAN (2017), foram selecionados da lista de associados da federação os bancos públicos listados a seguir:

**Bancos Públicos Federais**

- Banco Central do Brasil;
- Banco da Amazônia;
- Banco do Brasil;
- Banco do Nordeste do Brasil;
- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social;
- Caixa Econômica Federal.

**Bancos Públicos Estaduais**

- BADESUL Desenvolvimento S.A. – Agência de Fomento/RS, antiga CAIXA RS, teve sua razão social alterada em 2011;
- Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo;
- Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais;
- Banco de Desenvolvimento do Paraná;
- Banco de Brasília;
- Banco do Estado de Sergipe;
- Banco do Estado do Espírito Santo;
- Banco do Estado do Pará;
- Banco do Estado do Rio Grande do Sul.

Informações de abril de 2017, obtidas no site do BACEN (2017, a), mostram que existem agências bancárias em 3.408 municípios, ou seja, pouco mais de 2 mil municípios não possuem uma agência bancária em seu território, isso dificulta o acesso ao crédito e consequentemente dificulta o desenvolvimento de municípios e até de regiões brasileiras. É possível observar o nível de concentração bancária que existe no Brasil, apenas as seis maiores instituições bancárias instaladas no país, em número de agências, possuem 92,21% do total de agências instaladas e operando pelo país, distribuição conforme demonstrado abaixo:

- Bradesco: 5.119 agências;
- Banco do Brasil: 4.877 agências;
- Caixa Econômica Federal: 3.414 agências;
- Itaú: 3.348 agências;
- Santander: 2.654 agências;
- BANRISUL: 534 agências.

Dados de abril de 2017 mostram que o total de agências bancárias instaladas e ativas, no Brasil, é de 21.630 agências (BACEN, 2017, a). É através delas que são concedidos empréstimos e financiamentos que impulsionam o desenvolvimento das cidades e do campo. Com a tendência atual de redução na quantidade de ponto de atendimento bancário, ficará cada vez mais difícil a concessão de crédito para regiões mais distantes e carentes, locais onde as instituições financeiras não tem interesse em se instalar, pois não há possibilidade de obtenção de lucro. São essas regiões que sempre enfrentam problemas no seu desenvolvimento econômico e social. Outro fato relevante e que chama a atenção é que segundo dados do BACEN (2017, a), em dezembro de 2015 existiam 22.826 agências em funcionamento no Brasil, já em dezembro de 2016 esse número caiu para 22.547 agências, e continua caindo.

## **2.4 Fechamento**

Pode-se dizer que há uma interação entre a Responsabilidade Social Corporativa, a Sustentabilidade e o sistema financeiro brasileiro, isso se deve pela crescente preocupação por parte das instituições financeiras envolvendo Sustentabilidade, que por sinal está diretamente ligada com a Responsabilidade Social Corporativa do BANRISUL. Observa-se que cada vez mais os princípios da Sustentabilidade e da Responsabilidade Social Corporativa estão sendo incorporados como princípios fundamentais das instituições financeiras. A criação da Resolução 4.327, de 25 de abril de 2014, por parte do BACEN, trazendo determinações a serem seguidas pelas instituições financeiras autorizadas a funcionar no país, e especificamente voltadas para a Sustentabilidade, para a preocupação ambiental, somada a adoção de algumas práticas, ações e atividades sustentáveis e socialmente responsáveis por parte das instituições financeiras, antes inclusive da publicação dessa Resolução em 2014, demonstra o quão importante se tornou essa temática.

Ações sociais, transparência, preservação, promoção de ações sustentáveis, dentre outras ações desenvolvidas pelas instituições, tais como a criação de tipos de crédito voltados para o financiamento de atividades e culturas sustentáveis, demonstram que ser socialmente responsável e preocupado com a Sustentabilidade se tornou um objetivo a ser perseguido constantemente, talvez até venha a se tornar

um grande negócio e que seja fundamental para a permanência do BANRISUL no mercado, ou ainda para o seu crescimento mediante a associação de sua marca com Responsabilidade Social Corporativa, Sustentabilidade, trazendo ganhos substanciais a sua imagem, lhes rendendo dividendos no mercado financeiro, além de benefícios para o meio ambiente e sociedade.

### 3 METODOLOGIA

O presente trabalho é uma pesquisa descritiva, pois descreve observações, percepções e dados obtidos juntos as fontes pesquisadas. Vergara (1998, p.45) define a pesquisa descritiva como sendo aquela que “[...] expõe características de determinada população ou de determinado fenômeno”. Para esta autora, a pesquisa descritiva “Pode também estabelecer correlações entre variáveis e definir sua natureza. Não tem compromisso de explicar os fenômenos que descreve, embora sirva de base para tal explicação”. Já para Gil (2002, p.42), as pesquisas descritivas tem um objetivo principal de fazer a “[...] descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis”. E, para Gonçalves (2005, p.56), neste tipo de pesquisa “[...] o pesquisador apenas registra e descreve os fatos observados sem interferir neles”. Por fim, tem-se a definição dada por Appolinário (2004, p.153), para este tipo de pesquisa como “[...] o pesquisador limita-se a descrever o fenômeno observado, sem inferir relações de causalidade entre as variáveis estudadas”. Então, pode-se depreender dessas definições, que a pesquisa descritiva seria aquela que descreve o fenômeno sem de fato aprofundar o estudo, narra, analisa e descreve, sem buscar a relação causa x efeito para o que está sendo estudado.

Este estudo foi desenvolvido a partir da análise secundária de dados, além das entrevistas com pessoas diretamente envolvidas na atividade estudada. Para a análise secundária de dados a fonte de dados utilizada foram os sites do BANRISUL, do Banco Central do Brasil, da Federação Nacional dos Bancos, além de sites que contém informações importantes para o trabalho e documentos. A Universidade Corporativa do BANRISUL autorizou o fornecimento de informações não sigilosas por parte de sua Unidade de Crédito e por parte da Unidade de Negócios Rurais, sendo que ambas tem atuação direta com os tipos de crédito que são analisados, neste estudo. A etapa posterior do trabalho tratou de dados primários. Para isso houve uma visita à Unidade de Negócios Rurais do BANRISUL. Lá foram obtidas informações relativas ao crédito com foco na Sustentabilidade e informações sobre projetos em andamento para o desenvolvimento das modalidades de crédito estudadas. A referida unidade está localizada no edifício sede do banco, na rua Caldas Junior, centro de Porto Alegre. As informações obtidas através do site do BANRISUL e dos demais sites visitados, em livros e artigos relacionados ao



tema, e por fim as informações obtidas através do questionário (Apêndice A) utilizado durante a entrevista com o Analista E1 e com o Gerente E2. A entrevista aconteceu no dia 14 de junho de 2017, às 8h30min e foi gravada, durou aproximadamente 20 minutos, na sala de reuniões da unidade onde os entrevistados trabalham.

Durante a visita que foi realizada, com o auxílio de um questionário, que balizou a entrevista, buscou-se entender de que forma se dá a preocupação do BANRISUL com a concessão de crédito rural que não venha lhe trazer prejuízos, não apenas o risco de não pagamento, mas o risco de ter sua imagem atrelada a negócios danosos ao meio ambiente, que não tenham preocupação com a Sustentabilidade, por consequência, que tragam prejuízos milionários a sua imagem.

Os tipos de crédito rural com foco na Sustentabilidade disponibilizados pelo BANRISUL, e que foram analisados e estudados são: PRONAF AgroEcologia, PRONAF ECO, Programa ABC e o CDC Sustentabilidade.

Durante o estudo foi possível identificar nas respostas dos entrevistados, o Analista E1 e Gerente E2, os objetivos do trabalho. O tipo de análise de dados escolhida foi a qualitativa, isso porque optou-se por, além da pesquisa bibliográfica, a utilização de um questionário durante uma entrevista. Neste tipo de análise, conforme observa Guerra (2014, p. 11), “[...] o cientista objetiva aprofundar-se na compreensão dos fenômenos que estuda”, e neste tipo de análise o pesquisador não se preocupa com “[...] representatividade numérica, generalizações estatísticas e relações lineares de causa e efeito”. Já Minayo (2001, p. 22) define que a “[...] abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas”.

Ve-se, então, que neste tipo de análise o pesquisador está interessado em se aprofundar na compreensão do que está estudando, mas sem a preocupação de estabelecer uma relação de causa e efeito para o fenômeno estudado.

Os contatos junto ao BANRISUL foram facilitados, pois o autor desse estudo é seu funcionário, e possui contato com quem trabalha na área socioambiental do referido banco. O trabalho utilizou dados e informações públicas disponibilizadas no site institucional do BANRISUL e publicadas na mídia. Já para as informações mais específicas onde apenas o referido banco dispunha delas, inclusive para a entrevista

com o questionário, foi então solicitada autorização para a utilização destas informações neste estudo. O questionário utilizado contém 16 perguntas abertas, isso foi feito para permitir que os entrevistados tivessem a liberdade de falar e não se ativessem apenas aos questionamentos, isso, sem dúvida nenhuma, colaborou bastante para que outras informações importantes fossem repassadas, se optasse por um questionário com perguntas fechadas, sem dúvida nenhuma, não obteria tais informações.

Os objetivos do trabalho foram o de verificar as linhas de crédito voltadas para a Sustentabilidade que o banco disponibiliza; identificar quais são as exigências para obtenção de tais créditos; verificar os critérios para a concessão do crédito; como é analisado o atendimento de tais critérios; como ocorre a fiscalização quanto a correta utilização do crédito após a sua disponibilização; e, por fim, verificar como ocorre a divulgação, por parte do BANRISUL, desses créditos com foco na Sustentabilidade. Por fim, foram analisadas as informações obtidas e interpretados os dados à luz da revisão da literatura feita, acerca da Sustentabilidade, no BANRISUL.

## **4 Análise**

Neste item será feito um breve relato histórico do BANRISUL, em seguida será abordada Política de Responsabilidade Socioambiental do BANRISUL; o Crédito Rural no Brasil e no BANRISUL; além das linhas de crédito com viés voltado para a Sustentabilidade que o BANRISUL disponibiliza para seus clientes.

### **4.1 BANRISUL**

O BANRISUL foi fundado em 12 de setembro de 1928. No seu início era um banco de crédito rural e hipotecário, realizava empréstimos de longo prazo tendo como garantia a hipoteca de imóveis. Incorporou o Banco Pelotense, em 1931, e passou a arrecadar toda a tributação do estado do Rio Grande do Sul. No ano de 1934, a instituição gaúcha iniciou seu processo de expansão com a abertura de novas agências pelo interior do Estado. Aproximadamente 40 anos após a primeira incorporação, o banco gaúcho incorporou, em 1969, o Banco Real de Pernambuco e, em 1970, o Banco Sul do Brasil. Em 1992, foram incorporados o Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul (BADESUL) e a Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários do Estado do Rio Grande do Sul (DIVERGS). No Anexo C tem-se o organograma do BANRISUL.

Mas, foi apenas no mês de março de 1990 que o BANRISUL se tornou um banco múltiplo, com atuação em três tipos de carteiras (carteira comercial, de crédito imobiliário e de crédito financiamento e investimento). Em 1998, ocorreu a última incorporação, desta vez a Caixa Econômica Estadual foi incorporada. No ano de 2007, ocorreu a abertura do capital da instituição financeira gaúcha na bolsa de valores. E, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul sempre foi o acionista majoritário, sendo detentor hoje em dia de 56,97% das ações.

O Banrisul não é apenas um banco, hoje em dia a instituição é formada por um grupo de empresas, fazem parte deste grupo além do próprio banco comercial, a BANRISUL Cartões, a BANRISUL Administradora de Consórcios, a BANRISUL Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio, a Banrisul Armazéns Gerais, a Bem Promotora de Vendas e Serviços e a BANRISUL Icatu Participações.

O BANRISUL possui 534 agências, abrangendo 98,57% da população gaúcha, é a sexta maior instituição financeira do Brasil em número de agências e a

sétima em número de depósitos totais. Segundo dados do seu último balanço, a instituição fechou 2016 com um patrimônio líquido de R\$ 6,4 bilhões de reais, tendo sido emprestados naquele ano, pouco mais de R\$ 30,5 bilhões de reais. Sem dúvida nenhuma os números apresentados mostram a importância social e econômica do BANRISUL para o Estado do Rio Grande do Sul.

#### **4.2 Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA) do BANRISUL**

A Política de Responsabilidade Socioambiental do BANRISUL nasceu a partir da revisão da política de Sustentabilidade que a instituição publicou internamente no ano de 2012, e externamente em 2014. A PRSA possui as diretrizes que norteiam as ações de responsabilidade socioambiental do banco e de todas as empresas que fazem parte do Grupo BANRISUL, sendo cada política compatível com a natureza da atividade desenvolvida por cada empresa, assim como com a complexidade de seus produtos e serviços.

Os objetivos dessa Política de Responsabilidade Socioambiental estão definidas como:

- a) Fortalecer o compromisso da Instituição com o desenvolvimento sustentável;
- b) Incorporar as diretrizes de responsabilidade socioambiental no planejamento estratégico da Instituição;
- c) Fomentar inovações e adequações aos negócios, considerando os princípios de Sustentabilidade;
- d) Promover práticas sustentáveis alinhadas às expectativas e necessidades das partes interessadas (BANRISUL, 2017, d, p.1).

Um ponto muito importante nessa Política de Responsabilidade Socioambiental é o cuidado com o gerenciamento do risco socioambiental, este definido como sendo a possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição financeira causada por danos socioambientais. Para prevenir essas perdas o objetivo dessa política é:

[...] estabelecer as diretrizes para a instituição obter controle sobre os riscos socioambientais inerentes ao negócio e gerenciá-los, buscando minimizá-los para proteger o patrimônio da Instituição e, conseqüentemente, salvaguardar o patrimônio e os interesses de seus clientes, acionistas, empregados e demais partes interessadas (BANRISUL, 2017, d, p.3).

Essa política socioambiental visa basicamente minimizar o risco socioambiental à qual a instituição está exposta, essa exposição ocorre através de

atividades externas a ela, ou seja, atividades desenvolvidas por empresas que tiveram financiamento aprovado junto a instituição financeira, ela teria uma responsabilidade indireta sobre os atos e atividades oriundos desse financiamento, se mal aplicado o ônus recairia em parte sobre a instituição que financiou o projeto. Há ainda a possibilidade do risco vir de atividades internas, ou seja, a inobservância do risco e do impacto socioambiental, não só na sua política interna como também nas atividades ligadas a seus fornecedores terceirizados. A importância dessa política é enorme, mas é preciso respeitar e seguir fielmente o que diz e define a política de Responsabilidade Socioambiental, caso contrário os resultados não serão atingidos.

### **4.3 Crédito Rural**

Foi por meio do Banco do Brasil, no ano de 1935, com a criação da CREAL (Carteira de Crédito Agrícola e Industrial), que teve início a concessão do crédito rural no Brasil. Isso perdurou até 1965, sendo que naquele ano o Banco do Brasil era a única instituição a operar com a carteira de crédito rural.

O Procurador do Banco Central do Brasil, Alberto André Barreto Martins fez um histórico do crédito rural no país. Assim, segundo MARTINS (2004, p.11-12) em:

- 1964: Foi criado o Sistema Nacional de Crédito Rural, através da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964;
- 1965: Através da Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, o Crédito Rural foi institucionalizado;
- 1966: Foi aprovado o regulamento do Crédito Rural com a edição do Decreto nº 58.380;
- 1967: Uma resolução do Conselho Monetário Nacional tornou obrigatório o direcionamento de 10% dos depósitos à vista no sistema bancário para a concessão de crédito ao setor agrícola;
- 1973: Por meio da Lei nº 5.969, de 11 de maio de 1973, o PROAGRO (Programa de Garantia da Atividade Agropecuária) foi institucionalizado;
- 1986: Extinção da conta movimento que limitava os recursos para o crédito rural e criação da poupança rural;

- 1991: O BNDES aumentou sua participação no crédito rural através do FINAME Rural e do Programa de Operações Conjuntas e do Programa de Operações Diretas;
- 1995: Criação do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar);
- 1996: O Programa de Securitização das dívidas dos agricultores foi criado;
- 1998: Criação do Programa RECOOP (Revitalização das Cooperativas Agropecuárias).

O crédito rural é um tipo de crédito destinado não apenas a produtores rurais, mas também a cooperativas ou associações de produtores rurais, sendo seu objetivo estimular os investimentos e o custeio da produção e comercialização dos produtos agropecuários. Cada instituição financeira tem suas regras definidas para a concessão do crédito, mas o BACEN (2017 c) define as exigências mínimas para a concessão do crédito rural, quais sejam:

- Idoneidade do tomador;
- Apresentação de orçamento, plano ou projeto, salvo em operações de desconto;
- Oportunidade, suficiência e adequação dos recursos;
- Observância de cronograma de utilização e de reembolso;
- Fiscalização pelo financiador;
- Liberação do crédito diretamente aos agricultores ou por intermédio de suas associações formais ou informais, ou organizações cooperativas;
- Observância das recomendações e restrições do zoneamento agroecológico e do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE).

O BACEN (2017 c) também define quais são as atividades onde podem ser utilizados os recursos deste tipo de crédito, dentre elas estão:

- Custeio: para cobrir as despesas normais dos ciclos produtivos;
- Investimento: em bens ou serviços, cujo desfrute se estenda por vários períodos de produção;
- Comercialização: para cobrir despesas próprias da fase posterior à coleta da produção ou para converter em espécie os títulos oriundos de sua venda ou entrega pelos produtos ou suas cooperativas.

Basicamente essas são as regras para a solicitação e liberação de valores do crédito rural, no Brasil, sendo que na questão de exigências para a concessão cada instituição pode definir seus critérios, desde que respeitando as exigências mínimas definidas pelo Banco Central, do Brasil.

Não apenas os produtores rurais tem regras a cumprir para obter seu financiamento, o BACEN determina regras para as instituições financeiras privadas, públicas federais e estaduais, sendo que as instituições públicas de economia mista, como é o caso do BANRISUL, serão enquadradas como públicas quando a participação societária for majoritária dos respectivos governos. Essas regras, estipuladas no MCR (Manual do Crédito Rural), definem os valores a serem disponibilizados para o crédito rural. Segundo consta no capítulo 6, item 2, do MCR (BACEN, 2017 d), as instituições financeiras que possuem depósitos à vista tem a obrigatoriedade de destinar para o crédito rural pelo menos 34% do total dos depósitos à vista captados. A base de cálculo da exigibilidade de recursos obrigatórios a serem destinados ao crédito rural (BACEN, 2017 d), segundo consta no item 6, corresponde a média aritmética dos VSR (Valores Sujeitos a Recolhimento), essa média é feita com dados referentes a média dos depósitos à vista disponíveis no período compreendido entre o primeiro dia útil do mês de junho até o último dia útil do mês de maio do ano seguinte, do valor obtido a partir da média aritmética dos depósitos à vista deste período é que o BACEN determina que pelo menos 34% seja destinado ao crédito rural, e pelo menos 10% do valor total destinado ao crédito rural deverá ser direcionado ao PRONAF. Um detalhe importante é que o valor definido a partir do cálculo da média aritmética tem que ser disponibilizado a partir do primeiro dia útil do mês de julho até o último dia útil do mês de junho do ano seguinte, quando entram em vigor os novos valores obtidos a partir do cálculo realizado com informações obtidas até o último dia útil do mês de maio.

#### **4.3.1 Programa Sementes BANRISUL**

O Programa Sementes foi criado em 2008, em comemoração aos 80 anos do BANRISUL. Segundo BANRISUL (2017 g), o objetivo deste programa é distribuir sementes crioulas, agroecológicas, de espécies tais como hortaliças, plantas ornamentais, forrageiras e grãos, tudo isso para valorizar cada vez mais a

agricultura sustentável. Outro ponto importante do programa é que ele busca auxiliar na geração de renda para as famílias através do desenvolvimento sustentável.

Podem participar deste programa os grupos de agricultores familiares, as escolas rurais, os indígenas e quilombolas, além de estudantes que façam trabalhos de pesquisa na área da agroecologia. Para a solicitação de sementes deve haver um projeto com a lista de beneficiados e com a previsão do que será cultivado e a quantidade de sementes necessárias, esse projeto é encaminhado para análise do BANRISUL com no mínimo 40 dias de antecedência ao início da execução do projeto. Sendo aprovado o projeto e entregue as sementes. Após 2 dias da entrega das sementes o responsável pelo projeto deverá encaminhar para o BANRISUL o relatório parcial do projeto, e após 90 dias o responsável pelo projeto deverá encaminhar o relatório de acompanhamento do projeto.

Segundo informações da Unidade de Negócios Rurais, desde 2008 até 2016 foram distribuídas aproximadamente 480 milhões de sementes agroecológicas, das mais diversas espécies. No ano de 2016 foram aprovados 50 projetos, que receberam as sementes e o acompanhamento, o BANRISUL, através da Unidade de Negócios Rurais, que é a gestora do programa, faz o acompanhamento *in loco* de todos os projetos aprovados, esse acompanhamento se dá através dos supervisores de crédito rural e, na impossibilidade destes, o acompanhamento se dá através da administração da agência localizada na cidade onde o projeto foi aprovado.

Esse programa é muito interessante, além de promover a sustentabilidade, também promove a integração do BANRISUL com a comunidade onde o banco está atuando, é uma forma de se aproximar da comunidade, estreitar o relacionamento e promover o desenvolvimento sustentável da região onde o banco está instalado.

#### **4.3.2 PRONAF**

Criado em 1995, através da Resolução nº 2.191 do Banco Central, o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), foi implementado apenas em 1996. Este programa foi criado com o objetivo de financiar projetos que gerassem renda aos agricultores familiares e aos assentados da Reforma Agrária.

Segundo Mattei (2005), a criação do PRONAF representou a legitimação por parte do Estado de uma nova categoria social, a dos agricultores familiares. O



programa surgiu para atender o maior segmento da agricultura brasileira, mas também o mais fragilizado em termos de capacidade técnica e de inserção nos mercados agropecuários. A importância da agricultura familiar brasileira é indiscutível, segundo Navarro (2017), em matéria publicada no site do MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário), a agricultura familiar é responsável pela produção de 87% da mandioca, 70% do feijão, 59% da carne suína, 58% do leite, 50% da carne de aves e 46% do milho consumido pelos brasileiros. O PRONAF é a principal política pública, do governo federal, em apoio aos agricultores familiares.

Os recursos liberados para o PRONAF, segundo Mattei (2005), são destinados a quatro linhas de atuação: financiamento da produção; financiamento de infraestrutura e serviços municipais; capacitação e profissionalização dos agricultores familiares; e financiamento da pesquisa e extensão rural. Mattei (2005) observa que, em 1996, apenas ações voltadas ao crédito de custeio foram implementadas. E, apenas em 1997 é que o PRONAF ganhou força e maior dimensão, passando a atuar de forma integrada em todo o Brasil. Mas, foi apenas no ano de 2005 que foi disponibilizado o PRONAF Agroecologia, e em 2007 o PRONAF ECO.

#### **4.3.3 PLEAPO**

Instituído em 30 de janeiro de 2014, através da Lei Estadual nº 14.486, o PLEAPO é uma Política Estadual de Agroecologia e de Produção Orgânica. Seu objetivo é, segundo consta no artigo 1º da Lei nº 14.486, servir como um instrumento para promover o desenvolvimento sustentável, apoiando e incentivando sistemas agroecológicos e orgânicos de produção e ainda promover a transição agroecológica e orgânica. Por transição agroecológica a lei, em seu artigo 3º, define que se trata de um processo gradual e orientado de conversão de um sistema agrícola para o paradigma agroecológico, para isso acontecer são incorporados gradualmente práticas e manejos ecologicamente sustentáveis e com tecnologias ambientalmente seguras.

As diretrizes desta política constam no artigo 4º desta lei, segue a transcrição das 19 diretrizes constantes neste artigo:

- I - o apoio e o fomento aos sistemas de produção agroecológicos e orgânicos consolidados e em transição agroecológica e orgânica;

- II - a garantia da segurança e da soberania alimentar, através de apoio e incentivo à implantação e ao fortalecimento de sistemas de produção diversificados e da valorização da agrobiodiversidade;
- III - o estímulo à diversificação da produção agrícola, territorial e da paisagem rural;
- IV - a promoção da utilização dos recursos naturais com manejo ecologicamente sustentável à integração e complementaridade das atividades agropecuárias e às agroflorestas;
- V - a transversalidade, a articulação e a integração das políticas públicas estaduais e entre os entes da federação;
- VI - o estímulo ao consumo de alimentos agroecológicos e orgânicos, por meio de promoção, divulgação e de investimentos no aumento da produção e oferta de produtos e locais de abastecimento;
- VII - a consolidação e fortalecimento da participação e do protagonismo social em processos de garantia da qualidade, de metodologias de trabalho em desenvolvimento rural e do conhecimento de manejos de agroecossistemas;
- VIII - reconhecimento dos sistemas agroecológicos e orgânicos como passíveis de retribuição por serviços ambientais prestados pelos agricultores;
- IX - o apoio ao fortalecimento das organizações da sociedade civil e redes sociais de economia solidária, cooperativas, associações e empreendimentos econômicos que promoverem, assessorarem e apoiarem a agroecologia e a produção orgânica;
- X - o apoio à ampliação da geração de conhecimentos, por meio do apoio às pesquisas científicas, sistematização de saberes e experiências populares, metodologias de trabalho e desenvolvimento de tecnologias aplicadas aos sistemas agroecológicos e de produção orgânica;
- XI- o fomento à agroindustrialização, ao turismo rural e ao agroturismo, com vista à geração e à diversificação de renda no meio rural;
- XII- a interação das atividades produtivas com o Zoneamento Ecológico-Econômico – ZEE – e Zoneamentos Agrícolas;

- XIII- a integração de ações de produção agroecológica e orgânica com ações de inclusão social, superação da pobreza e combate às desigualdades regionais;
- XIV - o apoio à comercialização e o acesso a mercados diversificados, priorizando-se a organização de cadeias curtas, os empreendimentos cooperativos, de economia solidária e feiras de venda direta ao consumidor;
- XV - o incentivo à permanência da população no meio rural e à sucessão nas propriedades rurais, por meio de políticas públicas integradas, associando a produção agroecológica e orgânica com a diversidade cultural e qualidade de vida no meio rural;
- XVI - os incentivos à juventude e às mulheres rurais, através de condições diferenciadas de acesso às políticas públicas;
- XVII - o fomento à pesquisa e desenvolvimento de insumos agroecológicos e orgânicos, à qualidade de produtos agroindustrializados, e às tecnologias e máquinas socialmente apropriadas, qualificadas como de baixo impacto ambiental;
- XVIII - o apoio à geração e utilização de energias renováveis que contribuam para a eficiência energética no meio rural e para a minimização de impactos ambientais;
- XIX - o incentivo à gestão sustentável nas unidades produtivas.

Instituições das mais diversas áreas participam ativamente do programa, o BANRISUL é uma delas. O BANRISUL possui metas no PLEAPO, uma delas é a divulgação de linhas de crédito rural com foco na agroecologia, e a outra meta é o apoio aos agricultores agroecológicos através do programa Sementes BANRISUL.

#### **4.3.4 Crédito Rural no BANRISUL**

A história do BANRISUL se confunde com a história do crédito rural, isso porque a instituição surgiu justamente a partir de uma reivindicação dos produtores rurais gaúchos, no ano de 1927, ao governo do Estado do Rio Grande do Sul. O objetivo dessa reivindicação era de que os produtores rurais tivessem a quem recorrer nos momentos de crise.

Um ano após a reivindicação dos produtores rurais gaúchos, o presidente Washington Luís autorizou o funcionamento do Banco do Estado do Rio Grande do Sul, que inicialmente utilizava a sigla BRGS. A data de início das operações do banco foi no dia 12 de setembro de 1928, com um capital inicial de 50 mil contos de réis. O banco passou a oferecer aos produtores rurais gaúchos empréstimos de longo prazo, recebendo como garantia a hipoteca de seus imóveis.

Hoje em dia, quase 90 anos após sua criação, o BANRISUL não atua mais apenas com o crédito rural, sendo esse tipo de crédito apenas mais um dentro dos inúmeros produtos oferecidos pelo banco. O objetivo dessa linha de crédito do BANRISUL é promover o estímulo aos investimentos rurais, dando o devido apoio financeiro para o custeio e comercialização da produção, sendo um incentivo a geração de renda no campo.

No Quadro 1 tem-se um comparativo entre o volume de crédito rural emprestado no período compreendido entre os anos de 2013 e 2016, em nível nacional, lembrando que este é o período que é disponibilizado no site do BACEN; e o volume total de crédito rural emprestado pelo BANRISUL, no mesmo período. Esse comparativo serve para dar uma dimensão da participação do crédito rural disponibilizado pelo BANRISUL no total de crédito rural movimentado no país no período.

<b>Quadro 1 - Crédito Rural Brasil x Crédito Rural BANRISUL 2016</b>			
<b>Ano</b>	<b>Crédito Rural Brasil</b>	<b>Crédito Rural BANRISUL</b>	<b>Percentual</b>
<b>2013</b>	R\$ 139.637.741.041,04	R\$ 2.209.500.000,00	1,6%
<b>2014</b>	R\$ 164.559.816.400,68	R\$ 2.749.600.000,00	1,7%
<b>2015</b>	R\$ 154.228.641.068,49	R\$ 2.724.774.000,00	1,8%
<b>2016</b>	R\$ 157.419.604.783,91	R\$ 2.564.480.000,00	1,6%

Fonte: BACEN (2017 e) e BANRISUL (2017 b)

Pode-se perceber que o percentual emprestado pelo BANRISUL variou entre 1,6% e 1,8% do valor total emprestado para o crédito rural no Brasil, ou seja, o valor emprestado pelo BANRISUL para o crédito rural tem-se mantido estável no período analisado. Vale lembrar que o BANRISUL é uma instituição regional com foco predominante no Estado do Rio Grande do Sul.

Para se ter uma ideia da dimensão do crédito rural na carteira de crédito do BANRISUL, o Quadro 2 contém os números compreendidos entre o ano de 2012 e o

ano de 2016, as informações foram extraídas dos balanços anuais publicados por essa instituição financeira gaúcha.

<b>Quadro 2 - Crédito Rural BANRISUL x Crédito Geral BANRISUL (2015/2016)</b>			
<b>Ano</b>	<b>Crédito Geral</b>	<b>Crédito Rural</b>	<b>Percentual</b>
<b>2012</b>	R\$ 24.327.000.000,00	R\$ 1.811.900.000,00	7,4%
<b>2013</b>	R\$ 26.652.000.000,00	R\$ 2.209.500.000,00	8,3%
<b>2014</b>	R\$ 30.487.000.000,00	R\$ 2.749.600.000,00	9,0%
<b>2015</b>	R\$ 32.199.554.000,00	R\$ 2.724.774.000,00	8,5%
<b>2016</b>	R\$ 30.508.335.000,00	R\$ 2.564.480.000,00	8,4%

Fonte: BANRISUL (2017 b)

Como é possível observar, no período analisado, compreendido entre os anos de 2012 e 2016, o volume total movimentado pelo crédito rural no BANRISUL representou percentuais que variaram de 7,4% a 9,0% do total de crédito disponibilizado pela instituição financeira aos seus clientes, sendo o ano de 2014 o ano onde ocorreu o maior aporte por parte do BANRISUL nesta linha de crédito. É interessante observar que o BANRISUL nasceu para atender uma demanda exclusivamente de crédito rural e hoje em dia esse produto constitui um pequeno percentual do volume total movimentado anualmente pelo banco.

Para a solicitação do crédito rural, o BANRISUL faz algumas exigências, dentre elas estão a prévia apresentação do licenciamento ambiental para a concessão de diversos tipos de crédito rural, considerando principalmente o disposto na Resolução 237/97 do CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente), que orienta quanto à concessão do licenciamento ambiental, além do disposto nas resoluções do CEMA (Conselho Estadual do Meio Ambiente) acerca do tema. Outro regramento seguido pelo banco é o ZARC (Zoneamento Agrícola de Risco Climático), do Ministério da Agricultura, ele dá instruções quanto à época para o plantio, o tipo de solo e o cultivo adequado para cada região, esse zoneamento agrícola é fator determinante para a concessão ou não do crédito solicitado.

Além das exigências citadas, o BANRISUL também se orienta através de suas normativas internas do crédito rural, nelas está definido que é vedada a contratação ou renovação de operações de crédito rural para pessoas físicas ou jurídicas inscritas no cadastro de empregadores que mantiverem trabalhadores em condições análogas ao trabalho escravo. Algumas linhas de crédito mais específicas

exigem uma declaração por parte do cliente onde ele declara a inexistência de prática de atos discriminatórios, trabalho infantil, trabalho escravo e assédio moral ou sexual. O banco ainda segue as instruções normativas do BNDES, do BACEN e do Manual de Crédito Rural.

Além de todas as exigências e normativos para a concessão do crédito rural, a instituição financeira que está realizando o empréstimo ainda toma mais uma série de precauções, tudo isso para evitar que os valores emprestados, normalmente com juros subsidiados e carência para pagamento, sejam utilizados de maneira fraudulenta. Para esse controle o BANRISUL conta com 20 supervisores de crédito rural, eles atuam predominantemente no interior do Estado do Rio Grande do Sul, local onde a demanda por crédito rural é maior, sua função é de prestar suporte às agências e realizar constantes fiscalizações das operações concedidas ou das operações com solicitação pré-aprovada. As fiscalizações realizadas pelos supervisores de crédito rural buscam verificar a correta aplicação dos recursos, ou seja, se o recurso obtido foi aplicado de acordo com o que constava no projeto técnico apresentado. Além dos supervisores de crédito rural o BANRISUL conta com técnicos conveniados e profissionais da área agropecuária, eles são responsáveis por dar a assistência técnica necessária para o bom desenvolvimento do projeto financiado. Durante a entrevista na Unidade de Negócios Rurais, o Analista E1 comentou que ocorrem muitos “vai e volta” de projetos mal elaborados, essas idas e vindas são para correção de problemas encontrados e apontados para correção.

Tanto as linhas de repasse do BNDES quanto o CDC Sustentabilidade, linha de crédito própria do BANRISUL, possuem a mesma dinâmica para a liberação dos valores aprovados. O primeiro passo para a obtenção do empréstimo é a apresentação, ou a dispensa do licenciamento ambiental; O segundo passo é estar enquadrado no ZARC (Zoneamento Agrícola de Risco Climático), que é um instrumento técnico de gestão de riscos na agricultura, é elaborado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário; O terceiro passo é não estar enquadrado na lista de exploradores de trabalho escravo, lista disponibilizada pelo Ministério do Trabalho; O quarto passo é a apresentação de garantias de acordo com o valor pretendido; Após isso tudo, deverá ser apresentado um projeto técnico, este deverá ser elaborado por um técnico conveniado ao BANRISUL. Após a análise de todos os documentos e do projeto, tendo toda a parte documental sido aprovada, o crédito também é aprovado,

o dinheiro é liberado e fica bloqueado na conta do cliente, somente é liberado após a comprovação através de notas fiscais de prestação de serviço, ou de compra de produtos e insumos, que o dinheiro é liberado parcialmente. Na entrevista com o Analista E1, foi relatado alguns problemas dessa dinâmica, o primeiro é que por total desconhecimento de como funciona as linhas de crédito, algumas agências liberam valores a partir do recebimento de recibos como comprovante de despesas, isso não pode. Outro problema é a utilização de notas fiscais para conseguir a liberação dos valores, mas as notas fiscais são canceladas após a liberação dos valores ou ainda o emissor da nota está com o CNPJ baixado na Receita Federal. Por fim, ainda relacionado com a liberação de valores, foi relatado que é comum a apresentação de notas para liberação de valores, mas com valores superiores ao que está no projeto, por exemplo, no projeto está apresentado um valor “x” para aquisição de diesel, mas o produtor apresenta uma nota com duas, três vezes o valor apresentado no projeto, e mesmo assim, por total desconhecimento, o valor é liberado. Vemos que apesar da pouca divulgação e difusão dessas linhas de crédito sustentáveis, alguns de seus tomadores infelizmente acabam utilizando os recursos de maneira fraudulenta, então, não basta apenas o conhecimento da existência de tais linhas de crédito, deve haver a conscientização por parte dos tomadores do crédito, isso porque, conforme relato do Analista E1, ele acredita que menos da metade do recurso liberado na rubrica sustentabilidade realmente trazem algum tipo de benefício para o meio ambiente ou para o desenvolvimento sustentável.

Para a fiscalização quanto a correta utilização dos valores emprestados o BANRISUL possui o cargo de Supervisor de Crédito Rural, ou seja, um funcionário cuja função é fiscalizar a correta utilização, por parte do cliente, do crédito disponibilizado pelo banco, ele verifica, *in loco*, se o valor liberado atendeu o que estava previsto no projeto técnico, isso é importante, pois essas linhas de crédito possuem juros subsidiados, ou seja, se não ocorrer a fiscalização de seu uso, corresse o risco de que tal crédito seja utilizado de maneira fraudulenta. O ponto positivo vem seguido de um ponto negativo, pois apesar de haver fiscalização por parte do BANRISUL, essa fiscalização ocorre apenas após a liberação total dos valores aprovados, uma fiscalização eficaz deveria ocorrer durante cada liberação de crédito e não apenas após todo o valor ser disponibilizado e utilizado, isso impossibilita a correta verificação quanto a utilização dos valores liberados. O

BNDES, também, realiza fiscalizações anuais, mas apenas por amostragem, escolhe alguns contratos aprovados e finalizados, faz a análise de toda a documentação reunida no dossiê e então escolhe quais locais irá realizar a verificação *in loco*. Assim como o BANRISUL, o BNDES também comete a falha de fiscalizar apenas após a liberação total dos valores e execução do projeto.

#### **4.4 Financiamentos BANRISUL – Sustentabilidade**

O BANRISUL, sendo um financiador do desenvolvimento sustentável, disponibiliza a seus clientes algumas modalidades de créditos direcionadas especificamente para atender os clientes que desejam investir de maneira sustentável. A seguir tem-se as opções oferecidas pelo banco aos seus clientes.

##### **4.4.1 Programa ABC**

Este programa de crédito oferecido pelo BANRISUL tem por objetivo, como suas siglas indicam, ABC (Agricultura de Baixo Carbono), promover a redução das emissões de gases de efeito estufa oriundos das atividades agropecuárias e contribuir para a redução do desmatamento, por meio de investimentos fixos ou semifixos, destinados a projetos de recuperação de áreas e pastagens degradadas, implantação de sistemas de integração lavoura-pecuária, lavoura-floresta, pecuária-floresta ou lavoura-pecuária-floresta, implantação de sistemas orgânicos de produção agropecuária, implantação de sistemas de plantio direto “na palha”, tratamento de dejetos e resíduos, implantação e manutenção de florestas comerciais ou destinadas à recomposição de reserva legal ou de áreas de preservação permanente, e aumentar a produção agropecuária em bases sustentáveis.

Este produto é destinado a produtores rurais, pessoas físicas ou jurídicas e suas cooperativas, inclusive para repasse a associados. O prazo de pagamento é de até 15 anos, com carência máxima de 60 meses, isso de acordo com a atividade. A periodicidade dos pagamentos também varia de acordo com a finalidade do crédito, pode ser pagamento semestral ou anual. O BANRISUL oferece esse produto para produtores interessados na implantação de projetos que visem contribuir para a preservação do meio ambiente e para a Sustentabilidade da produção agrícola.

Conforme informações fornecidas pelo Analista E1, da Unidade de Negócios Rurais, esta linha de crédito acabou tendo seu público tomador formado, quase que



na sua totalidade, por grandes produtores rurais. Isso ocorreu basicamente pois essa linha de crédito foi “vendida” como sendo aquela onde era possível obter um volume maior de recursos, podendo chegar a R\$ 2.000,000,00. Com isso, a maioria dos projetos técnicos que chegam na Unidade de Negócios Rurais são provenientes deste público, e esses projetos são basicamente direcionados para “recuperação de pastagens”, onde é possível adquirir até 40% do valor aprovado no financiamento para a compra de animais. O projeto técnico para a “recuperação de pastagens” indica que, recuperando as pastagens atuais, não será necessário desmatar novas áreas para que estas sirvam de pastagem. Mas, segundo o Analista E1, a questão da recuperação da pastagem para evitar o desmatamento até é aceitável, o que não faz muito sentido é a permissão para a aquisição de novos animais, até 40% do valor aprovado no financiamento, pois isso pode ser que cause danos à camada de ozônio e podem contribuir de maneira expressiva com o efeito estufa. A taxa de juros dessa linha de crédito está em 8% ao ano (Julho/2017), desse percentual, 2,8% fica com o BANRISUL e 5,2% fica com o BNDES.

O Quadro 3 mostra os dados de 2016 deste programa, sendo possível observar que de todos os tipos de crédito analisados, sem dúvida nenhuma esse é o que teve maior abrangência e volume de negócios, no ano de 2016.

**Quadro 3 – Números do Programa ABC 2016**

	Programa ABC Brasil	Programa ABC Estados + RS					
		RS	Sul	Sudeste	Centro-Oeste	Norte	Nordeste
	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
<b>2015</b>	2.230.637.776,48	139.630.399,10	263.002.464,66	698.645.029,36	772.540.708,47	263.378.535,35	233.071.038,64
	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
<b>2016</b>	1.626.012.853,34	103.689.611,93	207.843.070,98	370.143.685,06	558.225.624,19	302.676.130,42	187.124.342,69

Fonte: BACEN (2017 e)

Interessante observar que o volume total de crédito, do Programa ABC, emprestado no ano de 2016, apenas para o Estado do Rio Grande do Sul, corresponde a 49,86% do total de crédito emprestado para a região Sul do país, em 2015 esse percentual alcançou 53,1%. Já quando a comparação acontece em âmbito nacional esse percentual cai para 6,4%. É possível perceber também que ocorreu uma queda acentuada no valor total emprestado nesta linha de crédito entre os anos de 2015 e 2016, algo em torno de 27% de queda, sendo que as regiões Sudeste e Centro-Oeste foram as que tiveram as maiores reduções.

No Quadro 4 constam os valores emprestados pelo Programa ABC, isso de acordo com o tipo de instituição financeira, sendo uma das colunas específica com os dados apenas do BANRISUL.

**Quadro 4 – Intermediadores Financeiros do Programa ABC em 2015 e 2016**

	<b>BANRISUL</b>	<b>Bancos Públicos</b>	<b>Bancos Privados</b>	<b>Bancos de Desenvolvimento e Agências de Fomento</b>
<b>2015</b>	R\$ 5.995.278,32	R\$ 1.796.891.687,59	R\$ 357.075.988,30	R\$ 76.670.100,59
<b>2016</b>	R\$ 14.922.625,88	R\$ 1.147.960.468,10	R\$ 423.779.174,07	R\$ 54.273.211,17
<b>Número de contratos assinados</b>				
<b>2015</b>	28 contratos	7834 contratos	764 contratos	167 contratos
<b>2016</b>	24 contratos	4214 contratos	762 contratos	75 contratos

Fonte: BACEN (2017 e) e Questionário (Apêndice A)

Pode-se observar que nesta linha de crédito a participação do BANRISUL é muito pequena, se compararmos com o volume total emprestado no ano de 2015, a participação do BANRISUL foi de apenas 0,27% do volume total emprestado, em 2016 esse percentual alcançou 1,20%, valores bastante baixos se levarmos em conta que o BANRISUL é considerado um banco público, e são os bancos públicos os maiores repassadores de crédito nesta linha do BNDES. Com relação a quantidade de contratos assinados no Programa ABC, o BANRISUL também tem uma participação bastante baixa, em 2015 os contratos assinados no BANRISUL representaram 0,32% da quantidade total de contratos assinados, e em 2016 esse número alcançou 0,48%. Outro fato que é interessante observar ao fazer a comparação entre os números do ano de 2015 e do ano de 2016 é que a concentração aumentou bastante no BANRISUL, ou seja, os valores dos contratos aprovados aumentaram, emprestou para menos produtores, mas emprestou valores maiores para esses produtores. O mesmo aconteceu com os bancos de desenvolvimento e agências de fomento. Já nos bancos públicos e privados a média do valor dos contratos se manteve.

#### **4.4.2 PRONAF AgroEcologia**

É uma linha de crédito que surgiu em 2005, é destinada ao financiamento de sistemas de produção agroecológica, tais como projetos de implantação e manutenção dos sistemas de produção agroecológica e orgânica, incluindo-se os

custos relativos à implantação e manutenção do empreendimento, com Assistência Técnica obrigatória. Esta linha de financiamento é destinada aos agricultores familiares com Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) ativa, desde que apresentem projeto técnico para:

- Sistemas de produção de base agroecológica, ou em transição para sistemas de base agroecológica, conforme normas estabelecidas pela Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA);
- Sistemas Orgânicos de Produção, conforme normas estabelecidas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

O prazo para pagamento vai até 10 anos, com carência de até 3 anos para início do pagamento. A periodicidade dos pagamentos será mensal, semestral ou anual de acordo com o empreendimento. Deverá ser destinado aos produtores enquadrados na linha do PRONAF e que tiverem o interesse em renovar, modificar ou ampliar a sua atividade para agregar renda.

Para o BACEN (2017 e), a abrangência dessa linha de crédito, no ano de 2016, se restringiu aos estados do Sul, Sudeste e Nordeste. O RS utilizou 32,4% do total de recursos disponibilizados nacionalmente, e 54,6% do total disponibilizado na região Sul do Brasil. Mesmo assim os números apresentados são muito pequenos.

**Quadro 7 – Números do PRONAF AgroEcologia 2016**

	PRONAF AgroEcologia	PRONAF AgroEcologia Estados + RS			
		RS	Sul	Sudeste	Nordeste
<b>2015</b>	R\$ 2.636.819,87	R\$ 1.472.261,49	R\$ 2.070.411,59	R\$ 447.327,51	R\$ 119.080,77
<b>2016</b>	R\$ 6.084.022,95	R\$ 1.976.355,76	R\$ 3.616.860,43	R\$ 1.432.622,85	R\$ 1.034.539,67
<b>Número de contratos assinados</b>					
<b>2015</b>	61 contratos	21 contratos	32 contratos	7 contratos	22 contratos
<b>2016</b>	342 contratos	58 contratos	99 contratos	45 contratos	198 contratos

Fonte: BACEN (2017 e)

E, mais uma vez os bancos públicos foram extremamente importantes para fazer com que esse tipo de crédito chegasse ao produtor rural interessado. Os dados do Quadro 8 mostram o grau de importância das instituições financeiras públicas no repasse desses recursos do BNDES. Os bancos públicos foram os que mais emprestaram, tanto em volume de crédito quanto em volume de contratos assinados em 2015 e 2016. No ano de 2015, a média de valor por contrato foi de R\$ 43.226,56, já no ano de 2016, essa média caiu para R\$ 17.789,54. A taxa de

juros dessa linha de crédito está em 5,5% ao ano (Julho/2017), desse percentual, 2,9% fica com o BANRISUL e 2,6% fica com o BNDES.

É possível depreender que houve um maior acesso por parte dos produtores aos valores disponibilizados pelo BNDES. Mais contratos assinados e valores médios dos contratos menores, isso indica o acesso de produtores de menor poder aquisitivo aos valores disponibilizados pelo BNDES.

**Quadro 8 – Intermediadores Financeiros PRONAF AgroEcologia 2015 e 2016**

	<b>BANRISUL</b>	<b>Bancos Públicos</b>	<b>Bancos Privados</b>	<b>Bancos de Desenvolvimento e Agências de Fomento</b>	<b>Cooperativas de Crédito</b>
<b>2015</b>	R\$ 0,00	R\$ 1.505.986,08	R\$ 0,00	R\$ 466.944,20	R\$ 663.889,59
<b>2016</b>	R\$ 40.200,00	R\$ 4.490.488,49	R\$ 102.000,00	R\$ 364.222,96	R\$ 1.127.311,50
<b>Número de contratos assinados</b>					
<b>2015</b>	0	45 contratos	0	5 contratos	11 contratos
<b>2016</b>	1 contrato	307 contratos	2 contratos	7 contratos	26 contratos

Fonte: BACEN (2017 e) e Questionário (Apêndice A)

Pode-se verificar que os números dessa linha de crédito são bastante baixos em todo o Brasil, mas no BANRISUL os números são quase nulos, apenas uma operação realizada em todo o ano de 2016 e nenhuma no ano de 2015. Durante a conversa com o Analista E1, da Unidade de Negócios Rurais, ele relatou que os agricultores familiares reclamam muito da burocracia e do nível de exigência para obtenção do crédito, talvez isso explique os baixos números, não apenas do BANRISUL, mas no Brasil como um todo. Outro fato que pode ajudar a justificar os baixos números é que o público alvo dessa linha de crédito é o agricultor familiar, normalmente com baixo conhecimento e pouco acesso a informação, muito provavelmente nem saiba da existência dessa linha de crédito.

#### **4.4.3 PRONAF Eco**

Criado em 2007, é uma linha de crédito voltada ao investimento em energia renovável e sustentabilidade ambiental, destinada a implantação, utilização ou recuperação de tecnologias de energia renovável; tecnologias ambientais, como estação de tratamento de água, de dejetos e efluentes, compostagem e reciclagem; pequenos aproveitamentos hidroenergéticos; projetos de adequação ambiental e de regularização à legislação ambiental; e silvicultura.

Este produto é destinado a agricultores familiares (pessoa física) com Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) ativa e que apresentem projeto técnico para o investimento nas áreas abrangidas pelo PRONAF Eco. O prazo para pagamento é de até 12 anos, carência de até 8 anos conforme a finalidade do crédito. A taxa de juros dessa linha de crédito está em 2,5% ao ano (Julho/2017), desse percentual, 2,9% fica com o BANRISUL, ou seja, o BNDES ainda repassa valores para o BANRISUL, segundo o analista E1, o tesouro nacional é quem deve financiar o valor que faltou, ou seja, a diferença entre a taxa de juros e a taxa que é repassada ao banco deve ser coberta pelo tesouro nacional. O BANRISUL oferece esse produto aos produtores que estiverem enquadrados nesta linha de financiamento (PRONAF) e que estejam interessados em investir em energias renováveis e projetos de sustentabilidade ambiental. O Quadro 5 mostra o quanto foi movimentado por essa linha de crédito, nos anos de 2015 e 2016.

**Quadro 5 – Números do PRONAF ECO**

	<b>PRONAF Eco Brasil</b>	<b>PRONAF Eco Estados + RS</b>					
		<b>RS</b>	<b>Sul</b>	<b>Sudeste</b>	<b>Centro- Oeste</b>	<b>Norte</b>	<b>Nordeste</b>
<b>2015</b>	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
	14.749.595,72	2.064.425,57	5.547.612,32	5.122.413,66	100.642,70	404.954,48	3.573.972,56
<b>2016</b>	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
	14.725.158,66	2.160.873,18	5.586.184,68	6.169.441,69	774.413,44	1.359.691,18	835.427,67

Fonte: BACEN (2017 e)

De acordo com os dados obtidos junto ao BACEN, esse tipo de crédito tem basicamente financiamento a partir dos bancos públicos, e o Quadro 6 aponta a dimensão da participação das instituições financeiras públicas neste tipo de crédito. Essa é mais uma linha de crédito de repasse do BNDES.

**Quadro 6 – Intermediadores Financeiros PRONAF ECO 2016**

	<b>BANRISUL</b>	<b>Bancos Públicos</b>	<b>Bancos Privados</b>	<b>Bancos de Desenvolvimento e Agências de Fomento</b>	<b>Cooperativas de Crédito</b>	<b>Total</b>
<b>2015</b>	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
	2.683.366,97	13.959.236,83	192.070,97	157.303,00	440.984,92	14.749.595,72
<b>2016</b>	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
	717.066,89	13.350.342,48	431.742,95	525.298,00	417.775,23	14.725.158,66
<b>Número de contratos assinados</b>						
<b>2015</b>	108 contratos	964 contratos	8 contratos	6 contratos	14 contratos	992 contratos
<b>2016</b>	30 contratos	502 contratos	9 contratos	15 contratos	21 contratos	547 contratos

Fonte: BACEN (2017 e) e Questionário (Apêndice A)

Como se pode verificar nesta linha de repasse do BNDES a participação do BANRISUL foi muito reduzida em 2016, tendo representado menos de 30% do volume de recursos que havia sido emprestado nesta linha de crédito em 2015. Em 2016, é possível observar uma queda brusca, tanto no valor global emprestado pelo BANRISUL quanto pela quantidade de contratos assinados neste mesmo ano. Se comparar com os números de 2015, tanto em volume emprestado quanto na quantidade de contratos assinados houve uma redução de pouco mais de 70% em ambos os casos. Os bancos públicos foram os que mais emprestaram valores nesta linha de crédito, em volume financeiro o BANRISUL emprestou 5,4% do total que os bancos públicos emprestaram em nível nacional no ano de 2016. É possível observar que os números apresentados por esta linha de crédito são extremamente baixos. Muito provavelmente isso se deve ao direcionamento da linha, mais voltada para agricultores familiares, normalmente com pouco conhecimento e pouco acesso a informação, isso pode explicar a baixa demanda pelo produto.

#### **4.4.4 CDC Sustentabilidade – Pessoa Física e Pessoa Jurídica**

Essa é uma linha de crédito que foi criada no ano de 2011, mas apenas no dia 21 junho de 2012, conforme noticiou o Jornal do Comércio, é que ela foi lançada oficialmente. Destinada ao financiamento de produtos e serviços sustentáveis. Vale ressaltar que essa é a única linha de crédito com foco na Sustentabilidade que o BANRISUL utiliza recursos próprios para financiar. O público alvo são as pessoas físicas e jurídicas, clientes atuais ou novos, que apresentem cadastro sem impedimento operacional e com capacidade de pagamento, ou seja, cliente com renda comprovada e de preferência com bom relacionamento com o banco.

A finalidade desta linha de crédito é o financiamento de itens sustentáveis tais como: Kit Gás Natural (GNV), adaptação para biocombustíveis, coletores solares térmicos (para aquecimento de água), equipamentos de energia solar (placas, baterias e inversores) e eólica (pequenas estações), substituição de lâmpadas e outros equipamentos mais eficientes no consumo de energia elétrica (toda linha branca, como ar condicionado e geladeira), caixas d'água para coleta de água da chuva e reaproveitamento, e projetos de eficiência energética apresentados e/ou elaborados por ESCOs (Energy Services Company). As ESCOs, segundo definição do INEE (Instituto Nacional de Eficiência Energética), são empresas especializadas

em serviços de eficiência de energia, ajudam muitos consumidores identificarem e implementarem medidas de eficiência, não só com energia, mas também com água.

É permitido o financiamento de até 100% do valor financiável, incluindo mão de obra para a instalação, tudo isso respeitando a capacidade de pagamento do cliente que deverá ser compatível com sua renda comprovada. O prazo para pagamento é de até 36 meses, com periodicidade mensal, sem carência para início do pagamento.

Infelizmente, mesmo após 6 anos de sua criação essa linha de crédito é muito pouco divulgada e conhecida do público em geral. Pela abrangência de produtos que são passíveis de financiamento era de se esperar números bastante expressivos, tanto em contratos assinados quanto em valores financiados, mas não é o que ocorre. Abaixo tem-se os números de 2016 e os números dos primeiros 4 meses de 2017.

**Quadro 9 – CDC Sustentabilidade 2016 e 2017**

	<b>Valor</b>	<b>Número de Contratos</b>
<b>2016</b>	R\$ 117.900,00	7 Contratos
<b>2017(Jan-Abr)</b>	R\$ 386.700,00	5 Contratos

Fonte: Questionário (Apêndice A)

Pode-se ver que os números são muito pequenos ante a gama de possibilidades de financiamentos que a linha possibilita, muito provavelmente isso ocorra por total falta de conhecimento dos funcionários, que não conhecendo o produto não oferecem ao cliente, e por parte dos clientes que não sabem da existência de tal produto. Mas analisando os dados podemos perceber duas coisas, a primeira é que nos primeiros 4 meses de 2017 ocorreu um aumento significativo no volume total de empréstimos se comparado com os valores disponibilizados em 2016, apenas nos 4 primeiros meses o volume de crédito emprestado em 2017 mais do que triplicou se compararmos com todo o ano de 2016. Verificou-se que o número de contratos assinados nos 4 primeiros meses do ano de 2017 ainda não ultrapassou a quantidade de contratos assinados em todo o ano de 2016, isso mostra que está ocorrendo um aumento na concentração, ou seja, o valor dos contratos estão maiores, mais concentrados nas mãos de poucos tomadores.

## 5 Considerações Finais

Nosso objetivo com o trabalho era o de identificar as linhas de crédito disponibilizadas pelo BANRISUL e com foco na Sustentabilidade; verificar as exigências para a concessão de cada tipo de crédito identificado; verificar se ocorre algum tipo de fiscalização, e os critérios quanto a correta utilização do crédito concedido e por fim verificar como a instituição divulga essas linhas de crédito para seus cliente. Com os dados coletados foi possível verificar que o BANRISUL possui apenas uma linha de crédito própria com foco na Sustentabilidade, o CDC Sustentabilidade, as demais linhas ofertadas pela instituição tratam-se de linhas de repasse do BNDES, como o Programa ABC, o PRONAF ECO e o PRONAF AgroEcologia, onde o banco gaúcho é apenas um intermediário financeiro.

Pode-se perceber claramente a importância das instituições públicas no processo de concessão dos créditos sustentáveis. Apenas para se ter uma ideia, analisando os números de 2016, os bancos públicos foram responsáveis por emprestar 70,6% do volume total emprestado no programa ABC, 90,7% do volume total emprestado no PRONAF Eco e 73,8% do volume total emprestado no Pronaf Agroecologia. Pode-se observar que em todas as linhas de repasse do BNDES, os bancos públicos mostraram a sua importância em fazer chegar ao produtor essa linha de crédito, os números mostram a hegemonia das instituições financeiras públicas na concessão de crédito voltado para a Sustentabilidade. É Importante frisar que nas linhas de repasse do BNDES, as instituições financeiras realizam toda a parte operacional da operação, e em caso de inadimplência são elas que irão arcar com as perdas e irão correr atrás do cliente devedor em busca dos valores não pagos. Este é um dos motivos pelo qual existem cada vez mais exigências de garantias para a aprovação dos projetos técnicos e dos valores solicitados.

Muito interessante verificar que o BANRISUL possui uma linha de crédito com recursos próprios com foco na Sustentabilidade, o CDC Sustentabilidade. Foi possível observar que essa linha de crédito tem um potencial de crescimento incrível, a gama de itens financiáveis por ela é grande, basta para isso melhorar a divulgação deste produto para os clientes e funcionários que trabalham com a concessão de crédito. O BANRISUL poderia promover mais essa linha de crédito, os números de 2016 do CDC Sustentabilidade mostram bem essa situação, em todo o ano foram assinado apenas 7 contratos. Outro fato que chamou a atenção é que



por eu ser funcionário e trabalhar com crédito, não tinha conhecimento dos produtos voltados para a Sustentabilidade, assim como eu acredito que poucos funcionários da instituição possuam tal conhecimento para oferecer o produto aos clientes, prova disso é o número de contratações ocorridas no ano de 2016. Talvez isso também acabe justificando a baixa quantidade de contratos assinados em 2016. Também foi identificado que três importantes linhas de financiamento voltadas para a Sustentabilidade são linhas de repasse do BNDES, ou seja, o BANRISUL é o intermediador entre o BNDES e o cliente demandante, são recursos do Governo Federal destinados a essas linhas, e que assim como o CDC Sustentabilidade, também é pouco conhecido por parte dos funcionários, e menos ainda por parte dos clientes da instituição.

Os problemas apontados pelo Analista E1 com relação as linhas de repasse do BNDES de certa forma causaram uma decepção. Uma alternativa para coibir esses problemas (utilização fraudulenta dos recursos) é a centralização na Unidade de Negócios Rurais, pelo menos até ser realizado o treinamento dos funcionários do BANRISUL, da conferência de todas as notas antes da liberação de valores. Isso vai gerar atrasos e revolta por parte de alguns produtores, mas é uma alternativa para coibir essas práticas que no fim acabam com a finalidade das linhas de crédito sustentáveis, e se a prática se intensificar poderá inclusive acabar com a linha de crédito disponibilizada pelo BNDES.

Pode se ver neste estudo que mesmo com a fiscalização ainda ocorrem fraudes quanto a correta utilização dos recursos. Acredito que a dinâmica da fiscalização deva mudar, isso tanto no BANRISUL quanto no BNDES. Uma forma de diminuir consideravelmente as fraudes seria a fiscalização por etapas, ou seja, o projeto seria dividido em diversas etapas, cada uma delas com a previsão de valores a serem liberados, então a cada etapa concluída seria deslocado um fiscal (pode ser o Supervisor do crédito rural, ou gerente da agência onde o empréstimo foi realizado, ou ainda um técnico enviado pelo BNDES) para avaliar o cumprimento da etapa concluída, estando tudo correto seriam liberados os valores para execução da etapa seguinte. Uma única fiscalização ao final de todo o processo facilita a utilização fraudulenta dos recursos.

Verificou-se que o BANRISUL é a única instituição financeira que alcança quase 98,57% da população gaúcha, estando presente em 86,52% dos municípios

gaúchos. Analisando os números das linhas de crédito com foco na Sustentabilidade e o alcance que o BANRISUL possui no território gaúcho, vê-se que é possível incrementar de maneira significativa a concessão de crédito sustentável. Poderia ser feita uma parceria junto a ASCAR/EMATER, empresa gaúcha de assistência técnica rural que, segundo dados obtidos no site da empresa, está presente em mais de 480 municípios gaúchos, seu público é o pequeno e médio agricultor, ou seja, poderia divulgar esse tipo de crédito para esse público e com a ajuda de seus técnicos e engenheiros agrícolas elaborar projetos técnicos sustentáveis para esses agricultores, facilitando assim a obtenção dos empréstimos, incentivando assim o desenvolvimento de uma agricultura sustentável e limpa.

Outra ação seria a divulgação, primeiramente para seus funcionários, das linhas de crédito voltadas para a Sustentabilidade que o BANRISUL disponibiliza a seus clientes. A instituição possui uma Universidade Corporativa que promove diversos cursos e treinamentos, presenciais e à distância, poderiam ser desenvolvidos cursos específicos para essas linhas de crédito e disponibilizados aos funcionários que trabalham nas agências, além de explicar como funcionam as linhas de crédito do PRONAF com foco na Sustentabilidade, o treinamento deve mostrar claramente quais são os documentos aceitos para a liberação dos valores aprovados. Sabendo da existência do produto e conhecendo como funciona, isso facilitará a expansão dessas linhas de crédito junto aos clientes do banco. Como vimos neste estudo, o BANRISUL possui metas no PLEAPO, atende parcialmente essas metas, deixa em aberto o compromisso assumido de divulgação das linhas de crédito com foco na Sustentabilidade, o banco deve então recorrer a sua Unidade de Marketing para, primeiramente identificar onde está o público de cada produto sustentável, e em seguida criar uma ação divulgando e vendendo o produto aos clientes potenciais, os meios utilizados para a divulgação dos produtos seriam definidos após identificação de onde se encontra o público de cada linha de crédito com foco na Sustentabilidade e que é ofertado pelo banco. Sem dúvida nenhuma faz-se necessária uma integração urgente entre o BANRISUL, os técnicos da EMATER e as universidades que participam do PLEAPO, juntamente com o BANRISUL, isso para que os analistas da área de crédito rural orientem e mostrem de forma clara e objetiva quais são os caminhos para a realização de um projeto consistente e qual a documentação exigida para que o projeto técnico tenha maiores

possibilidades de aprovação. Os técnicos da EMATER e as universidades iriam difundir tal conhecimento e consequentemente divulgar essas linhas de crédito com foco na sustentabilidade.

Fazendo uma análise do passado com o presente é interessante comparar que antigamente havia apenas três linhas de crédito rural, um para custeio, outro para comercialização e outro para investimento, e é louvável saber que hoje em dia existem inúmeras linhas, para os mais variados tipos de necessidades e públicos, inclusive, como foi visto neste trabalho, existem linhas específicas voltadas para a sustentabilidade, mas apesar do grande aumento na oferta de tipos de crédito, observa-se ainda que eles são subutilizados, tem um potencial enorme de crescimento se analisarmos os números e compararmos com o tamanho do Brasil e com a quantidade de produtores rurais existentes. Por este motivo, a divulgação se torna fundamental para que esse tipo de crédito chegue ao produtor, ou para que pelo menos ele saiba que existem linhas de crédito que possam atender suas necessidades.

Por fim, pelo menos até ocorrer a consolidação das linhas de crédito voltadas à Sustentabilidade, poderia ser criada uma exigência por parte do BACEN, haveria uma vinculação entre os créditos, por exemplo, o crédito rural ao crédito sustentável, ou seja, as instituições financeiras deveriam obrigatoriamente direcionar um percentual do que fosse emprestado para o crédito rural para o crédito sustentável. Sem a definição, por parte do BACEN, de um percentual que deva obrigatoriamente ser emprestado para essas linhas de crédito sustentáveis, dificilmente haverá a consolidação e crescimento desse tipo de empréstimo, as taxas de juros são muito baixas, e o retorno financeiro para as instituições financeiras é extremamente pequeno.

Os possíveis empecilhos observados seriam a falta de conhecimento, tanto por parte dos funcionários que fazem a concessão do crédito, quanto por parte dos agricultores e clientes que demandam tais linhas de crédito. Por fim, analisando os dados e sabendo que os bancos buscam o lucro cada vez maior, um outro limitador à consolidação e crescimento dessas linhas de crédito sustentáveis seria a taxa de juros, por possuírem taxas de juros subsidiadas e bem mais baixas que as ofertadas no crédito normal, essas linhas de crédito acabam não sendo atraentes para as instituições financeiras divulgarem e fomentarem sua utilização.

Infelizmente existem produtores rurais que utilizam o recurso barato, subsidiado e de longo prazo para outros fins que não apenas a aplicação no que realmente traria benefícios para a comunidade em geral. Por isso, acredito que seja extremamente importante essa parceria do BANRISUL com as universidades e com a EMATER para não apenas orientar quanto a correta realização de um projeto técnico e evitar os “vai e volta” citados pelo Analista E1, mas também para conscientizar e orientar os tomadores quanto a correta utilização dos recursos obtidos.

O desenvolvimento e incentivo a utilização de linhas de crédito que promovam a melhoria na saúde, no bem estar e na qualidade de vida das pessoas, da atual e das futuras gerações, deveria ser uma obrigação, e mais, deveria haver uma exigência e uma fiscalização por parte do BACEN quanto ao cumprimento das imposições definidas às instituições financeiras. Se a linha de crédito está disponível, as instituições financeiras devem divulgar e fomentar a utilização de tais produtos deve haver uma divulgação junto aos potenciais interessados. As instituições financeiras devem ter uma participação ativa nas comunidades, uma vez que sempre haverá potenciais interessados nos produtos disponibilizados por elas. Cabe ao BANRISUL, uma vez que já tem algumas parcerias com a EMATER, buscar esse parceiro para que a informação sobre as linhas de crédito voltadas para a Sustentabilidade chegue até o produtor interessado, e nada melhor do que os técnicos da EMATER para saber quem são os potenciais produtores interessados em tais financiamentos. A população só tem a ganhar com essa divulgação, é a promoção da saúde, do bem estar e da qualidade de vida das comunidades, independente da taxa de juros ser mais baixa, e conseqüentemente o lucro advindo dos juros da operação será menor, os ganhos sociais e econômicos são grandes no médio e longo prazo, isso deve ser observado atentamente e levado em conta na hora da definição de prioridades na divulgação de linhas de crédito sustentável.

Mas existe algo tão importante quanto a questão de concessão do crédito sustentável, vimos a importância das instituições financeiras públicas quanto a oferta do crédito sustentável, mas é importante também que internamente sejam adotadas práticas sustentáveis, não apenas ligadas a reciclagem ou economia de água e energia, que também são iniciativas bastante interessantes. Mas, as instituições devem ir além, adotar sustentabilidade em tudo, seus processos internos e externos,

e porque não incluir exigências sustentáveis em suas licitações, tais como somente adquirir produtos, quando disponíveis, que sejam reciclados, biodegradáveis, ou ainda que as empresas prestadoras de serviço sejam obrigadas a adotar práticas de manejo sustentáveis para participar das licitações lançadas pela instituição. Os pequenos atos é que começam a mudar o comportamento de todos, é um processo longo até que os processos e procedimentos sejam internalizados por todos. Mas, o importante é observar que algo já está sendo feito, mas pode ser aprimorado.

## REFERÊNCIAS

AECA – Asociación Española de Contabilidad y Administración de Empresas. Documentos AECA serie Responsabilidad Social Corporativa. **Marco Conceptual de la Responsabilidad Social Corporativa. Documento nº 1.** Madrid – España, 2004.

APPOLINÁRIO, Fábio. **Dicionário de metodologia científica:** Um guia para a produção do conhecimento científico. São Paulo: Atlas, 2004.

ARAÚJO, Victor Leonardo de; CINTRA, Marcos Antônio Macedo. **O Papel dos Bancos Públicos Federais na Economia Brasileira.** Brasília: Ipea, 2011. (Texto para Discussão, n. 1604.

ASCAR/EMATER. **Apresentação.** Disponível em: <<http://www.emater.tche.br/site/emater/apresentacao.php#.WT380vnyuUk>>. Acesso em 11 jun. 2017.

ASHLEY, Patrícia Almeida. **Ética e responsabilidade social nos negócios.** São Paulo: Saraiva, 2002.

BANCO DO BRASIL. **Protocolo de Intenções pela Responsabilidade Socioambiental 2008.** Disponível em: <<http://www.bb.com.br/docs/pub/inst/dwn/ProtocoloVerde.pdf>>. Acesso em: 07 maio 2017.

BACEN. **Atualização mensal de dados.** Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?qevsf201704>>. Acesso em 21 maio 2017 (a).

BACEN. **Composição e segmentos do Sistema Financeiro Nacional.** Disponível em: < <https://www.bcb.gov.br/pre/composicao/composicao.asp>>. Acesso em 04 jun. 2017 (b).

BACEN. **FAQ – Crédito Rural.** Disponível em: < [https://www.bcb.gov.br/pre/bc\\_atende/port/rural.asp#8](https://www.bcb.gov.br/pre/bc_atende/port/rural.asp#8)>. Acesso em: 21 maio 2017 (c).

BACEN. **Manual de Crédito Rural.** Brasília, 1987-2004. 3 volumes. Disponível em: <<http://www3.bcb.gov.br/mcr>>. Acesso em 21 maio 2017 (d).

BACEN. **Matriz de dados do crédito rural.** Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pt-br/#!/c/MICRRURAL/>>. Acesso em 21 maio 2017 (e).

BACEN. **RESOLUÇÃO 4.327.** Disponível em: < [http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/2014/pdf/res\\_4327\\_v1\\_O.pdf](http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/2014/pdf/res_4327_v1_O.pdf)>. Acesso em: 08 abr. 2017 (f).

BANCO MUNDIAL. **Public sector roles in strengthening corporate social responsibility:** a baseline study. Washington, 2002.

**BNDES. Quem Somos.** Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/quem-somos>>. Acesso em: 21 maio 2017.

**BANRISUL. Balanços Sociais.** Disponível em: <[http://www.BANRISUL.com.br/bob/link/bobw30hn\\_balanco\\_social.aspx?secao\\_id=2413](http://www.BANRISUL.com.br/bob/link/bobw30hn_balanco_social.aspx?secao_id=2413)>. Acesso em: 09 abr. 2017 (a).

**BANRISUL. Demonstração de resultados:** Demonstrações financeiras. Disponível em: <[http://ri.banrisul.com.br/banrisul/web/conteudo\\_pt.asp?idioma=0&conta=28&tipo=36949](http://ri.banrisul.com.br/banrisul/web/conteudo_pt.asp?idioma=0&conta=28&tipo=36949)>. Acesso em: 14 abr. 2017 (b).

**BANRISUL. Comunicação de Progresso – Pacto Global: Período 2014 a 2016.** Disponível em: <<https://www.unglobalcompact.org/participation/report/cop/create-and-submit/active/331411>>. Acesso em 24 abr. 2017(c).

**BANRISUL. Formulário de Referência 2016.** Disponível em: <[http://ri.BANRISUL.com.br/conteudo\\_pt.asp?idioma=0&conta=28&tipo=31648&ano=2016](http://ri.BANRISUL.com.br/conteudo_pt.asp?idioma=0&conta=28&tipo=31648&ano=2016)>. Acesso em: 07 maio 2017 (d).

**BANRISUL. Governança para sustentabilidade.** Disponível em: <[http://ri.banrisul.com.br/conteudo\\_pt.asp?idioma=0&conta=28&tipo=53200](http://ri.banrisul.com.br/conteudo_pt.asp?idioma=0&conta=28&tipo=53200)>. Acesso em: 20 jun 2017 (e).

**BANRISUL. Política de Responsabilidade Socioambiental – PRSA.** Disponível em:<[http://www.BANRISUL.com.br/bob/data/PRSA\\_BANRISUL\\_24112016.pdf?cache=20](http://www.BANRISUL.com.br/bob/data/PRSA_BANRISUL_24112016.pdf?cache=20)>. Acesso em: 07 abr. 2017 (f).

**BANRISUL. Programa Sementes Banrisul.** Disponível em: <[http://www.banrisul.com.br/BOB/LINK/bobw31hn\\_interna\\_detalhe.aspx?secao\\_id=2398&secao\\_nivel\\_2=2398&secao\\_nivel\\_1=2382](http://www.banrisul.com.br/BOB/LINK/bobw31hn_interna_detalhe.aspx?secao_id=2398&secao_nivel_2=2398&secao_nivel_1=2382)>. Acesso em: 21 jun. 2017 (g).

**BANRISUL. Relações com Investidores.** Disponível em: <[http://ri.BANRISUL.com.br/conteudo\\_pt.asp?idioma=0&conta=28&tipo=8231](http://ri.BANRISUL.com.br/conteudo_pt.asp?idioma=0&conta=28&tipo=8231)>. Acesso em: 04 jun. 2017 (h).

**BANRISUL. Relatórios de Sustentabilidade.** Disponível em: <[http://www.BANRISUL.com.br/bob/link/bobw30hn\\_balanco\\_social.aspx?secao\\_id=2413](http://www.BANRISUL.com.br/bob/link/bobw30hn_balanco_social.aspx?secao_id=2413)>. Acesso em: 09 abr. 2017 (i).

**BANRISUL. Governança para Sustentabilidade.** Disponível em: <[http://ri.banrisul.com.br/conteudo\\_pt.asp?idioma=0&conta=28&tipo=53200](http://ri.banrisul.com.br/conteudo_pt.asp?idioma=0&conta=28&tipo=53200)>. Acesso em 20 jun. 2017 (j).

**BARBIERI, José Carlos; CAJAZEIRA, Jorge Emanuel Reis. Responsabilidade social empresarial e empresa sustentável: da teoria à pratica.** 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

BM&FBOVESPA; (São Paulo). **Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE)**. Disponível em:

<[http://www.bmfbovespa.com.br/pt\\_br/produtos/indices/indices-de-Sustentabilidade/indice-de-Sustentabilidade-empresarial-ise.htm](http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/produtos/indices/indices-de-Sustentabilidade/indice-de-Sustentabilidade-empresarial-ise.htm)>. Acesso em: 14 out. 2016.

BORGER, Fernanda Gabriela. **Responsabilidade social empresarial e Sustentabilidade para a gestão empresarial**. 2013. Disponível em: <<http://www3.ethos.org.br/cedoc/responsabilidade-social-empresarial-e-Sustentabilidade-para-a-gestao-empresarial/#.WAAxmNQkpkg>>. Acesso em: 13 out. 2016.

BRAGA, Cláudia Oliveira da Silva. **Protocolo Verde: As instituições financeiras e a promoção da Sustentabilidade ambiental no Brasil**. 164 f. Dissertação. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Universidade Federal de Pernambuco. 2014.

CAMPANHOL, Edna Maria; BREDAS, Francisco de Assis. **Responsabilidade Social: Entre o assistencialismo e a moderna gestão corporativa**. In: Anais do XXIX ENANPAD. Brasília: Anpad, 2005.

COSTA NETO, Yttrio Corrêa da. **Bancos oficiais no Brasil: origem e aspectos de seu desenvolvimento**. Brasília : Banco Central do Brasil, 2004. 156 p.

DELOITTE Touche Tohmatsu. **Sustentabilidade nas instituições financeiras**. Disponível em: <<http://www2.deloitte.com/br/pt/pages/governance-risk-and-compliance/articles/Sustentabilidade-instituicoes-financeiras.html>>. Acesso em: 06 abr. 2017.

DIAS, Edson Aparecido; BARROS, Lucas Ayres. **Sustentabilidade empresarial e retorno ao acionista: um estudo sobre o ISE**. In: Anais do XXXII ENANPAD. Rio de Janeiro: Anpad, 2008.

ETHOS. Instituto Ethos. Disponível em: < <http://www3.ethos.org.br/>>. Acesso em: 07 set. 2016.

Evolução Histórica do Crédito Rural. **Revista de Política Agrícola**, Brasil, p.10-17, out/nov/dez 2014. Trimestral. Ano XIII - Nº 4.

FARIA, Ana Cristina de; NOGUEIRA, Elaine Petil. **Sustentabilidade em Instituições Financeiras no Brasil: uma análise sob a ótica da Global Reporting Initiative – GRI**. In: Anais do XXXV ENANPAD. Rio de Janeiro: Anpad, 2011.

FEBRABAN. **Associados**. Disponível em: < <https://portal.febraban.org.br/pagina/3164/12/pt-br/associados>>. Acesso em: 04 jun. 2017.

FEBRABAN. **Bancos e Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: < <http://www.febraban.org.br/7Rof7SWg6qmyvwJcFwF7I0aSDf9jyV/sitefebraban/Bancos%20e%20Desenvolvimento%20Sustentavel%20-%20julho%202011.pdf>>. Acesso em: 09 abr. 2017.



FEBRABAN. **Protocolo de Intenções pela Responsabilidade Socioambiental 2009.** Disponível em: <  
<http://www.febraban.org.br/7Rof7SWg6qmyvwJcFwF7I0aSDf9jyV/sitefebraban/PROTOCOLO%20DE%20INTEN%C7%D5ES.PDF>>. Acesso em: 07 maio 2017.

FERNANDES, Alana Miguel Serafini. **O PRONAF na Agricultura Familiar:** sua criação, distribuição e principais resultados. Trabalho de Conclusão do Curso de Ciências Econômicas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Economia e Relações Internacionais, Porto Alegre, 2013.

GAMA NETO, Ricardo Borges. **Plano Real, Privatização dos Bancos Estaduais e Reeleição.** Revista Brasileira de Ciências Sociais (impresso), v.26, p. 129-149, 2011.

GIFE. Grupo de Institutos Fundações e Empresas. Disponível em: <  
<http://gife.org.br/>>. Acesso em: 07 set. 2016.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONÇALVES, Hortência de Abreu. **Manual de metodologia da pesquisa científica.** São Paulo: Avercamp, 2005.

GUERRA, Elaine Linhares de Assis. **Manual de pesquisa qualitativa.** Belo Horizonte: Ânima Educação, 2014.

INEE. **Sobre ESCOs.** Disponível em: <  
[http://www.inee.org.br/escos\\_sobre.asp?Cat=escos](http://www.inee.org.br/escos_sobre.asp?Cat=escos)>. Acesso em: 25 jun. 2017.

INSTITUTO ETHOS. **Como as empresas podem implementar programas de voluntariado.** São Paulo, 2001. 121p.

JORNAL DO COMÉRCIO. **Banrisul lança pacote de produtos e serviços sustentáveis.** Disponível em: <<http://jcrs.uol.com.br/site/noticia.php?codn=96534>>. Acesso em: 21 jun. 2017.

KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **Responsabilidade Social Corporativa como Estratégia para o Desenvolvimento Sustentável.** Revista Eletrônica de Ciência Administrativa. Campo Largo: Faculdade Cenecista de Campo Largo/Coordenação do Curso de Administração. V.4, n.1, maio 2005.

KREITLON, Maria Priscila. **A Ética nas Relações entre Empresas e Sociedade:** Fundamentos Teóricos da Responsabilidade Social Empresarial. In: Anais do XXVIII ENANPAD, Curitiba, 2004.

LYRA, Mariana Galvão; GOMES, Ricardo Corrêa; JACOVINE, Laércio Antônio Gonçalves. **O Papel dos Stakeholders na Sustentabilidade da Empresa: Contribuições para Construção de um Modelo de Análise.** Revista de Administração Contemporânea, v.13, Edição Especial, art. 3, p.39-52, junho 2009.

MAINARDES, Emerson Wagner et al. **UM NOVO MODELO DE CLASSIFICAÇÃO DE STAKEHOLDERS**. 2011. Disponível em: <[www.sigmees.com/files/evento-2011-13.PDF](http://www.sigmees.com/files/evento-2011-13.PDF)>. Acesso em: 11 out. 2016.

MARTINELLI, Antônio Carlos. Empresa-Cidadã: Uma Visão Inovadora para uma Ação Transformadora. In. IOSCHPE, E. **Terceiro Setor**: desenvolvimento social sustentado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

MARTINS, Alberto André Barreto. Crédito rural – Evolução histórica, aspectos jurídicos e o papel do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil. **Revista de Política Agrícola**, v.13, n.4, ano XIII, p.10-17, out/nov/dez 2004.

MATTEI, Lauro. **Impactos do PRONAF**: análise de indicadores. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, núcleo de estudos agrários e Desenvolvimento Rural. Série Estudos NEAD. 2005.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social**: Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MITCHELL, Ronald K.; AGLE, Bradley R.; WOOD, Donna J.. **Toward a Theory of Stakeholder Identification and Salience**: defining the principle of whoand what really counts. 1997. P. 853-886.. Disponível em: <[www.jstor.org/stable/259247](http://www.jstor.org/stable/259247)>. Acesso em: 13 out. 2016.

NAVARRO, Tássia. **A força da agricultura familiar**. Notícias. Disponível em:<<http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/for%C3%A7a-da-agricultura-familiar>>. Acesso em: 08 abr. 2017.

OLIVEIRA, José A. Puppim de. **Empresas na sociedade**: Sustentabilidade e responsabilidade social. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento**. Disponível em: <[www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/rio92.pdf](http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/rio92.pdf)>. Acesso em: 06 maio 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Agenda 21**. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/agenda21.pdf>>. Acesso em: 11 maio 2017.

Pacto Global. **O que é?** Disponível em: <<http://www.pactoglobal.org.br/artigo/70/O-que-eh>>. Acesso em 02 maio 2017 (a).

Pacto Global. **Participantes**. Disponível em: <[https://www.unglobalcompact.org/what-is-gc/participants/search?utf8=?&search%5Bkeywords%5D=&search%5Bper\\_page%5D=10&search%5Bsort\\_field%5D=&search%5Bsort\\_direction%5D=asc](https://www.unglobalcompact.org/what-is-gc/participants/search?utf8=?&search%5Bkeywords%5D=&search%5Bper_page%5D=10&search%5Bsort_field%5D=&search%5Bsort_direction%5D=asc)>. Acesso em: 07 maio 2017 (b).

PASSADOR, Cláudia Souza; CANOPF, Liliane; PASSADOR, João Luiz. **Apontamentos sobre a Responsabilidade Social no EnANPAD: a construção de um conceito?** In: Anais do XXIX EnANPAD. Brasília: Anpad, 2005.

PEREIRA, Juan Charles Castro. **Finanças Sustentáveis: Qual a Realidade dos Bancos Privados Brasileiros após a Adesão da FEBRABAN ao Protocolo Verde.** In: Congresso Nacional de Excelência em Gestão, 2010, Niterói. VI Congresso Nacional de Excelência em Gestão, 2010.

Portal do Meio Ambiente. **Protocolo de Intenções pela Responsabilidade Socioambiental 1995.** Disponível em: <<http://www.portaldomeioambiente.org.br/editoriaseditorias/sociedade/terceiro-setor/31-onde-obter-recursos/37-protocolo-verde>>. Acesso em 07 maio 2017.

**Princípios da Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.** Disponível em: <<http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/rio92.pdf>>. Acesso em 08 maio 2017

**Princípios do Equador.** Disponível em: <<http://www.institutoatkwjh.org.br/compendio/?q=node/41>>. Acesso em 14 de maio 2017.

**Princípios do Pacto Global.** Disponível em: <<http://www.pactoglobal.org.br/artigo/56/Os-10-principios>>. Acesso em: 08 maio 2017.

RICART, Joan Enric, RODRIGUEZ, Miguel Ángel, SANCHEZ, Pablo. **Sustainability in the boardroom: An Empirical examination of Dow Jones Sustainability World Index leaders.** Corporate Governance. v. 5, p.24-41, 2005.

RIO GRANDE DO SUL. **Lei nº 14.486, de 30 de janeiro de 2014.** Institui a Política Estadual de Agroecologia e de Produção Orgânica e dá outras providências. Diário Oficial do Estado, Porto Alegre, RS, 30 jan 2014. Disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br/filerepository/repLegis/arquivos/LEI%2014.486.pdf>>. Acesso em: 21 jun 2017.

ROCHA, Mariana Souza da. **A Sustentabilidade como estratégia de comunicação digital na imagem institucional: análise comparativa de três instituições financeiras.** Trabalho de Conclusão do Curso de Relações Públicas. Universidade Federal do Pampa, São Borja, 2015.

SACHS, Ignacy. **Estratégias de transição para o século XXI.** Para pensar o desenvolvimento sustentável. 2ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994.

SAVAGE, Grant T. et al. **Strategies for Assessing and Managing Organizational Stakeholders.** 1991. P. 61-75. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/4165008>>. Acesso em: 13 out. 2016.

SAVITZ, Andrew W. **A empresa sustentável**: O verdadeiro sucesso é lucro com responsabilidade social e ambiental. Tradução de Afonso Celso da Cunha Serra. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007 – 2ª reimpressão.

SCHOMMER, Paula Chies; ROCHA, Ana Georgina Peixoto; FISCHER, Tânia. **Cidadania Empresarial no Brasil**: Três organizações baianas entre o mercado e o terceiro setor. In: Anais do XXIII ENANPAD. Foz do Iguaçu: Anpad, 1999.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL E COOPERATIVISMO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Notícia**: Rio Grande Agroecológico se baseia na produção de alimentos saudáveis. 2016. Disponível em: <[http://www.sdr.rs.gov.br/conteudo.php?cod\\_menu=2&cod\\_conteudo=6351](http://www.sdr.rs.gov.br/conteudo.php?cod_menu=2&cod_conteudo=6351)>. Acesso em: 21 maio 2017.

SOUSA, Eduarda Vanessa de. **A Responsabilidade Socioambiental nas organizações promove ações que beneficiam seus stakeholders, além de autobeneficiar-se com os resultados de sua implementação**. 2015. Disponível em: <<http://www.cfa.org.br/acoes-cfa/artigos/usuarios/responsabilidade-socioambiental-nas-organizacoes>>. Acesso em: 14 out. 2016.

SOUZA, Renato Santos de. **Entendendo a questão ambiental**: temas de economia, política e gestão do meio ambiente. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.

STEPHANOU, João Jorge. **Gestão de resíduos sólidos**: Um modelo integrado que gera benefícios econômicos, sociais e ambientais. 2009. 48f. Especialização. Programa de pós-graduação em administração, Escola de Administração, UFRGS, Porto Alegre, 2009.

TACHIZAWA, Élio Takeshy. **Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa**: estratégias de negócios focadas na realidade brasileira. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

TEODÓSIO, Armindo dos Santos de Sousa. **Pensar pelo avesso o Terceiro Setor**: mitos, dilemas e perspectivas da ação social organizada no Brasil. In: STENGEL, M. et al. (orgs.) Políticas públicas de apoio sociofamiliar – curso de Capacitação de Conselheiros Tutelares e Municipais. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2001. p. 85-124.

VAZ, Marta; ARAUJO JÚNIOR, José Pires de. Os três pilares da Sustentabilidade. **Revista Tecnologia Gráfica**, São Paulo, 78 ed., p.60-61, jul. 2011.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1998.

YOUNG, Ricardo. Gestão da responsabilidade social e do desenvolvimento sustentável. Disponível em: <<http://www.uniethos.org.br/DesktopDefault.aspx?TabID=3888&Alias=uniethos&Lang=ptBR>>. Acesso em: 17/10/2016.

## **ANEXOS**

### **ANEXO A – Princípios da Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento**

- **Princípio 1**

Os seres humanos estão no centro das preocupações com o desenvolvimento sustentável. Têm direito a uma vida saudável e produtiva, em harmonia com a natureza.

- **Princípio 2**

Os Estados, de acordo com a Carta das Nações Unidas e com os princípios do direito internacional, têm o direito soberano de explorar seus próprios recursos segundo suas próprias políticas de meio ambiente e de desenvolvimento, e a responsabilidade de assegurar que atividades sob sua jurisdição ou seu controle não causem danos ao meio ambiente de outros Estados ou de áreas além dos limites da jurisdição nacional.

- **Princípio 3**

O direito ao desenvolvimento deve ser exercido de modo a permitir que sejam atendidas equitativamente as necessidades de desenvolvimento e de meio ambiente das gerações presentes e futuras.

- **Princípio 4**

Para alcançar o desenvolvimento sustentável, a proteção ambiental constituirá parte integrante do processo de desenvolvimento e não pode ser considerada isoladamente deste.

- **Princípio 5**

Para todos os Estados e todos os indivíduos, como requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável, irão cooperar na tarefa essencial de erradicar a pobreza, a fim de reduzir as disparidades de padrões de vida e melhor atender às necessidades da maioria da população do mundo.

- **Princípio 6**

Será dada prioridade especial à situação e às necessidades especiais dos países em desenvolvimento, especialmente dos países menos desenvolvidos e daqueles ecologicamente mais vulneráveis. As ações internacionais na área do meio ambiente

e do desenvolvimento devem também atender aos interesses e às necessidades de todos os países.

- **Princípio 7**

Os Estados irão cooperar, em espírito de parceria global, para a conservação, proteção e restauração da saúde e da integridade do ecossistema terrestre. Considerando as diversas contribuições para a degradação do meio ambiente global, os Estados têm responsabilidades comuns, porém diferenciadas. Os países desenvolvidos reconhecem a responsabilidade que lhes cabe na busca internacional do desenvolvimento sustentável, tendo em vista as pressões exercidas por suas sociedades sobre o meio ambiente global e as tecnologias e recursos financeiros que controlam.

- **Princípio 8**

Para alcançar o desenvolvimento sustentável e uma qualidade de vida mais elevada para todos, os Estados devem reduzir e eliminar os padrões insustentáveis de produção e consumo, e promover políticas demográficas adequadas.

- **Princípio 9**

Os Estados devem cooperar no fortalecimento da capacitação endógena para o desenvolvimento sustentável, mediante o aprimoramento da compreensão científica por meio do intercâmbio de conhecimentos científicos e tecnológicos, e mediante a intensificação do desenvolvimento, da adaptação, da difusão e da transferência de tecnologias, incluindo as tecnologias novas e inovadoras.

- **Princípio 10**

A melhor maneira de tratar as questões ambientais é assegurar a participação, no nível apropriado, de todos os cidadãos interessados. No nível nacional, cada indivíduo terá acesso adequado às informações relativas ao meio ambiente de que disponham as autoridades públicas, inclusive informações acerca de materiais e atividades perigosas em suas comunidades, bem como a oportunidade de participar dos processos decisórios. Os Estados irão facilitar e estimular a conscientização e a participação popular, colocando as informações à disposição de todos. Será proporcionado o acesso efetivo a mecanismos judiciais e administrativos, inclusive no que se refere à compensação e reparação de danos.

- **Princípio 11**

Os Estados adotarão legislação ambiental eficaz. As normas ambientais, e os objetivos e as prioridades de gerenciamento deverão refletir o contexto ambiental e de meio ambiente a que se aplicam. As normas aplicadas por alguns países poderão ser inadequadas para outros, em particular para os países em desenvolvimento, acarretando custos econômicos e sociais injustificados.

- **Princípio 12**

Os Estados devem cooperar na promoção de um sistema econômico internacional aberto e favorável, propício ao crescimento econômico e ao desenvolvimento sustentável em todos os países, de forma a possibilitar o tratamento mais adequado dos problemas da degradação ambiental. As medidas de política comercial para fins ambientais não devem constituir um meio de discriminação arbitrária ou injustificável, ou uma restrição disfarçada ao comércio internacional. Devem ser evitadas ações unilaterais para o tratamento dos desafios internacionais fora da jurisdição do país importador. As medidas internacionais relativas a problemas ambientais transfronteiriços ou globais deve, na medida do possível, basear-se no consenso internacional.

- **Princípio 13**

Os Estados irão desenvolver legislação nacional relativa à responsabilidade e à indenização das vítimas de poluição e de outros danos ambientais. Os Estados irão também cooperar, de maneira expedita e mais determinada, no desenvolvimento do direito internacional no que se refere à responsabilidade e à indenização por efeitos adversos dos danos ambientais causados, em áreas fora de sua jurisdição, por atividades dentro de sua jurisdição ou sob seu controle.

- **Princípio 14**

Os Estados devem cooperar de forma efetiva para desestimular ou prevenir a realocação e transferência, para outros Estados, de atividades e substâncias que causem degradação ambiental grave ou que sejam prejudiciais à saúde humana.

- **Princípio 15**

Com o fim de proteger o meio ambiente, o princípio da precaução deverá ser amplamente observado pelos Estados, de acordo com suas capacidades. Quando houver ameaça de danos graves ou irreversíveis, a ausência de certeza científica

absoluta não será utilizada como razão para o adiamento de medidas economicamente viáveis para prevenir a degradação ambiental.

- **Princípio 16**

As autoridades nacionais devem procurar promover a internacionalização dos custos ambientais e o uso de instrumentos econômicos, tendo em vista a abordagem segundo a qual o poluidor deve, em princípio, arcar com o custo da poluição, com a devida atenção ao interesse público e sem provocar distorções no comércio e nos investimentos internacionais.

- **Princípio 17**

A avaliação do impacto ambiental, como instrumento nacional, será efetuada para as atividades planejadas que possam vir a ter um impacto adverso significativo sobre o meio ambiente e estejam sujeitas à decisão de uma autoridade nacional competente.

- **Princípio 18**

Os Estados notificarão imediatamente outros Estados acerca de desastres naturais ou outras situações de emergência que possam vir a provocar súbitos efeitos prejudiciais sobre o meio ambiente destes últimos. Todos os esforços serão envidados pela comunidade internacional para ajudar os Estados afetados.

- **Princípio 19**

Os Estados fornecerão, oportunamente, aos Estados potencialmente afetados, notificação prévia e informações relevantes acerca de atividades que possam vir a ter considerável impacto transfronteiriço negativo sobre o meio ambiente, e se consultarão com estes tão logo seja possível e de boa fé.

- **Princípio 20**

As mulheres têm um papel vital no gerenciamento do meio ambiente e no desenvolvimento. Sua participação plena é, portanto, essencial para se alcançar o desenvolvimento sustentável.

- **Princípio 21**

A criatividade, os ideais e a coragem dos jovens do mundo devem ser mobilizados para criar uma parceria global com vistas a alcançar o desenvolvimento sustentável e assegurar um futuro melhor para todos.



- **Princípio 22**

Os povos indígenas e suas comunidades, bem como outras comunidades locais, têm um papel vital no gerenciamento ambiental e no desenvolvimento, em virtude de seus conhecimentos e de suas práticas tradicionais. Os Estados devem reconhecer e apoiar adequadamente sua identidade, cultura e interesses, e oferecer condições para sua efetiva participação no atingimento do desenvolvimento sustentável.

- **Princípio 23**

O meio ambiente e os recursos naturais dos povos submetidos a opressão, dominação e ocupação serão protegidos.

- **Princípio 24**

A guerra é, por definição, prejudicial ao desenvolvimento sustentável. Os Estados irão, por conseguinte, respeitar o direito internacional aplicável à proteção do meio ambiente em tempos de conflitos armados e irão cooperar para seu desenvolvimento progressivo, quando necessário.

- **Princípio 25**

A paz, o desenvolvimento e a proteção ambiental são interdependentes e indivisíveis.

- **Princípio 26**

Os Estados solucionarão todas as suas controvérsias ambientais de forma pacífica, utilizando-se dos meios apropriados, de conformidade com a Carta das Nações Unidas.

- **Princípio 27**

Os Estados e os povos irão cooperar de boa fé e imbuídos de um espírito de parceria para a realização dos princípios consubstanciados nesta Declaração, e para o desenvolvimento progressivo do direito internacional no campo do desenvolvimento sustentável.

**ANEXO B - Lista de Signatários do Pacto Global no Brasil\***

- 1) 100% Amazônia;
- 2) 1ª Zona de Registro de Imóveis de São Luís / MA;
- 3) 3C Services S/A;
- 4) 4M Construções e Incorporações Ltda;
- 5) 6º Ofício de Registro de Títulos e Documentos na Cidade do Rio de Janeiro;
- 6) 7COMm Informática Ltda;
- 7) A. Tonnani Construções e Serviços Ltda;
- 8) AAPSA- Associação Paulista de Recursos Humanos e Gestores de Pessoas;
- 9) ABIMIP: Associação Brasileira da Indústria de Medicamentos Isentos de Prescrição;
- 10) ABIQUIM - Brazilian Chemical Industry Association;
- 11) Abividro (Associação Técnica Brasileira das Indústrias Automáticas de Vidro);
- 12) Abramar;
- 13) ABRAPP - Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar;
- 14) ABRH-Brasil;
- 15) Açafrão Gêneros Alimentícios e Refeições Ltda;
- 16) Açaí do Amapá Agroindustrial Ltda (Sambazon);
- 17) Ação Social para Igualdade das Diferenças;
- 18) ACEAD - Associação Comercial e Empresarial de Andaraí;
- 19) ACIM - Associação Comercial Empresarial de Maringá;
- 20) ACOVISA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE AÇOS ESPECIAIS LTDA;
- 21) Acuapura Indústria e Comércio Ltda;
- 22) Add Value Technologies Comércio e Serviços de Informática Ltda;
- 23) Aegea Saneamento e Participações S/A;
- 24) Aeris Indústria e Comércio de Equipamentos para Geração de Energia S/A;
- 25) AES Brasil;
- 26) AES Sul S/A;
- 27) AES Tietê S/A;
- 28) AES Uruguaiana Empreendimentos S/A;
- 29) AFECE - Associação Franciscana de Educação ao Cidadão Especial;
- 30) Agência Convergência Consultoria e Negócios Eireli - EPP;

- 31) Agenda Publica - Agencia de Analise e Cooperação em Politicas Públicas;
- 32) Agreenova Consultoria & Gestão Ltda;
- 33) AIESEC no Brasil;
- 34) Akatu Institute;
- 35) Aldeias Infantis SOS Brasil;
- 36) Algar Tecnologia e Consultoria S/A;
- 37) Algar Telecom;
- 38) Aloísio da Silva Lopes Sociedade de Advogados;
- 39) Altanova Industrial e Comercial Ltda;
- 40) Alubar Metais e Cabos S/A;
- 41) AMAC - Associação dos Moradores e Amigos de Cisneiros;
- 42) AMAGGI;
- 43) Amara Brasil Ltda;
- 44) AMBEV S/A;
- 45) América do Sul Participações Ltda;
- 46) Amil Participações S/A;
- 47) Anglo American (Iron Ore Brazil / Nickel, Niobium & Phosphates);
- 48) Antônio Meneghetti Faculdade;
- 49) Apetit Serviços de Alimentação;
- 50) Approach Comunicação;
- 51) APRAG associação dos Controladores de Vetores e Pragas Urbanas;
- 52) Arauco do Brasil;
- 53) ArcelorMittal Brasil;
- 54) Argumentare Desenvolvimento Organizacional;
- 55) Arrow Serviços de Tecnologia Ltda;
- 56) Artemisia;
- 57) AS Transportes Ltda;
- 58) Ásia Shipping Transportes Internacionais Ltda;
- 59) Associação Aliança Empreendedora;
- 60) Associação Brasileira das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação - Brasscom;
- 61) Associação Brasileira de Biotecnologia Industrial - ABBI;
- 62) Associação Brasileira de Empresas Limpas - ABELi;

- 63) Associação Brasileira de Normas Técnicas;
- 64) Associação Brasileira dos Profissionais de Sustentabilidade;
- 65) Associação Comercial da Bahia;
- 66) Associação Comercial, Industrial e Empresarial de Ponta Grossa;
- 67) Associação de Assistência a Criança Deficiente - AACD;
- 68) Associação de Defesa do Meio Ambiente e do Desenvolvimento de Antonina (ADEMADAN);
- 69) Associação de Jovens Empreendedores da Bahia;
- 70) Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São Paulo;
- 71) Associação de Registradores Imobiliários de São Paulo;
- 72) Associação de Resgate a Cidadania Por Amor a Humanidade;
- 73) Associação dos Engenheiros Arquitetos e Agrônomos do Vale do Iguaçu;
- 74) Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Apucarana;
- 75) Associação dos Produtores de Bioenergia do Estado do Paraná - ALCOPAR;
- 76) Associação Educacional Cultural e Assistencial MIESPERANZA;
- 77) Associação Empresarial de Campo Alegre - ACIACA;
- 78) Associação Franciscana de Ensino Senhor Bom Jesus;
- 79) Associação Goiana de Administração - AGAD;
- 80) Associação Mantenedora do Museu das Minas e do Metal;
- 81) Associação Nacional de Árbitros Capelães Juizes de Paz Eclesiásticos Teólogos e Ministros Religiosos do Brasil - ASNACAJUPAZ;
- 82) Associação para Preservação do Polo do Descobrimento;
- 83) Associação Paralelo 17S "O Descobrimento";
- 84) Associação Paranaense de Cultura - APC;
- 85) Associação Paranaense dos Engenheiros Ambientais;
- 86) Associação Paulista de Supermercados;
- 87) Associação Profissional dos Engenheiros e Arquitetos de Paranavaí;
- 88) Associação Regional dos Engenheiros e Arquitetos de Marechal Cândido Rondon;
- 89) Associação Regional Dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos de Cianorte;
- 90) Associação São Lázaro - Brasil;
- 91) Association for Sporting Goods Industry and Commerce - APICE;

- 92) ASSOCIQUIM - Associação dos Distribuidores de Produtos Químicos e Petroquímicos;
- 93) Atento Brasil S/A;
- 94) Atitude Soluções Empresariais Ltda;
- 95) Auto Pecas G3 Ltda;
- 96) Auto Vidros e acessórios imperial Ltda;
- 97) Avenorte Avícola Cianorte Ltda;
- 98) Ayra Consultoria;
- 99) B2Br - Business To Business Informatics Ltda;
- 100) B2W Digital;
- 101) B3;
- 102) Banco BPN Brasil S/A;
- 103) Banco Bradesco S/A;
- 104) Banco BTG Pactual;
- 105) Banco do Brasil S/A;
- 106) Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.;
- 107) Banco do Nordeste do Brasil S/A;
- 108) Banco Industrial e Comercial S/A;
- 109) Banco Pine S/A;
- 110) Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul BRDE;
- 111) Banco Santander S/A (Brasil);
- 112) Bank Log;
- 113) Baoba - Fundo para Equidade Racial;
- 114) BENT Investimentos e Participações Ltda;
- 115) Bernardino de Campos;
- 116) Boldrini Serviços de energia Elétrica Ltda;
- 117) Bom Negocio Indústria e Comércio de Rações Ltda;
- 118) Botelho, Spagnol Advogados Associados;
- 119) Brasilprev Seguros e Previdência S/A;
- 120) Braskem S/A;
- 121) Braspag;
- 122) Brazil, Russia, India, China, South Africa Chamber for Promotion and Economic Development;

- 123) Brazilian Bamboo Producers Association;
- 124) Brazilian Institute of Coaching;
- 125) Brazilian Textile and Apparel Industry Association;
- 126) BRF Brasil Foods S/A;
- 127) BSI Tecnologia Ltda;
- 128) C.S.E. Mecânica e Instrumentação Ltda;
- 129) Cabeçote Irmãos Braz Ltda;
- 130) Caixa de Previdência Dos Funcionários Do Banco Do Brasil;
- 131) Caixa Econômica Federal;
- 132) Câmara Brasileira da Indústria da Construção - CBIC;
- 133) Câmara Oficial Espanhola de Comercio no Brasil;
- 134) Camargo & Campos Recursos Humanos;
- 135) Cambará Eco Hotel;
- 136) Carona Verde - Publicidade, Negócios e Locação de Equipamentos Ltda;
- 137) Carrefour Comercio e Indústria Ltda;
- 138) CART - Concessionaria Auto Raposo Tavares S/A;
- 139) Catamarã Engenharia e Empreendimentos Ltda;
- 140) Cateno Gestão de Contas de Pagamento S/A;
- 141) CCR S/A;
- 142) CDI - Center for Digital Inclusion;
- 143) CDN Comunicação Corporativa Ltda;
- 144) Celulose Irani S/A;
- 145) Ceneged;
- 146) Centenário do Sul;
- 147) Center Carnes Karina;
- 148) Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS;
- 149) Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - Celesc S/A;
- 150) Central Nacional Unimed;
- 151) Centro de Apoio as Atividades Populares / MOVSOCIAL;
- 152) Centro de Estudos da Cultura e do Meio Ambiente da Amazonia - Rioterra;
- 153) Centro Integrado de Estudos e Programas de Desenvolvimento Sustentável - CIEDS;
- 154) Centro Rotário Educacional, Social, Cultural e Recreativo de Santo Amaro;

- 155) Centro Universitário Curitiba;
- 156) Chavantes;
- 157) Chiesi Farmacêutica Ltda;
- 158) ChildFund Brasil;
- 159) Cia Ultragaz S/A;
- 160) Ciclus Consultoria;
- 161) Cielo S/A;
- 162) Cinq Technologies;
- 163) Citeluz Servicios de Iluminación Urbana S/A;
- 164) City of Porto Alegre;
- 165) CKZ Eventos;
- 166) Clariant S/A;
- 167) Clarium;
- 168) Clarus Technology Do Brazil Ltda;
- 169) CLASA - Casa Lions de Adolescentes de Santo André;
- 170) Clube Piratininga;
- 171) CNI - Confederação Nacional das Indústrias;
- 172) COBRAM - Cia. Brasileira de Marketing Ltda;
- 173) Colégio Lacordaire Sant-Anna SC Ltda;
- 174) Colly Química;
- 175) ComBio Energia SA;
- 176) Companhia Administradora da Zona de Processamento de Exportação do Ceará - ZPE Ceara;
- 177) Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora-Rio (CONCER);
- 178) Companhia de Desenvolvimento Econômico do Para - CODEC;
- 179) Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - CDHU;
- 180) Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - COELBA;
- 181) Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica - CGTEE;
- 182) Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - PRODESP;
- 183) Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo;
- 184) Companhia Energética de Minas Gerais;

- 185) Companhia Energética de Pernambuco - CELPE;
- 186) Companhia Energética Do Rio Grande Do Norte - COSERN;
- 187) Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf;
- 188) Compel - Construções, Montagens e Projetos Elétricos Ltda;
- 189) Comunicarte Marketing Cultural e Social;
- 190) Comunitas: Parcerias para o Desenvolvimento Sustentável;
- 191) Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S/A;
- 192) Concessionária BR-040 S/A;
- 193) Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S/A;
- 194) Concessionária Litoral Norte S/A - CLN;
- 195) Condomínio do Aspen Park Shopping Center II;
- 196) Conel Construções e Engenharia Ltda;
- 197) Conestoga - Rovers Engenharia Ltda;
- 198) Confraria Brasileira de Cultura;
- 199) Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável;
- 200) Conselho Federal de Administração;
- 201) Conselho Regional de Administração da Bahia (CRA-BA);
- 202) Conselho Regional de Administração de São Paulo;
- 203) Conselho Regional de Administração do Rio de Janeiro CRA/RJ;
- 204) Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Espírito Santo (Crea-ES);
- 205) Conselho Regional de Profissionais de Relações Públicas da 4ª Região;
- 206) Consórcio Intermunicipal Quiriri;
- 207) Construtora Quebec Ltda;
- 208) Consustec Tecnologias Sustentáveis;
- 209) Control Tecnologia e Comunicações Ltda;
- 210) Copagaz Distribuidora de Gás S/A - Grupo Zahran;
- 211) Copastur Viagens e Turismo Ltda;
- 212) COPEL- Companhia Paranaense de Energia;
- 213) Corbo, Aguiar & Waise Advogados Associados;
- 214) Cosil construções e Incorporações S/A;
- 215) CPFL Energia S/A;
- 216) CREA-PR - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná;



- 217) CRN Serviços de Limpeza Industrial Eireli ME;
- 218) CTE - Centro de Tecnologia de Edificações Ltda;
- 219) CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista;
- 220) Cugnier Certificadora;
- 221) Cushman and Wakefield Consultoria Imobiliária Ltda;
- 222) Cybernet Importação e Exportação de Equipamentos Ltda;
- 223) Daiichi Sankyo Brasil Farmacêutica;
- 224) Danone Ltda;
- 225) Deloitte Touche Tohmatsu;
- 226) Design Empreendimentos Ltda;
- 227) Dialog Educação Tecnologia e Desenvolvimento;
- 228) Dinâmica Administração Serviços e Obras Ltda;
- 229) Dinâmica Empresa Junior - Engenharia de Produção;
- 230) Dinâmica Facility Administração Predial Ltda;
- 231) Disoft;
- 232) DNV GL;
- 233) DSM produtos nutricionais Brasil SA;
- 234) Dudalina S/A;
- 235) Duratex S/A;
- 236) Ebamag Armazéns Gerais Logística Ltda;
- 237) EBFlora Empresa Brasileira de Florestamento Ambiental Ltda;
- 238) Eco Alternativa Treinamentos Ltda;
- 239) Ecoanzol;
- 240) Ecorodovias Infraestrutura e Serviços S/A;
- 241) EDF Norte Fluminense S/A;
- 242) EDP- Energias do Brasil S/A;
- 243) Eficaz Engenharia e Serviços Ltda;
- 244) EHS Solutions;
- 245) Elejor - Centrais Elétricas do Rio Jordao S/A;
- 246) Elektro Redes S/A;
- 247) Eletroauto Elétrica Automotiva LTDA ME;
- 248) Eletrobrás Amazonas Energia;
- 249) Eletrobrás Distribuição Acre;

- 250) Eletrobrás Distribuição Alagoas;
- 251) Eletrobrás Distribuição Piauí;
- 252) Eletrobrás Distribuição Rondônia;
- 253) Eletrobrás Distribuição Roraima;
- 254) Eletronorte - Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A;
- 255) Eletronuclear - Eletrobrás Termonuclear S/A;
- 256) Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S/A;
- 257) Eletrosul Centrais Elétricas S/A;
- 258) Embafort Embalagem Industrial;
- 259) Embraco;
- 260) EMBRAER S/A;
- 261) EMDOC Serviços Especializados;
- 262) Emflora Empreendimentos Florestais Ltda;
- 263) Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos;
- 264) Empresa Brasileira de Tecnologia e Administração de Convênios Hom Ltda;
- 265) Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - ECONORTE;
- 266) Empresa de Gestão Ambiental e Incentivo Acadêmico Ltda;
- 267) Empresa de Vigilância Cindapa do Brasil Ltda;
- 268) Empresa Maranhense de Administração Portuária - EMAP;
- 269) Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S.A. - EMPLASA;
- 270) Endura Partners Consultoria e Participações Ltda;
- 271) Enel Brasil S/A;
- 272) Enel Cien;
- 273) Enel Distribuição Ceará;
- 274) Enel Distribuição Rio;
- 275) Enel Geração Fortaleza;
- 276) Enel Green Power Cachoeira Dourada;
- 277) ENESA Engenharia Ltda;
- 278) Engeblock Planejamento e construções Ltda;
- 279) Engedam Engenharia e construções;
- 280) Engpiso - Engenharia & Soluções Integradas Ltda;
- 281) Ernst and Young - Brazil;
- 282) Esquadra Transporte de Valores e Segurança Ltda;

- 283) Essencis MG Soluções Ambientais S/A;
- 284) Estre Ambiental S/A;
- 285) Eternit S/A;
- 286) Euro Energy S/A;
- 287) Eurofarma Laboratórios S/A;
- 288) FA Maringá Ltda;
- 289) FACENE - Faculdade de Enfermagem Nova Esperança;
- 290) FACISC - Federação das Associações Empresariais de Santa Catarina;
- 291) FACOP - Fundação do Asseio e Conservação do Estado do Paraná;
- 292) Faculdades Integradas Santa Cruz de Curitiba;
- 293) FAMUP - Federação das Associações de Municípios da Paraíba;
- 294) FECAASP - Federação da Carteiras de Benefícios, Assistência e Defesa dos Advogados, Estagiários e Bacharéis em Direito do Estado de São Paulo;
- 295) Feira Permanente da Sustentabilidade ODS 2030;
- 296) Fersol Indústria e Comercio;
- 297) Fertilizantes Heringer S/A;
- 298) FH Consultoria Empresarial LTDA;
- 299) FIABCI-BRASIL;
- 300) Fiagril Ltda;
- 301) Fibria Celulose S/A;
- 302) FIEP - Federação das Indústrias do Estado do Paraná;
- 303) FIESP- Federação das Indústrias do Estado de São Paulo;
- 304) Fixa Brindes Comercial e Importação Ltda;
- 305) Fox Time Recursos Humanos;
- 306) Frutalapa Agrocomercial Ltda;
- 307) Fundação Antônio Prudente - A C Camargo Câncer Center;
- 308) Fundação Dom Cabral;
- 309) Fundação Espaço ECO;
- 310) Fundação Fritz Muller;
- 311) FUNDACEM – Fundação Cesar Montes
- 312) Furnas Centrais Elétricas S/A;
- 313) GAP Gestão Ambiental e Projetos Ltda;
- 314) GERAR - Geração de Emprego Renda e Apoio ao Desenvolvimento Regional;

- 315) German-Brazilian Chamber of Industry and Commerce;
- 316) Gesplan Assessoria Contábil S/S Ltda;
- 317) GIFE - Grupo de Institutos Fundacoes E Empresas;
- 318) GIL Equipamentos Industriais Ltda;
- 319) Global Web Outsourcing Do Brasil S/A;
- 320) GMP Engenharia Ltda EPP;
- 321) GolSat Tecnologia LTDA;
- 322) Governance Technology Ltda;
- 323) Governo do Estado do Paraná;
- 324) Granito & Partners;
- 325) Granolab/Granotec do Brasil – Nutrição e Biotecnologia;
- 326) Green Farm Preservação Ambiental;
- 327) Green Social Bioethanol;
- 328) Groscon Administradora de Consórcios Ltda;
- 329) Grupo Abril - Abril S/A;
- 330) Grupo Boticário;
- 331) Grupo Caixa Seguros;
- 332) Grupo Criarq - Serviços e Sistemas de Informação LTDA;
- 333) Grupo Eficiência Vigilância e Serviços;
- 334) Grupo Empresarial Melissatur;
- 335) Grupo Fleury;
- 336) Grupo Gaia;
- 337) Grupo Malwee;
- 338) Grupo Mapfre Brasil;
- 339) Grupo Meta;
- 340) Grupo Pão de Açúcar - Companhia Brasileira de Distribuição;
- 341) Grupo Santa Joana;
- 342) Grupo Tático de Força Ambiental - GTFA (Guarda Nacional Ambiental);
- 343) Grupo Telhaço;
- 344) GS1 Brasil - associação Brasileira de Automação;
- 345) GSS Sustentabilidade e Bioinovação;
- 346) H.Olhos Grottone;

- 347) Hebron Farmacêutica - Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação Tecnológica Ltda;
- 348) Hi Technologies S/A;
- 349) Hidroazul Industria e Comercio Ltda;
- 350) Hospital Das Nações;
- 351) Hospital Estadual de Urgência e Emergência;
- 352) Hospital Nossa Senhora da Luz dos Pinhais;
- 353) Hospital Oncológico Infantil Octávio Lobo;
- 354) Hospital Público Estadual Galileu;
- 355) Hospital Regional do Baixo Amazonas do Para - Pro-Saúde;
- 356) Humana;
- 357) Hydrokleen Systems do Brasil Limpeza Industrial Ltda;
- 358) IBCO - Instituto Brasileiro dos Consultores de Organização;
- 359) IBF - Instituto Beija-Flor;
- 360) IBQ Indústrias Químicas S/A;
- 361) ICAMP Marcas e Patentes;
- 362) Ideia Sustentável;
- 363) Ideias & Negocio\$;
- 364) Imagem Sistemas de Informações Ltda;
- 365) Impar Participações S/A;
- 366) Inajá;
- 367) INBRA Aerospace;
- 368) Indica Assessoria e Serviços Ltda;
- 369) Indigo Produção e Gerenciamento de Software S/A;
- 370) INFRAERO;
- 371) Inplac Indústria de Plásticos S/A;
- 372) Instituto Atsushi e Kimiko Yoshii;
- 373) Instituto Aua de Empreendedorismo Socioambiental;
- 374) Instituto BioSistêmico;
- 375) Instituto Brasileiro de Direito e Ética Empresarial - IBDEE;
- 376) Instituto Brasileiro de Florestas;
- 377) Instituto Brasileiro de Gestão Social - FUNDACIM;
- 378) Instituto Brasileiro de Pesquisa e Gestão de Carbono - CO2 Zero;

- 379) Instituto Brasileiro do Crisotila;
- 380) Instituto Brasileiro do PVC;
- 381) Instituto Cidade Canção;
- 382) Instituto Comnene Palaiologos de Educação e Cultura;
- 383) Instituto da Oportunidade Social (Institute of Social Opportunity);
- 384) Instituto de Estudos Legislativos Brasileiro (IDELB);
- 385) Instituto de Reciclagem do Adolescente;
- 386) Instituto EcoFaxina - Limpeza, Monitoramento e Educação Ambiental;
- 387) Instituto Ecológico Palmas;
- 388) Instituto Educando Para a Paz;
- 389) Instituto Engaja Brasil;
- 390) Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social;
- 391) Instituto Futuro de Desenvolvimento Social, Educacional, Cultural e Ambiental;
- 392) Instituto Global Attitude;
- 393) Instituto Internacional de Pesquisa Socioambiental Chico Mendes;
- 394) Instituto Jogue Limpo;
- 395) Instituto Kaluana Upiara K'Up Conservação e Gestão Ambiental;
- 396) Instituto LOGOdata de Pesquisa Humana e Tecnológica;
- 397) Instituto Missão da Paz;
- 398) Instituto Nacional de Desenvolvimento e Defesa Social - INDS;
- 399) Instituto Nacional de Pesquisa e Ensino - INAPE;
- 400) Instituto Nacional de Tecnologia Social - INATES;
- 401) Instituto Não Aceito Corrupção;
- 402) Instituto Paradigma;
- 403) Instituto Saúde e Sustentabilidade;
- 404) Instituto Sicoob PR;
- 405) Instituto Socioambiental Invepar;
- 406) Instituto Triunfo;
- 407) Instituto Venturi Para Estudos Ambientais;
- 408) Instituto Walfredo Guedes Pereira;
- 409) Interaxa Brasil Tecnologia e Informática Ltda;
- 410) InterCement;

- 411) Interfarma;
- 412) Investimentos e Participações em Infra Estrutura S.A. - Invepar;
- 413) Ipiranga Produtos de Petróleo S/A;
- 414) Irmandade Evangélica Betânia;
- 415) ISAE - Instituto Superior de Administração e Economia da Fundação Getúlio Vargas;
- 416) Itaguajé;
- 417) Itaipu Binacional - Brazil;
- 418) ITAK - Instituto de Tecnologia August Kekule;
- 419) Italit Indústria e Comércio Ltda;
- 420) Itararé;
- 421) Itaú Unibanco S/A;
- 422) ITB Equipamentos Elétricos;
- 423) Itron Soluções para Energia e Agua Ltda.;
- 424) Japanese Brazilian Chamber of Commerce and Industry of Paraná;
- 425) Jardim Olinda;
- 426) JMR-CON Engenharia e Construções Ltda;
- 427) Jota Jornalismo Ltda;
- 428) JSL;
- 429) JVP Construções e Empreendimentos Ltda;
- 430) Keyassociados;
- 431) Klabin S/A;
- 432) Knapp Sudamérica Logística e Automação Ltda.;
- 433) Kroton Educacional;
- 434) Laboratório Leme;
- 435) Laboratório Sabin de Análises Clínicas;
- 436) Lar Escola da Criança de Maringá;
- 437) LATAM Airlines Brasil;
- 438) LIBRA TERMINAIS S/A;
- 439) Light S/A;
- 440) Lightsweet Ind. e Comercio de Alimentos Ltda;
- 441) Lima Azevedo Engenharia e Consultoria Empresarial;
- 442) Linha Amarela S/A;

- 443) Lions Clube de Curitiba Batel;
- 444) LITRANS Logística Internacional de Transportes Ltda;
- 445) Logística Ambiental de São Paulo S/A;
- 446) Lojas Americanas S/A;
- 447) Lojas Renner S/A;
- 448) LS Soldas;
- 449) LTSA Advogados;
- 450) Ludovino Lopes Advogados;
- 451) Luiza Administradora de Consórcios Ltda;
- 452) Lupionópolis;
- 453) M. Bigucci Comercio e Empreendimentos Imobiliários Ltda;
- 454) M4 Produtos e serviços S/A;
- 455) Máquina da Notícia Comunicação Ltda;
- 456) Marca Laser Presentes Ltda;
- 457) Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga - Advogados;
- 458) Maximus Instituto David Ben-Gurion de Educação Superior;
- 459) Mazzi de Paula e Ragazzi Construções Ltda;
- 460) MBS Value Partners Serviços e Participações Ltda;
- 461) MDA Brasil Ltda;
- 462) MDD Comércio e Representações de Papel Ltda;
- 463) Megamatte;
- 464) Meireles e Freitas Serviços de Cobranças Ltda;
- 465) Meireles, Freitas e Almeida Serviços de Tele atendimento Ltda;
- 466) Melo Martini e Parada;
- 467) Mexichem Brasil Indústria De Transformação Plástica Ltda;
- 468) MGG Soluções;
- 469) Michel Vidal Studio Ltda ME;
- 470) MicroBio;
- 471) Minas Arena Gestão de Instalações Esportivas S/A;
- 472) Ministério Armada (Força de Paz Global);
- 473) MK Recursos Humanos Ltda ME;
- 474) Mongeral Aegon;
- 475) Monsanto Brazil;



- 476) Moreira Suzuki Lemes & Fujita Sociedade de Advogados;
- 477) MPD Engenharia Ltda;
- 478) MRV Engenharia e Participações;
- 479) MS Engenharia e Serviços Industriais;
- 480) Multigeo - Mineração, Geologia e Meio Ambiente;
- 481) Município de Corupá;
- 482) Município de Maringá;
- 483) Município de Morretes;
- 484) Município de Rosana;
- 485) Natura Cosméticos S/A.
- 486) Naturex Ingredientes Naturais;
- 487) Neoenergia S/A;
- 488) Netza Promoções e Eventos Ltda;
- 489) New Space Processamento e Sistemas Ltda;
- 490) Newland Empreendimentos Imobiliários Ltda;
- 491) Nextrans Transportes Ltda;
- 492) Nexxera Tecnologia e Serviços S/A;
- 493) NFE do Brasil S/A;
- 494) Niwa & Advogados Associados;
- 495) Nogueira, Elias, Laskowski, Matias Advogados;
- 496) Nordeste Emergências e Soluções Médicas Ltda;
- 497) NORSUL Engenharia e Consultoria Ltda;
- 498) Novozymes Latin América Ltda;
- 499) NS Brazil Tecnologia Pisos E Revestimentos Ltda;
- 500) Nutrimental S/A Indústria e Comércio de Alimentos;
- 501) Observatório Social do Brasil;
- 502) Odebrecht Agroindustrial;
- 503) Odebrecht Óleo e Gás S/A;
- 504) Odontoprev S/A;
- 505) Oi - Oi S/A;
- 506) Okena Serviços Ambientais Ltda;
- 507) Oliveira & Ramos Advogados Associados;
- 508) OMDDH - Organização Mundial dos Defensores dos Direitos Humanos;

- 509) Ômega Prime Consulting Consultoria em Gestão Ltda;
- 510) Opusmultipla Comunicação Integrada SA;
- 511) Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás;
- 512) Ordem dos Advogados do Brasil - Seção do Paraná;
- 513) Ordem Dos Advogados do Brasil 57ª Subseção de Guarulhos;
- 514) Organização Centro Universitário Augusto Motta - UNISUAM;
- 515) Organização Religiosa e Educacional Rompendo em Fé;
- 516) Organizações Atanagildo Cortes Ltda;
- 517) OS-ACSC - Organização Social Associação Congregação Santa Catarina;
- 518) Ourinhos;
- 519) Palmont Montagem Industrial Ltda;
- 520) Pampulha Engenharia Ltda;
- 521) Panificadora Fabiana Ltda;
- 522) PARANACIDADE - Serviço Social Autônomo;
- 523) Paranaguá;
- 524) Paranapoema;
- 525) Parlamento Mundial de Segurança e Paz - World Parliament of Security And Peace;
- 526) Patmar Indústria e Comércio Ltda;
- 527) PATRI Políticas Públicas Ltda;
- 528) Patrulha Aérea Civil do Brasil;
- 529) Pequeno Cotoengo Paranaense;
- 530) Petrocoque S/A;
- 531) Petróleo Brasileiro SA - Petrobras;
- 532) Plano Digital Comunicação Ltda;
- 533) Plastivida Instituto Socioambiental Dos Plásticos;
- 534) Plaza Avenida Shopping;
- 535) Porecatu;
- 536) Porto Brasil Viagens;
- 537) Posidonia Shipping;
- 538) Praxis Avaliação Patrimonial Ltda;
- 539) Precon Engenharia S/A;
- 540) Prefeitura da Estancia Turística de Olímpia;

- 541) Prefeitura Municipal de Birigui - SP;
- 542) Prefeitura Municipal de Colombo;
- 543) Prefeitura Municipal de Rio Negrinho;
- 544) Prefeitura Municipal de São Bento do Sul;
- 545) Premier Ambiental;
- 546) Primavera Consultoria;
- 547) Prisma Consultoria Empresarial Ltda EPP;
- 548) Procred Recuperação de Créditos Ltda;
- 549) PRODIEL Brasil Projectos de Instalações Elétricas Ltda;
- 550) ProGov Conserv – Programa de Conservação e Conscientização Ambiental Ltda;
- 551) Promaflex Industrial Ltda;
- 552) Promon S/A;
- 553) Purcom Química;
- 554) QPRO Soluções Integradas;
- 555) QUALYGRAPH;
- 556) QUAY Sistemas e Portais;
- 557) Queiroz Galvão Exploração e Produção;
- 558) Quimicryl S/A;
- 559) Quinta da Estância Grande;
- 560) Radiante Engenharia de Telecomunicações;
- 561) Radix Engenharia e Desenvolvimento de Software S/A;
- 562) Recognition Companhia Brasileira de Automação Bancaria S/A;
- 563) Rede Alta Materiais Elétricos Ltda;
- 564) RefriBrasil Indústria e Comercio Ltda;
- 565) Refrigerantes Marajá S/A;
- 566) Renttar;
- 567) Report Sustentabilidade;
- 568) Reserva;
- 569) Rever Consultoria Ltda;
- 570) Ricca RI;
- 571) Ricopeças;
- 572) Rien Serviços Médicos Nefrológicos Ltda;

- 573) Rio Guaíba Serviços Rodoviários;
- 574) Rio Metalúrgica S/A;
- 575) Rio Verde Energia SA e Rio Canoas Energia SA;
- 576) Ripack Embalagens Ltda;
- 577) Rodolfo Gropen Advocacia;
- 578) Rodovalho Advogados;
- 579) Royal Business & Associados;
- 580) RP1 Comunicação;
- 581) Rubberart Artefatos de Borracha Ltda;
- 582) Sabará Participações;
- 583) SAMA Minerações Associadas S/A;
- 584) Samarco Mineração S/A;
- 585) SAMA-Saneamento Básico do Município de Mauá;
- 586) Sancor Seguros do Brasil S/A;
- 587) Santa Inês;
- 588) Santo Inácio;
- 589) Santos Brasil Participações S/A;
- 590) São Gabriel Saneamento;
- 591) São Paulo State Government;
- 592) SBK-BPO Group;
- 593) SCCON - Santiago & Cintra Consultoria Ltda;
- 594) Schneider Electric Brasil Ltda;
- 595) SEBRAE;
- 596) SECLAV LAVANDERIA;
- 597) SECOVI-SP;
- 598) Seed Colégio Estadual Rodrigues Alves;
- 599) Sereníssima Casa Real Sefarad y Ducado de Lucena;
- 600) Serviço de Apoio as Micro e Pequenas Empresas do Estado de Mato Grosso - SEBRAE/MT;
- 601) Serviço de Apoio as Micro e Pequenas Empresas do Tocantins - SEBRAE/TO;
- 602) Serviços Com. Consultoria, Projetos e construções;
- 603) Servtec;

- 604) SG4 Soluções Integradas;
- 605) Shoes R Us Atelier de Sapatos Ltda;
- 606) Sicoob Cascavel;
- 607) Sicoob Norte do Paraná;
- 608) Sicredi União Paraná;
- 609) Siemens Ltda;
- 610) SINAGO - Sindicato dos Administradores de Goiânia;
- 611) SINDAG - Sindicato Nacional das Empresas de Aviação Agrícola;
- 612) Sindicato dos Arquitetos e Urbanistas no Estado do Paraná;
- 613) Sindicato Nacional de Capelania Civil do Brasil - SINACACIB;
- 614) Sinigaglia Contadores Associados;
- 615) Sistema Correio de Comunicação;
- 616) SLC Agrícola S/A;
- 617) Soberana Nueva Castellania de Amposta;
- 618) Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Albert Einstein;
- 619) Sociedade de Abastecimento de Agua S/A - Sanasa - Campinas;
- 620) Sodexo Brasil;
- 621) Softplan Planejamento e Sistemas Ltda;
- 622) Solon Comercio Demolidora e Terraplanagem Ltda;
- 623) Solvi Participações S/A;
- 624) Souza Cruz;
- 625) Specialisterne Brasil;
- 626) Spice Gourmet;
- 627) Staff Real Estate;
- 628) State of Maranhão;
- 629) SulAmerica Seguros, Previdência, Investimentos e Capitalização;
- 630) Supervisão Soluções em Segurança Ltda;
- 631) Sustainable Carbon;
- 632) Suzano Papel e Celulose;
- 633) Syngenta Proteção de Cultivos Ltda;
- 634) TCP - Terminal de Containeres de Paranaguá;
- 635) Techmail Tecnologiaem Processos e Soluções de Gestão Empresarial Ltda;
- 636) Tecnew Consultoria em Informática Ltda;

- 637) Técnica de Soldas RYI Ltda;
- 638) TecnoJobs;
- 639) Tecnosonda S/A;
- 640) TECPRON;
- 641) Tecverde Engenharia S/A;
- 642) Telefônica Brasil;
- 643) Telemachine Telemática Ltda;
- 644) Tempo Ético;
- 645) Termotecnica;
- 646) TGI Consultoria em Gestão Ltda;
- 647) Thermosolution Indústria e Comércio de Refrigeração Ltda;
- 648) TIM Participações S/A;
- 649) Torcomp Usinagem e Componentes Ltda;
- 650) TOTVS S/A;
- 651) TozziniFreire Advogados;
- 652) Transportes Cavalinho Ltda;
- 653) Transportes Toniato Ltda;
- 654) Trench, Rossi e Watanabe Advogados;
- 655) Três Corações Alimentos S/A;
- 656) Triangulo Administradora de Consórcios Ltda;
- 657) Tribunal Arbitral Brasileiro;
- 658) Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região;
- 659) Trisoft Textil Ltda;
- 660) Tristar Turismo;
- 661) Triunfo Concebra;
- 662) Triunfo Concepa;
- 663) Triunfo Participações e Investimentos;
- 664) Triunfo Transbrasiliana Concessionária de Rodovia;
- 665) TS Engenharia e Construções Ltda;
- 666) Turbo Brasil Serviços em Turbinas Ltda;
- 667) TWBrazil;
- 668) uConnect Telecom;
- 669) Ultracon Consultoria em Tecnologia da Informação Ltda;

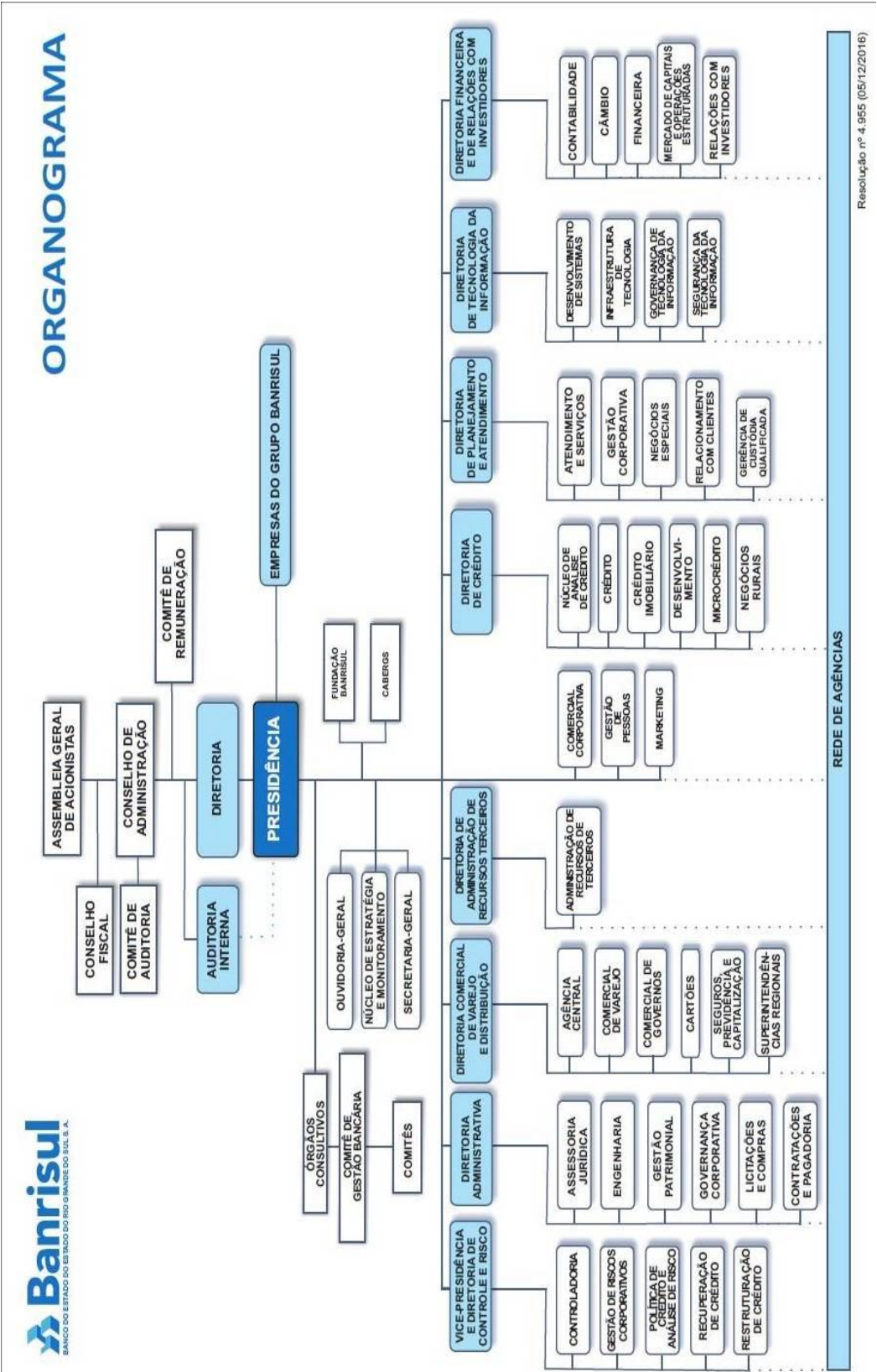
- 670) UniBrasil Centro Universitário;
- 671) UNICEV - Union National and International Chaplains Evangelical Volunteers;
- 672) Uniformes Paraná;
- 673) Unimed Alto Vale Cooperativa de Trabalho Médico;
- 674) Unimed Amparo Cooperativa de Trabalho Médico;
- 675) Unimed Belo Horizonte Cooperativa de Trabalho Médico;
- 676) Unimed Brusque Cooperativa de Trabalho Médico;
- 677) UNIMED Campinas Cooperativa de Trabalho Médico;
- 678) Unimed Cascavel;
- 679) Unimed Chapecó;
- 680) Unimed Cuiabá;
- 681) Unimed de Avaré;
- 682) Unimed de Blumenau Cooperativa de Trabalho Médico;
- 683) Unimed de São Lourenço Cooperativa de Trabalho Médico;
- 684) UNIMED Do Brasil Confederação Nacional Das Cooperativas Médicas;
- 685) Unimed do Estado de Santa Catarina;
- 686) Unimed do Estado de São Paulo - Federação Estadual das Cooperativas Médicas - FESP;
- 687) Unimed Erechim – Cooperativa de Serviços de Saúde Ltda;
- 688) Unimed Fortaleza - Cooperativa de Trabalhos Médicos LTDA;
- 689) Unimed Grande Florianópolis;
- 690) Unimed Itapetininga Cooperativa de Trabalho Medico;
- 691) Unimed Jaboticabal Cooperativa de Trabalho Medico;
- 692) Unimed Jundiaí Cooperativa de Trabalho Medico;
- 693) Unimed Londrina Cooperativa de Trabalho Medico;
- 694) Unimed Nordeste RS - Sociedade Cooperativa Serviços Médicos Ltda;
- 695) Unimed Porto Alegre;
- 696) Unimed Presidente Prudente - Cooperativa de Trabalho Medico;
- 697) Unimed Regional Maringá;
- 698) Unimed Santos Cooperativa de Trabalho Medico;
- 699) Unimed Sergipe Cooperativa de Trabalho Medico;
- 700) Unimed Sorocaba Cooperativa de Trabalho Medico;
- 701) Unimed Sul Capixaba Cooperativa de Trabalho Medico;

- 702) Unimed Vale das Antas RS;
- 703) Unimed Vale dos Sinos;
- 704) Unimed Vales do Taquari e Rio Pardo;
- 705) Unimed Vitoria Cooperativa de Trabalho Medico;
- 706) Unimed Xanxerê;
- 707) Union SS Viagens Ltda - ME;
- 708) Unique;
- 709) Univers Cultura, Comunicação e Responsabilidade Social Ltda;
- 710) Universidade Estadual do Norte do Paraná;
- 711) Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - Campus Experimental de Ourinhos;
- 712) Universidade Tuiuti do Paraná - UTP;
- 713) URCI – Universidade Rose-Croix Internacional;
- 714) Usina de Açúcar Santa Terezinha Ltda;
- 715) Vale S/A;
- 716) Valpasa Indústria de Papel Ltda;
- 717) Valtellina do Brasil;
- 718) Vezzi, Lapolla e Mesquita Sociedade de Advogados;
- 719) Via Green;
- 720) Via Gutenberg;
- 721) Viaplan Engenharia e Empreendimentos Ltda;
- 722) Vibra Agroindustrial S.A. - Grupo Vibra;
- 723) Visão Mundial;
- 724) Visão Sustentável - Dorpas Assessoria Empresarial S/C Ltda;
- 725) Votorantim S/A;
- 726) W3 Indústria Metalúrgica Ltda;
- 727) WEG S/A;
- 728) Werden Piso Elevado Monolítico Ltda;
- 729) Whirlpool S/A - Home Appliance Division;
- 730) Wilson Sons;
- 731) Yerbalatina Ltda;
- 732) Zenite Informação e Consultoria S/A;

\*Atualmente o Pacto Global no Brasil conta com 732 signatários (20/06/2017).



ANEXO C - Organograma BANRISUL



## **Apêndice A – Questionário**

### **1) Quais foram dos número de contratos assinados em 2016 da linha de crédito CDC Sustentabilidade?**

No ano de 2016 foram assinados apenas 7 contratos, de janeiro a abril de 2017 temos 5 contratos assinados.

### **2) Qual foi o valor emprestado em 2016 pelo BANRISUL para a linha de crédito CDC Sustentabilidade?**

O total emprestado no ano de 2016 foi de R\$ 117.900,00. Nos primeiros 4 meses de 2017 o valor alcança R\$ 386.700,00 , bem acima do que foi registrado no ano de 2016 inteiro.

### **3) Quais foram dos número de contratos assinados em 2016 da linha de crédito PRONAF ECO?**

Nesta linha de crédito a quantidade de operações em todo o ano de 2016 foi de 30 contratos assinados, ante 108 assinados em 2015.

### **4) Qual foi o valor emprestado em 2016 pelo BANRISUL para a linha de crédito PRONAF ECO?**

O valor total emprestado foi de R\$ 717.066,89, bem abaixo dos R\$ 2.683.366,97 emprestados no ano anterior, que por sinal é um valor bastante baixo.

### **5) Quais foram dos número de contratos assinados em 2016 da linha de crédito PRONAF AgroEcologia?**

Apenas 1 contrato foi assinado em 2016, em 2015 não tivemos nenhuma operação contratada.

### **6) Qual foi o valor emprestado em 2016 pelo BANRISUL para a linha de crédito PRONAF AgroEcologia?**

Apenas R\$ 40.200,00, esse foi o valor do único contrato assinado nesta linha de crédito em 2016.

### **7) Quais foram dos número de contratos assinados em 2016 da linha de crédito Programa ABC?**

Em 2016 está linha de crédito teve 24 contratos assinados. Para efeito de comparação, em 2015 tivemos 28 contratos assinados nesta linha de crédito.

**8) Qual foi o valor emprestado em 2016 pelo BANRISUL para a linha de crédito Programa ABC?**

O valor total disponibilizado no ano de 2016, se comparado com as outras linhas com foco na sustentabilidade, foi bastante expressivo, R\$ 14.922.625,88. Mais do que dobrou comparando com os números de 2015, R\$ 5.995.278,32.

**9) Como ocorre a parceria do BANRISUL com o BNDES com relação as linhas de repasse do BNDES?**

O BANRISUL é um intermediário financeiro, o dinheiro vem do BNDES e cabe ao BANRISUL reunir e analisar a documentação exigida em cada uma das linhas de crédito, o projeto técnico e a capacidade de pagamento do produtor, após isso o comitê de crédito do BANRISUL é quem aprova ou não os valores solicitados.

**10) Qual a função do BANRISUL como intermediário financeiro das linhas do BNDES? (Analisa documentos? define valores a serem emprestados? fiscaliza?)**

Como dito anteriormente, o BANRISUL recebe toda a documentação exigida por cada linha de crédito e faz a análise de tudo, estando tudo correto e se os valores solicitados estiverem dentro da capacidade de pagamento do tomador, o valor é deferido pelo comitê de crédito do banco.

**11) Quais são as exigências para a concessão dessas linhas de crédito com foco na sustentabilidade?**

O passo inicial é a apresentação de um projeto técnico assinado por um técnico da Emater, ou por um técnico conveniado ao banco, existem conveniados que prestam assistência técnica independente. O projeto técnico é encaminhado para análise juntamente com o licenciamento ambiental ou dispensa de licenciamento. O projeto técnico é a base de análise da capacidade de pagamento do produtor, seu endividamento, e o enquadramento do projeto.

**12) O BNDES fiscaliza o BANRISUL quanto a correta destinação dos recursos?**

Não, o BNDES apenas visita a Unidade de Negócios Rurais uma vez por ano, sendo que nesta visita são solicitadas a documentação de algumas operações de crédito aprovadas e que tiveram o valor total liberado, dessas operações solicitadas é que os técnicos do BNDES irão fazer uma visita *in loco*.

**13) Qual a responsabilidade do BANRISUL com o BNDES em caso de inadimplência nesta linha de crédito?**

O risco de crédito é todo do BANRISUL, no dia do vencimento da parcela do empréstimo o BNDES apenas envia a nota de cobrança para o BANRISUL pagar, isso ocorre independente do cliente ter liquidado a parcela ou não.

**14) Existe algum percentual definido pelo banco para ser destinado exclusivamente ao CDC Sustentabilidade?**

Não.

**15) Existem projetos para a criação de novas linhas de crédito com o foco na sustentabilidade?**

Também não, como a demanda é extremamente baixa, não há necessidade de criação de novas linhas.

**16) Existem projetos para a melhoria na divulgação dessa linha de crédito específica e das linhas de repasse do BNDES para os clientes do BANRISUL?**

Não há planos para que isso ocorra. Há a percepção na Unidade de Negócios Rurais de que os técnicos e clientes querem apenas o recurso, não com o objetivo de serem sustentáveis e praticar a sustentabilidade, mas unicamente com a intenção de obter o recurso financeiro. O banco tem o interesse em “vender a linha”, mas parece que o foco do cliente é outro.